

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

JOSÉ MARIO DE OLIVEIRA MENDES

Contribuições da Linguística-Sistêmico-Funcional para o aprimoramento e desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento

São Paulo

2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

JOSÉ MARIO DE OLIVEIRA MENDES

Contribuições da Linguística-Sistêmico-Funcional para o aprimoramento e desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Área de concentração: Cultura e Informação, Linha de pesquisa: Organização da Informação e do Conhecimento, para a obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Mara Alves Lima

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Mendes, José Mário de Oliveira.

Contribuição da Linguística-Sistêmico-Funcional para o aprimoramento e desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento / José Mário de Oliveira Mendes ; orientadora Vânia Mara Alves Lima -- São Paulo, 2023.

185 p. : fig. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) -- Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Versão corrigida.

1. Sistemas de Organização do Conhecimento. 2. Tesouro. 3. Linguística Documentária. 4. Terminologia. 5. Linguística Sistêmico-Funcional. 6. Tema. 7. Rema. I. Lima, Vânia Mara Alves. II. Título.

Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro – Bibliotecária - CRB8/3503

Nome: MENDES, José Mário de Oliveira

Título: Contribuições da Linguística-Sistêmico-Funcional para o aprimoramento e desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Vânia Mara Alves Lima (Presidente)

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Profa. Dra. Magda Bahia Schlee

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Julgamento: _____

Profa. Dra. Maria Eugênia Batista

Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Julgamento: _____

Profa. Dra. Naira Christofolletti Silveira

Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Julgamento: _____

Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: _____

Para Maria de Lurdes Bueno de Oliveira Mendes (in memorian).

Para José Pedro Mendes (in memorian).

Metade de mim é saudade. A outra metade, também.

*Para Carlos da Silva Fernando Júnior.
É de verdade. Ontem, hoje e sempre.*

AGRADECIMENTOS

A minha Mãe e ao meu Pai.

Minha amada mãe, você sempre foi meu norte e minha razão de tudo na vida enquanto eu tive o privilégio de ser seu único filho aqui neste plano. Agora, você é a mentora do meu futuro, a quem sempre procurarei honrar e orgulhar, até o dia do nosso reencontro. Me cuida e me guia, minha amada mãe.

Pai. Acredito que está aí com a mãe torcendo por mim. Espero estar sendo orgulho e respeito ao seu sobrenome, marcado em mim no papel e na alma, até nosso reencontro.

Carlos, obrigado por ser essa pessoa espetacular, que me acompanha nos projetos mais mirabolantes e que sempre me traz para o chão firme quando me perco. Sua inteligência, sua sensatez, seu cuidado e sua parceria me dão motivos para continuar. É de verdade.

Valéria Martin Valls. Presente que a vida me deu, que me direciona, me acolhe e me cuida como uma irmã que quer o bem do irmão escolhido. Você é das principais responsáveis por meu caminhar até este momento. Minha gratidão se consolida nesse e em todos os próximos encontros, minha mentora e um dos portos seguros, inicialmente da minha carreira, e hoje, da minha vida.

Professora Dra. Vania Mara Alves Lima, minha orientadora. Sem seu cuidado, sem seu olhar, sem seu direcionamento e, sobretudo, sem seu carinho e acolhimento, eu não conseguiria ter traçado e permanecido nesse caminho tão desafiador e com tantos altos e baixos, mas tão sonhado e tão importante. Um divisor de águas na minha passagem por esse plano. Acredito que os encontros não são por acaso, e com absoluta certeza, minha mãe está tranquila quando viu a melhor orientadora cuidando de mim. Gratidão eterna por tudo e por tanto!

Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro. Minha prima-irmã “gêmola”, minha madrinha acadêmica, que nunca soltou da minha mão, que desde minhas primeiras lembranças sempre esteve presente, me incentivando e acreditando em mim. Metade do bibliotecário que nasceu em mim é herança sua.

Décio Funaro. O cara. Meu modelo de profissional, de apoio e de porto seguro. Entre uma dose de gin e um charuto, lá na garagem de casa, também nunca soltou da minha mão. Jamais largarei da sua também. Muito obrigado.

Minhas primas e meus primos, minha família de sangue que sempre me valida, sempre me impulsiona e sempre me apoia, nas festas e nos momentos nem tão felizes. Sou grato por estar entre vocês.

Minha família escolhida, meus queridos amigos e amigas que não deixam minha peteca cair. Rimos e choramos, sempre juntos. Crescemos e aprendemos, sempre juntos. Obrigado por não soltarem da minha mão em momento algum. Vocês aguentam as minhas loucuras, me deixam voar e me trazem para o chão quando necessário, me respeitando e me acolhendo exatamente do jeito que eu sou. Que bom ter vocês, há vinte, trinta anos no meu caminhar. Que bom. Amo vocês.

Professora Dra. Maria Eugênia Batista. Seu olhar sistêmico-cirúrgico e suas contribuições para esta pesquisa foram fundamentais para o resultado que hoje apresento. E seu carinho e cuidado foram essenciais para me manter e me incentivar neste caminho. Minha imensa gratidão por tudo e por tanto.

Professor Dr. Marivalde Moacir Francelin. Se hoje apresento esta pesquisa é porque pude ter o privilégio de ser seu aluno e de ter sido enxergado nas suas aulas. Seu direcionamento e, por vezes, uma rápida conversa foram de tamanho acolhimento, incentivo e cuidado que vou levar para o resto da vida. Muito obrigado por cada palavra. Obrigado pelas contribuições que redirecionaram meu olhar e me apontaram a luz no final do túnel.

Professora Dra. Magda Bahia Schlee e professora Dra. Naira Christofolletti Silveira. Obrigado por aceitarem participar da minha banca. É uma honra ter seus nomes e toda sua trajetória marcadas na minha pesquisa. Gratidão.

Professora Dra. Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos (USP), professora Dra. Brígida Maria Nogueira Cervantes (UEL), professor Dr. Walter Moreira (UNESP) e professora Dra. Zaira Regina Zafalon (UFSCAR), muito obrigado por aceitarem fazer parte do corpo de professores suplentes da minha defesa. Fiquei muito feliz com seu aceite.

Meus amigos e colegas da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP. Obrigado pelas conversas nos corredores, na sala dos professores e por todos os "vai dar certo" que, com carinho, me disseram. Cada um de vocês tem parte neste resultado. Tenham certeza de que cada conversa me despertou um olhar, uma ideia, um direcionamento para esta pesquisa.

Meus alunos e minhas alunas, que por muitas vezes ouviram sobre minha pesquisa, sobre minhas inquietações e incertezas, e que tiveram muita paciência e empatia nos momentos em que eu estava com a cabeça na lua (leia-se, na construção desta tese). Sem vocês, muito não teria sentido. Obrigado!

Professora Dra. Leila Bárbara. Minha eterna orientadora de mestrado e de vida. Sem seu olhar, sem sua condução e sem seu carinho, eu jamais teria chegado até aqui. Sua maneira "divertida" de enxergar o mundo e me conduzir nos caminhos "sistêmicos" da vida foram e são, até hoje, um norte. Leila Bárbara, foi contigo que conheci a Linguística Sistêmico-Funcional e aprendi a me divertir com a academia. Seu cuidado de leoa, disfarçado em broncas, e seu direcionamento, firme e doce, me mostraram muitos caminhos, mais do que a senhora possa imaginar. Sem sua condução, eu não teria mudado minha vida e não teria encontrado minha paixão profissional. Minha gratidão eterna.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço a todos e todas que, de alguma maneira, fizeram parte deste caminhar.

“Capitão Kirk, eu ficaria feliz em fazer parte da sua missão.

Feliz, você, Spock?

*Eu estava apenas utilizando um **termo** de seu conhecimento para expressar um*
***conceito.**”*

(Star Trek – Além da Escuridão, 2013)

MENDES, José Mário de Oliveira. **Contribuições da Linguística-Sistêmico-Funcional para o aprimoramento e desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento.** 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo geral identificar na teoria Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) conceitos e fundamentos teóricos que venham a contribuir para o aprimoramento na elaboração de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC), do tipo Tesouro, a partir das relações já estabelecidas entre a Linguística e a Organização do Conhecimento (OC) no âmbito da Ciência da Informação. Desdobra-se nos objetivos específicos: apresentar um percurso histórico desde a Documentação até a Organização do Conhecimento (OC); identificar conceitos e fundamentos teóricos da Linguística Documentária, da Teoria do Conceito e da Terminologia para o desenvolvimento de um Sistema de Organização do Conhecimento; definir e contextualizar os Sistemas de Organização do Conhecimento, com foco nos Tesouros; apresentar conceitos e fundamentos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e descrever como as relações entre os conceitos anteriormente discutidos contribuem para o aprimoramento do desenvolvimento de um Sistema de Organização do Conhecimento do tipo Tesouro. Trata-se de pesquisa bibliográfica documental de cunho exploratório que apresenta as origens, conceitos e fundamentos teóricos da Linguística Documentária e suas relações com a Terminologia. Contextualiza o tesouro como Sistema de Organização do Conhecimento (SOC), e apresenta conceitos e fundamentos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), com foco na Metafunção Textual. Analisa os conceitos da LSF pelo prisma da OC e da Terminologia, concluindo que estas áreas se preocupam em enxergar e entender a língua como um recurso utilizado para a criação de significados por meio de termos em contextos específicos, inferindo que a LSF contribui com um melhor entendimento do Conceito e do Termo relacionado com os conceitos de Tema e Rema. Conclui ainda que há convergência entre conceitos e fundamentos da LSF com conceitos sobre os SOCs, corroborando a hipótese de que o uso de pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional contribui para aprimorar a construção e o uso de Sistemas de Organização do Conhecimento.

Palavras-chave: Sistemas de Organização do Conhecimento. Tesouro. Linguística Documentária. Terminologia. Linguística Sistêmico-Funcional. Tema. Rema.

MENDES, José Mário de Oliveira. **Contributions of the Systemic-Functional Linguistics to the improvement and development of Knowledge Organization Systems.** 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ABSTRACT

This study aims at identifying in the Systemic-Functional Linguistics theory (SFL) concepts and theoretical framework that may contribute to the improvement in the elaboration of a Thesaurus-type Knowledge Organization System (KOS), based on the relationships already established between Linguistics and Knowledge Organization (KO) within the scope of Information Science. The specific goals aim at presenting a historical path from Documentation to Knowledge Organization (KO); identifying concepts and theoretical frameworks of the Documentary Linguistics, the Concept Theory and the Terminology for the development of a Knowledge Organization System; defining and contextualizing Knowledge Organization Systems, focusing on Thesauri; presenting concepts and theoretical framework of the Systemic-Functional Linguistics (SFL) and describing how the relationships between the previously discussed concepts contribute to improving the development of a Thesaurus-type Knowledge Organization System. This is a documentary bibliographical research with an exploratory nature that presents the origins, concepts and theoretical frameworks of Documentary Linguistics and its relations with Terminology. It contextualizes the thesaurus as a Knowledge Organization System (KOS) and presents concepts of the Systemic-Functional Linguistics (SFL), focusing the Textual Metafunction. It analyzes the concepts of SFL through the prism of the KO and Terminology, concluding that these areas are concerned with seeing and understanding language as a resource used to create meanings through terms in specific contexts, inferring that the SFL contributes to a better understanding of the Concept and Term related to the concepts of Theme and Rheme. It also concludes that there is convergence between concepts of the SFL with concepts about SOCs, corroborating the hypothesis that the use of premises from the Systemic-Functional Linguistics contributes to improving the construction and use of Knowledge Organization Systems.

Keywords: Knowledge Organization Systems. Thesaurus. Documentary Linguistics. Terminology. Systemic-Functional Linguistics. Theme. Rema.

MENDES, José Mário de Oliveira. **Aportes de la Lingüística Sistémico-Funcional a la mejora y desarrollo de los Sistemas de Organización del Conocimiento.** 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo general identificar en la teoría de la Lingüística Sistémico-Funcional (LSF) conceptos y fundamentos teóricos que contribuirán al mejoramiento en la elaboración de un Sistema de Organización del Conocimiento (SOC), del tipo Tesauro, basado en las relaciones ya existentes entre la Lingüística y Organización del Conocimiento (CO) en el ámbito de las Ciencias de la Información. Se desglosa en objetivos específicos: presentar un recorrido histórico desde la Documentación hasta la Organización del Conocimiento (OC); identificar conceptos y fundamentos teóricos de la Lingüística Documental, de la Teoría de Conceptos y de la Terminología para el desarrollo de un Sistema de Organización del Conocimiento; definir y contextualizar Sistemas de Organización del Conocimiento, con foco en Tesauros; presentar conceptos y fundamentos teóricos de la Lingüística Sistémico-Funcional (LSF) y describir cómo las relaciones entre los conceptos previamente discutidos contribuyen a mejorar el desarrollo de un Sistema de Organización del Conocimiento tipo Tesauro. Se trata de una investigación bibliográfica documental de carácter exploratorio que presenta los orígenes, conceptos y fundamentos teóricos de la Lingüística Documental y sus relaciones con la Terminología. Contextualiza el tesauro como un Sistema de Organización del Conocimiento (SOC), y presenta conceptos y fundamentos de la Lingüística Sistémico-Funcional (LSF), con un enfoque en la Metafunción Textual. Se analiza los conceptos de la LSF a través del prisma de la OC y la Terminología, concluyendo que estas áreas se preocupan por ver y comprender el lenguaje como un recurso utilizado para crear significados a través de términos en contextos específicos, infiriendo que la LSF contribuye a una mejor comprensión del Concepto y Término relacionado con los conceptos de Tema y Rema. También se concluye que existe convergencia entre conceptos y fundamentos de la LSF con conceptos sobre los SOCs, corroborando la hipótesis de que el uso de supuestos de la Lingüística Sistémico-Funcional contribuye a mejorar la construcción y uso de los Sistemas de Organización del Conocimiento.

Palabras clave: Sistemas de Organización del Conocimiento. Tesauro. Lingüística Documental. Terminología. Lingüística Sistémico-Funcional. Tema. Rema.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Espécies de características.....	63
Figura 2 -	Características para a constituição de conceitos	64
Figura 3 -	Relações lógicas entre os conceitos	65
Figura 4 -	Relações hierárquicas (1)	66
Figura 5 -	Relações hierárquicas (2)	66
Figura 6 -	Relações hierárquicas (3)	67
Figura 7 -	Relações partitivas.....	67
Figura 8 -	The Semantic Staircase	99
Figura 9 -	Classificação de Sistemas de Organização do Conhecimento (2).....	100
Figura 10 -	Exemplo de subdivisão de categorias.....	102
Figura 11 -	Recorte do hipertexto de Mawson, 1992.....	103
Figura 12 -	Evolução dos padrões de Tesouros.....	105
Figura 13 -	Texto e Contextos de Situação e Cultura.....	119
Figura 14 -	Variáveis do Contexto de Situação	121
Figura 15 -	Tipos de Processos nas orações	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temáticas, capítulos e principais referências.....	43
Quadro 2 - Classificação de Sistemas de Organização do Conhecimento (1).....	98
Quadro 3 - Metafunções, Tipos de Significado e Papel na Oração.....	122
Quadro 4 - Exemplo de Processo Verbal (1).....	125
Quadro 5 - Exemplo de Processo Relacional.....	125
Quadro 6 - Componentes da oração.....	126
Quadro 7 - Papéis na metafunção interpessoal.....	127
Quadro 8 - Exemplo de Metafunção Interpessoal (1).....	128
Quadro 9 - Exemplo de Metafunção Interpessoal (2).....	128
Quadro 10 - Exemplo de relação Tema e Rema (1).....	131
Quadro 11 - Exemplo de relação Tema e Rema (2).....	131
Quadro 12 - Exemplo de relação Tema e Rema (3).....	138
Quadro 13 - Exemplo de relação Tema e Rema (4).....	138
Quadro 14 - Exemplo de relação Tema e Rema (5).....	138
Quadro 15 - Exemplo de relação Tema e Rema (6).....	140
Quadro 16 - Exemplo de relação Tema e Rema (7).....	140
Quadro 17 - Exemplo de relação Tema e Rema (8).....	140
Quadro 18 - Exemplo de relação Tema e Rema (9).....	141
Quadro 19 - Exemplo de relação Tema e Rema (10).....	142

Quadro 20 - Exemplo de relação Tema e Rema (11)	142
Quadro 21 - Exemplo de relação Tema e Rema (12)	142
Quadro 22 - Comparação entre a TGT, a LSF e a TCT	154
Quadro 23 - Texto “Information as a thing”	157
Quadro 24 - Exemplo de relação Termo/Tema-Conceito/Rema.....	158
Quadro 25 - Exemplo 02 de relação Termo/Tema-Conceito/Rema.....	158
Quadro 26 - Exemplo 03 de relação Termo/Tema-Conceito/Rema.....	159

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	27
2	PROBLEMA DE PESQUISA	33
3	OBJETIVOS	35
3.1	Objetivo geral.....	35
3.2	Objetivos específicos.....	35
4	PERCURSO METODOLÓGICO	37
5	DA DOCUMENTAÇÃO À ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: PASSEIO HISTÓRICO	45
6	LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA, TEORIA DO CONCEITO E TERMINOLOGIA	55
6.1	A Linguística Documentária	55
6.2	A Teoria do Conceito	61
6.3	A Terminologia	70
6.3.1	A Teoria Geral da Terminologia.....	80
6.3.2	A Teoria Comunicativa da Terminologia.....	83
7	OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (SOCs) ...	87
8	A LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL	111
8.1	Princípios da Linguística Sistêmico-Funcional	116
8.2	Contexto de Cultura e o Contexto de Situação.....	118
8.3	As Metafunções da Linguagem.....	121
8.3.1	A Metafunção Ideacional ou Experiencial.....	122
8.3.2	A Metafunção Interpessoal.....	126
8.3.3	A Metafunção Textual.....	129
8.4	Tema e Rema	131
9	CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL AO SOC TESAURO: AMARRANDO AS PONTAS	147
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
	REFERÊNCIAS	177

1 INTRODUÇÃO

Vivemos na Era da Informação, e isto é um fato, do mesmo modo como a humanidade passou pela era da caça, da agricultura e da indústria através dos séculos e milênios.

Intuitivamente, imaginamos que o conhecimento, por muitas vezes, se refere a alguém que sabe algo, que desenvolveu alguma representação interna de certos objetos externos. Dizer que alguém conhece a história do Brasil significa dizer que sua mente tem algumas representações internas de uma sequência de fatos e eventos externos desde a descoberta do nosso país até os dias de hoje. Essa representação interna é um modelo de alguns conjuntos de entidades e vínculos entre fatos ocorridos que se vinculam a uma narrativa que pode ser passada, de geração em geração, oralmente, em formatos escritos, por imagens e com a utilização de vários outros meios de comunicação. E algo que constrói e performa toda essa informação, todo esse conhecimento é, sem dúvida, a língua, realizada na linguagem.

Então, quando pensamos na linguagem como um fenômeno social podemos dizer que é através e pela linguagem que interagimos com o mundo e com as pessoas à nossa volta na sociedade em que vivemos. É principalmente por meio da linguagem que aprendemos sobre a cultura de uma sociedade, construímos valores e identidades e representamos nossas experiências de mundo. É pela língua e pela linguagem que construímos nosso mundo.

Com a invenção da prensa tipográfica por Johann Gutenberg, em 1450, seguida da revolução industrial no século XVIII, essas experiências passaram a ser registradas, compartilhadas e disseminadas em grande escala. Com o conhecimento produzido passando a ser compilado e organizado, desde a Enciclopédia de Diderot em 1750, passando pelos sistemas de classificação bibliográfica até os modernos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) como os tesouros e as ontologias, a linguagem se faz instrumento essencial para que o conhecimento produzido, seja pela sociedade em geral ou por comunidades de domínios específicos, possa ser organizado, representado e recuperado a partir das demandas existentes.

A linguagem é uma faculdade humana, característica universal do homem, a sua língua é sempre particular e variável, onde a linguagem se realiza. A língua é orientada pela visão de mundo, pela realidade histórica, social e cultural de seu falante e possibilita ao homem interagir com o mundo, se apropriando do conhecimento através do tempo. A língua é objeto de estudo da Linguística e no início do século XX, a partir dos estudos de Saussure (1972), passa a ser compreendida como um sistema que pode ser analisada sincronicamente, como uma estrutura, a partir dos elementos que a constituem.

A língua e a linguagem podem ser vistas, então, como unidades elementares de sistemas de organização da informação e do conhecimento, já que os conceitos classificam uma variedade de experiências individuais, que podem ser relacionadas a outros conceitos gerando redes de informação. No entanto, os conceitos não são entidades materiais, físicas. Para serem utilizados, compartilhados, armazenados e transmitidos em uma cultura, em qualquer formato, eles precisam ser organizados, recuperados e principalmente, expressos de alguma forma.

Gnoli (2020, p. 45, tradução nossa)¹ diz que

A forma mais comum de expressar conceitos é por palavras: outros símbolos, como gestos, ícones ou qualquer código compartilhado, também podem funcionar. Em certo sentido, então, as palavras na linguagem natural são uma forma básica de organização do conhecimento: quando dizemos 'aquele gato', estamos classificando o fenômeno que observamos como uma instância da classe dos gatos [e] porque muitos documentos estão na forma de textos escritos, suas palavras e frases podem ser um ponto de partida para a organização do conhecimento.

No contexto dos estudos linguísticos, a teoria da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), proposta por Michael Halliday, no século XX, aborda exatamente a conexão entre sociedade e conhecimento mediado pela linguagem, inseridos num contexto de cultura e situação, a partir de um sistema de convenções e transmissão de significado definido por tal sociedade.

No âmbito da Ciência da Informação, domínio onde se insere este trabalho, na linha de pesquisa Organização da Informação e do Conhecimento, são os

¹ The most common way to express concepts is by words: other symbols, like gestures, icons, or any shared code, can also work. In a sense, then, words in natural language are a basic form of knowledge organization: when we say 'that cat', we are classing the phenomenon we observe as an instance of the class of cats [and] because many documents are in the form of written texts, their words and phrases can be a starting point for knowledge organization.

denominados Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), instrumentos que têm por objetivo facilitar o gerenciamento e a recuperação desse conhecimento e dessa informação em determinado domínio (Mazzochi, 2018), que cumprem essa função de ser um sistema de convenções com significados definidos em um domínio.

São considerados como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) os glossários, dicionários, listas de cabeçalhos de assunto, esquemas de classificação, taxonomias, tesouros e ontologias. Destacam-se entre os SOCs as listas de cabeçalhos de assunto, os esquemas de classificação e os tesouros, os quais são também denominados de Linguagens Documentárias (LDs). Uma Linguagem Documentária (LD) é definida como um conjunto de termos providos ou não de regras sintáticas (Gardin, 1966) e tem por base a normalização, padronização de seus termos para melhor precisão e pertinência na representação e recuperação da informação. Nesta pesquisa trataremos especificamente dos Tesouros.

Deste modo, pelo exposto anteriormente, a partir de linhas teóricas e metodológicas da Organização do Conhecimento (OC), que embasam, atualmente, a construção de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC), como a Linguística Documentária (Lara; Tálamo, 2007), a Teoria do Conceito (Dahlberg, 1978), e a Terminologia (Cabré, 1995, 1999) esta pesquisa pretende identificar na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) conceitos e fundamentos teóricos que possam vir a contribuir para o aprimoramento de um SOC.

Definimos, então, um percurso metodológico, que se baseia num estudo exploratório bibliográfico e documental que, segundo Gil (2002, p. 27) são pesquisas “desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Com relação às fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do nosso objeto, esta pesquisa é de cunho bibliográfico que, de acordo com Severino (2007, p. 122), “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” e que se utiliza de ‘dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados”, quando os textos pesquisados se tornam fonte do tema a ser investigado, com o pesquisador trabalhando “a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos”. E quanto ao seu objetivo, nossa pesquisa é, ainda, de cunho exploratório uma vez que procura “levantar

informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (Severino, 2007, p. 123).

Esta pesquisa parte de um panorama histórico da Documentação, passando pelo Grupo TEMMA até a constituição do capítulo da ISKO-Brasil, num *state of the art* sobre a área da Organização do Conhecimento atualmente no país.

Em seguida, trazemos fundamentos sobre a Linguística Documentária, sobre as Linguagens Documentárias, a Teoria do Conceito e a Terminologia com as suas teorias que mais elementos contribuíram com Linguística Documentária, a Teoria Geral da Terminologia e a Teoria Comunicativa da Terminologia.

A Linguística Documentária parte do pressuposto de que os problemas relacionados à representação e recuperação da informação são problemas de linguagem, onde se discute a ineficácia da Linguagem Natural, para essa função, devido às questões de ambiguidade, sinonímia, alta revocação e baixa precisão, ao mesmo tempo que apresenta os princípios teóricos e metodológicos para a construção dos SOCs definidos como linguagens documentárias.

A Teoria do Conceito, elaborada por Dahlberg (1978), coloca que é por meio da linguagem que se formulam enunciados tanto sobre os conceitos individuais e quanto pelos conceitos gerais e todo enunciado verdadeiro representa um elemento de seu respectivo conceito, isto é, uma característica intrínseca a esse conceito.

Da Terminologia, trazemos a Teoria Geral da Terminologia (TGT), de Eugene Wüster (décadas de 1930 a 1960, na Alemanha), a partir da qual a Terminologia é reconhecida como um domínio do conhecimento, e a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), elaborada por Maria Teresa Cabré (1993, 1999), cuja abordagem de base linguística zela pelo caráter comunicativo dos termos efetivamente utilizados em domínios específicos, além das questões que relacionam a Terminologia e a Documentação, pontuadas por Cabré (1995) e Sager (1993), que colocam como objetivo do trabalho documental, a representação sintética do conhecimento.

No capítulo seguinte definimos e contextualizamos os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), seus conceitos e funções, no âmbito da Organização do Conhecimento, seus aspectos linguísticos, documentários e

terminológicos, fundamentados na Linguística Documentária, na Teoria do Conceito e na Terminologia.

Em seguida, apresentamos a teoria Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de Michael Alexandre Kirkwood Halliday (1985, 1994 e 2004) e Halliday e Matthiessen - Christian Mathias Ingeman Martin Matthiessen – (2004, 2014), trazendo os conceitos de Contexto de Cultura, Contexto de Situação, as Metafunções da Linguagem, focando no Sistema de Tema-Rema, inferindo as conexões desta teoria com a Linguística Documentária e seu uso para a construção de Sistemas de Organização do Conhecimento, já que “quando alguém fala, desenha, pinta, canta ou escreve, texto está sendo produzido” levando em conta que “o termo texto se refere a qualquer instância da linguagem, produzida em qualquer meio, que faz sentido para alguém que conhece tal linguagem/língua” (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 3). Ainda, de acordo com Halliday (1994, p. xiii-v) a linguagem “é em primeiro lugar funcional porque tudo o que é dito ou escrito ocorre em algum contexto de interação, moldando o sistema em que ocorre”. Nesse sentido, a linguagem evolui para satisfazer as necessidades humanas em sociedade; a linguagem não é arbitrária; é motivada pelo social; está organizada no sistema em que ocorre e todos os componentes de significado são funcionais e organizados em três tipos de significados: o ideacional, o interpessoal e o textual, chamados de Metafunções da Linguagem que têm cada componente desse significado interpretado, considerando-se o contexto em que está inserido.

Por fim, tratamos das interconexões observadas em nossa hipótese inicial, da LSF na Organização do Conhecimento, uma vez que acreditamos que a LSF fornece subsídios para o desenvolvimento e aprimoramento dos SOCs do tipo Tesouro, pois analisa a língua e a linguagem em uso e em um contexto de cultura e situação específicos, ajudando a criar informações documentárias e formas de organizar cada área do conhecimento por meio de investigações prévias de como a área X ou Y registra, comunica e armazena seus estudos e/ou discursos, gerando classificação, organização e recuperação mais precisa e pertinente por meios de SOCs em cada área X ou Y.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Apresentando a investigação sobre a possível relação entre conceitos da teoria Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e da Organização do Conhecimento, nossa hipótese para esta tese parte da inferência que o uso de pressupostos da primeira contribui para aprimorar a construção e o uso de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), cuja função é a organização e representação do conhecimento e da informação.

Levando-se em consideração os preceitos iniciais de que a linguagem é uma faculdade humana, característica universal dos seres humanos, e que sua língua é uma característica identitária, mas variável e mutável de acordo com suas experiências e conhecimentos adquiridos, que realiza a apropriação, organização, uso e disseminação através do tempo, inferimos que a LSF, que trata dos aspectos e contextos de cultura e situação de uma sociedade e de um sistema de convenções e transmissão de significado definido por tal sociedade, possa contribuir para fundamentar teórica e metodologicamente o desenvolvimento, a construção e o uso dos Sistemas de Organização do Conhecimento, instrumentos responsáveis pela organização, representação e recuperação do conhecimento e da informação. Deste modo, com os objetivos geral e específicos, elencamos o seguinte:

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Identificar na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) conceitos e fundamentos teóricos que possam contribuir para o aprimoramento na elaboração de um Sistema de Organização do Conhecimento, do tipo Tesouro, a partir das relações já estabelecidas entre a Linguística e a Organização do Conhecimento no âmbito da Ciência da Informação.

3.2 Objetivos específicos

Partindo do objetivo geral definido para nossa tese, definimos como objetivos específicos:

- a) Apresentar um percurso histórico desde a Documentação até a Organização do Conhecimento (OC);
- b) Identificar conceitos e fundamentos teóricos da Linguística Documentária, da Teoria do Conceito e da Terminologia para o desenvolvimento de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC);
- c) Definir e contextualizar os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), com foco nos Tesouros, no âmbito da Organização do Conhecimento (OC);
- d) Apresentar conceitos e fundamentos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF);
- e) Descrever como as relações entre os conceitos anteriormente discutidos contribuem para o aprimoramento do desenvolvimento de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) do tipo Tesouro.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O ponto de partida para a nossa pesquisa começa a se desenhar quando este pesquisador encontra uma inquietação sobre assuntos para propor um projeto de doutorado. E entre algumas leituras preliminares sobre o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, PPGCI -ECA-USP, nos deparamos com uma Linha de pesquisa denominada “Organização da Informação e do Conhecimento”, que trata de estudos teóricos e metodológicos relativos à organização do conhecimento e da informação e de sua circulação para fins de acesso, recuperação e uso. Tal linha compreende a análise dos objetivos, processos e instrumentos que caracterizam as distintas possibilidades de organização da informação, considerando-se, ainda, a sua inserção histórica e sociocultural e as condições de interação face à diversidade da produção e dos públicos da informação. Compreende, também, abordagens históricas e epistemológicas da organização do conhecimento e da informação.

As pesquisas que a integram distribuem-se nos seguintes eixos complementares:

- Teorias e métodos de construção e organização da informação documentária para distintos receptores. Observam-se os aspectos textuais/discursivos dos objetos informacionais e os diferentes modelos de leitura, análise, condensação e representação, incluídos os modelos computacionais;
- A construção de linguagens documentárias e outras ferramentas de organização da informação para o acesso, recuperação e uso, observando-se características linguísticas, semióticas, terminológicas e comunicacionais, dos conteúdos documentários e dos grupos receptores, bem como de insumos tecnológicos;
- Estudos históricos e epistemológicos relativos à organização social do conhecimento e sua relação com as propostas de organização da informação;
- Análise e proposição de políticas de organização da informação no escopo da sua distribuição e recepção.

A Linha de pesquisa Organização da Informação e do Conhecimento se propõe a capacitar profissionais na elaboração de projetos de tratamento e recuperação da informação, considerando os diferentes tipos de contextos,

documentos (documentos científicos, administrativos, textuais, imagéticos) e dispositivos (bibliotecas, centros ou sistemas de informação, arquivos, museus; sites na Web, empresas), Compreende a análise e proposição de políticas de organização da informação; o domínio de métodos de representação e recuperação de informação, incluindo os modelos computacionais e a construção de sistemas de organização do conhecimento (linguagens documentárias), com base em teorias linguísticas, semióticas e terminológicas, apoiadas em tecnologias da informação, cujos docentes envolvidos são Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos, Johanna W. Smit, Marilda L. Ginez de Lara, Marivalde Moacir Francelin, Nair Y. Kobashi e Vânia Mara Alves Lima.

Tal linha de pesquisa desperta o interesse deste autor que vem de um Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, cursado no departamento de Pós-graduação da Pontifícia Universidade de São Paulo – PUCSP - quando, justamente, tratou de questões relacionadas à Linguística Sistêmico-Funcional, uma área que aparentemente mostra bastante sinergia com a área da Organização da Informação e do Conhecimento, uma vez que parte da linguagem em uso para observar características linguísticas, semióticas, terminológicas e comunicacionais, como acima citado, pensando na organização e no uso social da informação.

Percebendo, então, que poderia haver convergência entre a Organização do Conhecimento e a Linguística Sistêmico-Funcional, inferimos que esta segunda auxilia no aprimoramento da elaboração de instrumentos para os Sistemas de Organização do Conhecimento, utilizando como pano de fundo as relações entre linguística e a organização do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação.

Deste modo, para tentar comprovar nossa hipótese, partimos para a seleção dos termos de busca que pudessem nos dirigir para pesquisas já realizadas nas áreas, servindo de ponto de partida para nossa pesquisa.

Realizamos, então, pesquisas nas seguintes bases de dados:

- Dedalus – Catálogo Coletivo das Bibliotecas da USP – SIBiUSP, o Banco de Dados Bibliográficos da USP (<https://dedalus.usp.br/>), sitio que abarca as teses e dissertações da Universidade de São Paulo;

- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT (<http://bdtd.ibict.br>), sitio que abarca teses e dissertações de outros programas de pós-graduação;
- Repositórios do ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, desde o primeiro encontro ocorrido em 1994 (<http://gtancib.fci.unb.br/>) até o mais recente, ocorrido em 2022 (<https://www.ufrgs.br/enancib2022>) , mais especificamente o GT-2, que trata da Organização e Representação do Conhecimento, cuja ementa atualizada engloba estudos sobre teorias, metodologias, políticas, instrumentos, processos e produtos para a organização e representação do conhecimento, recuperação e acesso à informação, nas suas dimensões epistemológicas, aplicadas, sociais, culturais e terminológicas enquanto conhecimento socializado, institucionalizado ou não, em ambientes informacionais (tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres), incluindo o uso e desenvolvimento das tecnologias de informação e as relações inter, multi e transdisciplinares neles verificadas;
- Anais da ISKO Internacional, International Society for Knowledge Organization (<https://isko.org>) que, fundada em 1989, é a associação internacional líder em organização do conhecimento, com um escopo de atuação amplo e interdisciplinar, cuja missão é focar no trabalho conceitual da organização do conhecimento em todas as formas, e para todos os tipos de propósitos, tais como bancos de dados, bibliotecas, dicionários e a Internet. E como uma associação interdisciplinar, a ISKO congrega profissionais de diferentes áreas de atuação, com aproximadamente 600 membros de todo o mundo, de áreas como ciência da informação, filosofia, linguística, ciência da computação, bem como domínios muito específicos, como médico e informática. Para atingir seus objetivos e missão, a ISKO trabalha para promover a pesquisa, desenvolvimento e aplicação de sistemas de organização do conhecimento , fornecendo meios de comunicação e networking sobre organização do conhecimento para seus membros. Ainda, a ISKO funciona como uma conectora entre todas as instituições e associações nacionais, trabalhando com problemas relacionados à organização conceitual e processamento do conhecimento;

- Anais da ISKO Brasil, desde sua criação no Brasil, em 2006, (<https://isko.org.br/>), a Sociedade Brasileira para Organização do Conhecimento (ISKO-Brasil), uma associação de âmbito nacional com o objetivo de apoiar o desenvolvimento científico, cultural e educacional na área de Organização do Conhecimento;
- Catálogo da Biblioteca da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mais especificamente, do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da instituição, (<https://www.fespsp.org.br/alunos/biblioteca/biblioteca-da-fespsp>) que remonta ao ano de 1933, impulsionada pelo Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia de São Paulo. Seu acervo inicial foi formado por obras adquiridas no Brasil e exterior, com destaques para as doações de intelectuais brasileiros, estrangeiros e várias instituições filantrópicas, tais como: a Fundação Rockefeller, Smithsonian Institution, American Library Association, Library of Congress, Instituto Nacional do Livro, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, entre outras;
- Repositório do Grupo Acadêmico Sistêmica, Ambientes e Linguagem (SAL) (<https://www.ufsm.br/grupos/sal/publicacoes>), hospedado no sítio da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que disponibiliza publicações do grupo de Pesquisa SAL, que tem por objetivo descrever a língua portuguesa na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional e, se necessário, compará-la com outras línguas;
- Sítio da CAPES, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão do Governo Federal do Brasil, ligado ao Ministério da Educação, (www.capes.gov.br), que disponibiliza acesso a periódicos de todas as áreas além de artigos, dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação de todas as Unidades Federativas do país;
- Sítio SciELO, a Scientific Electronic Library Online, Biblioteca Eletrônica Científica Online, (www.scielo.org), é uma biblioteca digital de livre acesso e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos brasileiros, resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), em parceria com a Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). Desde 2002 conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq) e tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico;

- Base BRAPCI, a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, (<https://brapci.inf.br/index.php/res/>) um produto de informação do projeto de pesquisa “Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior”, cujo objetivo é subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente. Com esse propósito, foram identificados os títulos de periódicos da área de Ciência da Informação (CI) e indexados seus artigos, constituindo-se a base de dados referenciais;
- Base de dados LISA, Library and Information Science Abstracts, (<https://sistema.bibliotecas-bdigital.fgv.br/bases/proquest-library-and-information-science-abstracts-lisa>) destinada aos profissionais de bibliotecas, ciência da informação e demais especialistas de áreas correlatas
- Base de dados ISTA, Information Science & Technology Abstracts (<https://sistema.bibliotecas-bdigital.fgv.br/bases/ebSCO-information-science-technology-abstracts-ista>), que Indexa artigos, livros, relatórios de pesquisa, anais de conferências e patentes na área de Ciência da Informação, com cobertura abrangente e contínua dos periódicos mais importantes nessa área. Nas bases de dados acima citadas, utilizamos os seguintes termos de busca:

- em língua portuguesa: “informação e linguagem”, “informação”, “linguagem”, “linguística”, “linguística sistêmico-funcional”, “linguística hallidayana”, “linguística documentária”, “linguagem documentária”, “análise documentária”, “tesauros”, “organização da informação”, “organização do conhecimento”, “sistemas de organização da informação”, “sistemas de organização do conhecimento”;

- em língua inglesa: “information and language”, “information”, “language”, “linguistics”, “systemic-functional linguistics”, “halliday linguistics”, “documentary linguistics”, “documentary language”, “documentary analysis”, “thesaurus”, “thesauri”, “information organization”, “knowledge organization”, “information organization systems”, “knowledge organization systems”; e em

- em língua espanhola: “información y lenguaje”, “información”, “lenguaje”, “lingüística”, “lingüística sistémico-funcional”, “lingüística hallidayana”, “lingüística documental”, “lenguaje documental”, “análisis documental”, “tesauros”, “organización de la información”, “organización del conocimiento”, “sistemas de organización de la información”, “sistemas de organización del conocimiento”,

o que resultou em 387 documentos iniciais que, de alguma forma, citavam os termos relacionados.

Após leitura objetiva dos documentos, leitura que se faz visando à obtenção de uma informação, que segundo Cintra (1987) “as coisas se passam como se o texto fosse um objeto no qual se encontra uma determinada quantidade de informação, que deve ser codificada”, descartamos os documentos que não atendiam aos nossos objetivos de pesquisa e selecionamos 106 documentos que continham informações que julgamos mais relevantes para nossa pesquisa.

Tais documentos foram selecionados para subsidiar a resposta aos nossos objetivos específicos propostos e, escolhidas tais fontes, partimos para a execução desta pesquisa, um estudo exploratório bibliográfico e documental que, segundo Gil (2002, p. 27) são pesquisas “desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

Com relação às fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do nosso objeto, esta pesquisa é de cunho bibliográfico que, de acordo com Severino (2007, p. 122), “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” e que se utiliza de “dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados”, quando os textos pesquisados se tornam fonte do tema a ser investigado, com o pesquisador trabalhando “a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos”.

E quanto ao seu objetivo, nossa pesquisa é, ainda, de cunho exploratório uma vez que procura “levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (Severino, 2007, p. 123).

A seguir, trazemos no quadro 1 o demonstrativo com os capítulos da nossa tese, as temáticas abordadas em cada capítulo e as principais referências para a elaboração do nosso documento.

Quadro 1 - Temáticas, capítulos e principais referências

Temática	Principais referências
Capítulo 5: DA DOCUMENTAÇÃO À ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: PASSEIO HISTÓRICO.	
Documentação.	(Fonseca, 2005); Araújo (2014); Costa (2015); Le Coadic (2004); Otlet, La Fontaine, Jean-Claude Gardin (década de 1960);
Desenvolvimento da Ciência da Informação.	Vannevar Bush (1945); Saracevic (1996); Moreiro-González (2011); Araújo (2014).
Recuperação da Informação.	Mooers (1951).
Grupo TEMMA.	Smit (1986); Lara (2012); Café e Sales (2010); Costa (2015).
Capítulo 6: LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA, TEORIA DO CONCEITO E TERMINOLOGIA.	
Linguística Documentária, Linguagem Documentária, Análise Documentária.	Gardin (a partir da década de 1960); García-Gutiérrez (década de 1990); Tálamo (1997); Lara (1999, 2004, 2009); Cintra (2002); Lara e Tálamo (2006, 2007); Santos, Maimone e Lima (2019).
Teoria do Conceito.	Dahlberg (1978).
Terminologia.	Lotte (1961); Corbeil (1984); Rondeau (1984); Rey (1979, 1995); Cabré (1995, 1999); Barros (2004), Lara (2004).
Teoria Geral da Terminologia.	Wüster (1969, 1981); Felber (1984); Gaudin (1993); Barros (2004); Lara e Tálamo (2006).
Teoria Científica da Terminologia.	Cabré (1995, 1999); Krieger (2001); Lima (2004); Lara e Tálamo (2006); Maimone (2019).

Capítulo 7: OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (SOCs).	
Organização do Conhecimento.	Dolby (1979); Oleson e Voss (1979); Mayr (1982); Dalhberg (1978, 1993); Miksa (1998); Broughton, Hansson, Hjørland e López-Huertas (2005); Hjørland (2008); Bräscher e Carlan (2010); Currás (2010); Bräscher (2014).
Sistemas de Organização do Conhecimento.	Hodge (2000); Blumauer e Pellegrini (2006); Hjørland (2008, 2016); Zeng (2008); Soergel (2009); Bräscher e Carlan (2010); Santos e Mazini (2011); Bratková e Kucerová (2014); Bräscher e Carlan (2015), Mazzocchi (2018).
Tesauros.	Vickery (1960a); Cavalcanti (1978); Cortez (1987); Gomes (1990); Arruda e Chagas (2002); Dodebei (2002).
Capítulo 8: A LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL.	
Fundamentos da LSF.	Halliday (1985, 1994); Halliday e Hasan (1976, 1989); Eggins (1994); Martin e Rose (2003); Thompson (2004); Halliday e Matthiessen (2004, 2014).
Importância e aplicações da LSF.	Ghio e Fernández (2008); Fuzer e Cabral (2010); Barbara (2010).
Contexto de Cultura e Situação.	Malinowski (1923/46, 1935); Halliday (1978, 1985, 1994); Eggins (1994); Thompson (2004); Halliday e Matthiessen (2004, 2014).
Tema e Rema e Periodicidade.	Halliday (1985, 1994); Halliday e Matthiessen (2004, 2014), Eggins (1994); Fries (1981, 1983); Daněš (1974); Martin e Rose (2007), Gnoli (2020).

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Partimos, neste momento, para a apresentação dos capítulos mencionados no quadro acima, iniciando pelo capítulo Da Documentação à Organização do conhecimento: um passeio histórico.

5 DA DOCUMENTAÇÃO À ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: PASSEIO HISTÓRICO

A Ciência da Informação, domínio do conhecimento onde se insere esta pesquisa, é o campo científico voltado ao estudo da organização do conhecimento com vistas à sua recuperação. Tem seu grande boom com o final da Segunda Guerra Mundial, quando se torna necessário organizar e recuperar o grande volume de informações que começa a ser gerado. Essa preocupação com a questão do armazenamento e acesso a uma grande quantidade e diversidade de documentos já fazia parte dos estudos da Documentação, área que nasce a partir dos trabalhos de Henri La Fontaine e Paul Otlet desde 1892 (Fonseca, 2005).

É em Bruxelas, mais precisamente em 1895, que Paul Otlet, conhecido como o “pai da documentação” e Henri La Fontaine se tornam conhecidos, com a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IBB), resultado da I Conferência Internacional de Bibliografia, quando os pesquisadores apresentam seu propósito de compilar em um só lugar as publicações desenvolvidas ao redor do mundo, dedicando-se à elaboração do Repertório Bibliográfico Universal, o RBU, juntamente com a padronização das técnicas de tratamento documental, o que vem fornecer princípios para a criação da nova disciplina: a Documentação. Com base na Classificação Decimal de Dewey (a CDD), inicia-se a criação da Classificação Decimal Universal (a CDU), quando “a Documentação, se desenvolveu nos anos seguintes no plano institucional e no plano teórico-científico. Institucionalmente, foram promovidos eventos, encontros e chegou-se mesmo à proposta de construção de uma “cidade do conhecimento”: o “Mundaneum”” (Araújo, 2014, p. 5).

O IBB passa, em 1931, a se chamar Instituto Internacional de Bibliografia e, logo em 1938, Federação Internacional de Documentação (FID) que “nasce para ajudar os pesquisadores que não encontravam nas bibliotecas formas que pudessem aprimorar o acesso aos distintos e variados documentos” (Costa, 2015, p. 15) que, de acordo com Le Coadic (2004, p. 17-18)

A criação do Instituto Internacional de Bibliografia por Otlet e, posteriormente, da Federação Internacional de Documentação ocorreu em resposta a essa demanda. Havia necessidade de uma nova tecnologia, de um novo conjunto de técnicas para organizar, analisar os documentos, descrevê-los, resumi-los, técnicas que diferem das técnicas biblioteconômicas tradicionais. Ao contrário da biblioteconomia e da arquivística, a documentação recorre a técnicas não convencionais de organização e análise, não mais apenas de livros, mas de qualquer tipo de documento.

Assim, essa configuração da FID passa a ter como objetivo “reunir, classificar e distribuir documentos de vários tipos em todas as áreas do conhecimento humano, com interesse de melhorar o processo de reprodução documental” (Costa, 2015, p. 15), o que propicia um cenário para o nascimento, em 1936, da *American Library Association* e que, para Araújo (2014, p. 5), se pensando no contexto brasileiro,

A importância desses eventos é tão significativa que, no Brasil, a primeira instituição “de Ciência da Informação”, o IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), foi criado a partir do então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

A Documentação, então, torna-se uma disciplina também científica, com uma contribuição fundamental de Otlet para a definição do conceito de “documento” como “significando a totalidade dos artefatos humanos, registrados das mais diversas maneiras, nos mais diversos suportes: livros, manuscritos, fotografias, pinturas, esculturas, imagens em movimento, registros fonográficos, selos, estampas, etc.” (Araújo, 2014, p. 5). Surge, aqui, um elemento que seria fundamental para a elaboração, posteriormente, do conceito de “informação”: “um conceito único, representando uma determinada abstração, capaz de congrega diferentes manifestações empíricas”. Ainda, para o autor (2014, p. 5)

A legitimação teórica e conceitual da Documentação se deu primeiro com Otlet, que em 1934 publicou o *Traité de Documentation*. Nas décadas seguintes, outros autores em diferentes contextos como os Estados Unidos (Bradford), França (Briet) e Espanha (López Yépez) trabalharam na mesma direção. Entre as contribuições destes autores destaca-se, entre outras, uma nova ampliação do conceito de “documento”, incorporando não apenas os artefatos produzidos pelo ser humano mas, também, objetos naturais e mesmo seres vivos que podem, num determinado contexto, assumir uma “função documental”

Deste modo, Otlet e La Fontaine colaboram efetivamente para criação da Documentação enquanto disciplina, propondo diretrizes mais assertivas para a conservação, acesso, recuperação e uso da informação a partir da segunda metade do século XX. E suas ideias e diretrizes alimentam outros cientistas da informação a começar a desenhar o que viria a ser a Ciência da Informação (CI).

A CI surge em meados do século XX partindo de uma necessidade do estabelecimento de técnicas que viessem a facilitar a recuperação, o acesso e o uso do montante de informações provenientes das produções pós Segunda Guerra Mundial.

Assim, marcados por um período de grande avanço tecnológico e de produção de conhecimento num mundo pós-guerra, os anos de 1950 a 1960 despontam como um marco no desenvolvimento de sistemas e técnicas para armazenamento e recuperação deste montante de informação gerada. Pensando no “problema de explosão informacional” e, conseqüentemente, em um problema vindouro de organização e armazenamento desse novo montante de informação, Vannevar Bush, em 1945, escreve "*As we may think*", propondo buscar uma solução na tecnologia.

Conforme Saracevic (1996, p. 42-43),

Dentre os eventos históricos marcantes, o ímpeto de desenvolvimento e a própria origem da CI podem ser identificados com o artigo de VANNEVAR BUSH, respeitado cientista do MIT e chefe do esforço científico americano durante a Segunda Guerra Mundial (Bush,1945). Nesse importante artigo, BUSH fez duas coisas: (1) definiu sucintamente um problema crítico que estava por muito tempo na cabeça das pessoas, e (2) propôs uma solução que seria um ajuste tecnológico, em consonância com o espírito do tempo, além de estrategicamente atrativa. O problema era (e, basicamente, ainda é) "a tarefa massiva de tornar mais acessível, um acervo crescente de conhecimento"; BUSH identificou o problema da explosão informacional - o irreprimível crescimento exponencial da informação e de seus registros, particularmente em ciência e tecnologia. A solução por ele proposta era a de usar as incipientes tecnologias de informação para combater o problema. E foi mais longe, propôs uma máquina chamada MEMEX, incorporando (em suas palavras) a capacidade de associar idéias (sic), que duplicaria "os processos mentais artificialmente". É bastante evidente a antecipação do nascimento da CI e, até mesmo, da inteligência artificial.

Neste Artigo, Bush diz que estruturar os documentos em classes e subclasses já não seria suficiente para organizar tais informações, o que tornaria os sistemas de organização do conhecimento da época “incapazes de processar adequadamente grandes acervos de informação, pois os sistemas hierárquicos ficavam superados pela associação de conceitos, imitando o modo em que as pessoas pensam” (Moreiro-González, 2011, p. 31-32). Ainda, para o autor, essa nova proposta de organização previa “a implantação dos sistemas de bases de dados, hipertextos e hipermídia”. O problema e também a solução sugerida por Bush, trabalhada mais profundamente a partir da década de 1950 acaba, então, por abrir caminho para muitas pesquisas e estudos sobre as questões da organização desse conhecimento produzido e, conseqüentemente, dos sistemas para organizar esse conhecimento. Surge, então, em 1951, o termo Recuperação da Informação, criado por Calvin Mooers, “tratando dos aspectos intelectuais da descrição de informações e suas especificidades para a busca, e também quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas empregadas na realização da operação” (Mooers, 1951, p. 25), que pensava nessa recuperação da informação como ponto mais importante para a organização do conhecimento, transformando-a num caminho bem sucedido para se tentar solucionar o problema do acesso aos infinitos documentos produzidos desde essa explosão informacional.

Araújo (2014 *apud* Costa, 2015, p. 17) observou que “vários cientistas de diferentes áreas começaram a se interessar por assuntos ligados à informação”, na Inglaterra e nos Estados Unidos, entre 1920 e 1940, com pesquisadores de várias áreas, por exemplo, química, física e engenharia, começando a se ater a “atividades como elaboração de resumos, índices e promover canais de disseminação; algum tempo depois, eles começam a se designar “cientistas da informação””. Araújo (2014, p. 7) diz que

Embora tenha nascido como uma atividade eminentemente prática, ao longo dos anos essa iniciativa foi se direcionando para uma importante institucionalização, primeiro na Inglaterra, com a realização da Royal Society Scientific Information Conference, em 1948, e a criação, em 1958, do Institute of Information Scientist. Pouco depois, na União Soviética, foi criado o Viniti, Vserossiisky Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii, vinculado à Academia de Ciências. E, a seguir, em 1958, ocorreu nos Estados Unidos a International Conference on Scientific Information. Nesse processo de institucionalização, foi-se firmando, por um lado, a ideia de que a Ciência da Informação era uma ciência dedicada à informação em ciência e tecnologia.

E a partir desse processo é que vários pesquisadores passaram a estudar a “comunicação da informação científica”, o que viria a consolidar a ideia de que a Ciência da Informação tinha por objeto “os estudos dos fluxos, dos caminhos percorridos pela informação, sua materialização em diferentes produtos e serviços”. (Araújo, 2014, p. 7).

Enquanto isso, no Brasil no final dos anos 1970, a professora Johanna Wilhelmina Smit retorna da França, após concluir sua tese de doutorado, com Jean-Claude Gardin, intitulada “*De l'analyse documentaire à l'analyse poétique: à propos des Chats de Baudelaire*”, em tradução livre, “Da análise documental à análise poética: sobre os Gatos de Baudelaire” cujas palavras-chave são Análise Documentária, Discurso Científico e Linguagem Documentária, mostrando sua área de atuação.

Gardin, pesquisador francês da área da Documentação e seus colegas da França e da Espanha vinham, desde a década de 1960, investigando as chamadas Linguagens Documentárias, que se constitui na base de estudos do grupo TEMMA, criado em 1986 pela Professora Smit, no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, representando a vertente brasileira dos estudos linguísticos para a construção de uso das linguagens documentárias, atualmente consideradas também como Sistemas de Organização do Conhecimento.

No início de suas atividades, o grupo concentrou seus esforços nas reflexões teóricas e práticas da Análise Documentária, enfatizando os procedimentos que baseiam a atividade de representação do conhecimento atuando, hoje, na construção de conhecimentos sobre a organização da informação.

Para Lara (2012, p. 2),

segundo proposta de Jean-Claude Gardin, os trabalhos do grupo foram ganhando densidade a partir da exploração, em especial, de interfaces com a Lógica e a Linguística. Na década de 90, os integrantes do Grupo passam a integrar em suas referências, a Terminologia, uma disciplina teórico-metodológica cujas vertentes remetem à Lógica ou à Linguística Aplicada

O Grupo TEMMA faz parte do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, e a produção de seus integrantes é marco para a reflexão e o ensino da Organização e Representação do Conhecimento no Brasil, principalmente no que diz respeito à integração de referenciais de linguagem de pesquisas. Desde a década de 1980, o grupo têm se destacado por seus interesses interdisciplinares, preocupando-se em estabelecer relações entre a Documentação e a Linguística, a Lógica, a Comunicação e a Terminologia, pensando na “organização de conceitos, na categorização e em parâmetros para a definição de hipóteses de organização”, temas “privilegiados pelo subcampo, considerados essenciais para o desenvolvimento de tesouros, ontologias, *topic maps*, bem como para a arquitetura da informação” (Lara, 2012, p. 4). Como observa Lara (2012, p. 3).

é importante mencionar que, ao considerar o processamento da informação como uma operação que se desenvolve no universo da linguagem, o conjunto das pesquisas necessariamente considera os problemas da comunicação e os condicionantes ideológicos, sociais e culturais que marcam a produção e a recepção da informação. Preocupações do gênero se expressam no estabelecimento de hipóteses de organização para a estruturação dos instrumentos de intermediação documentários e a procura de referenciais teóricos e concretos que permitam compreender e enfrentar as diferentes formas de manifestação da diversidade cultural.

No que diz respeito aos estudos para a construção e consolidação da Ciência da Informação no Brasil, Costa (2015, p. 30), citando Café e Sales (2010, p. 126), destaca os trabalhos envolvendo o Grupo TEMMA.

No Brasil, onde os estudos de análise documental são fortemente influenciados pela abordagem francesa, identifica-se nas pesquisas desenvolvidas pelo Grupo TEMMA (ECA/USP) – grupo criado no início da década de 1980 pela professora Johanna Smit – o espaço acadêmico responsável pela germinação e crescimento dos fundamentos teóricos e metodológicos da Análise documental neste país. Focado nas reflexões tanto teóricas quanto práticas da Análise Documental, o Grupo TEMMA, cientificamente reconhecido nos estudos de Anna Maria Marques Cintra, Mariângela Spotti Lopes Fujita, João Batista Ernesto de Moraes, Marilda Lopes Ginez de Lara, Johanna Wilhelmina Smit, Nair Yumiko Kobashi, José Augusto Chaves Guimarães, Vânia Mara Alves Lima, Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo entre outros, vem diversificando seu espectro investigativo entre estudos de terminologia aplicada à organização e transferência da informação, nos processos de leitura em análise documental e linguagem de especialidade da Ciência da Informação.

O grande interesse do Grupo reside no desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares, como já mencionado, e de acordo com Lara (2012), seus esforços se voltam para os estudos em torno dos “processos de representação na tentativa de substituir os procedimentos empíricos ou de “bom senso” por procedimentos baseados em referenciais teóricos”, o que vem motivando pesquisas no cenário dos estudos da CI.

E fortemente influenciados pela Análise Documentária francesa, destacando Jean-Claude Gardin, segundo Smit (2012, p. 223-224), o Grupo TEMMA se debruça em duas questões: a abordagem interdisciplinar e a exigência de cientificidade para os procedimentos e construção de instrumentos na área da Organização e Representação da Informação.

Smit (2012) lembra que Gardin, ao voltar seus interesses sobre os aspetos teórico da área, no que diz respeito à abordagem interdisciplinar, fortalece a discussão do “profissional enquanto analista da informação no processo de representação da informação antes feita a partir de seu “bom senso””. Para a autora (p. 222),

Os procedimentos de representação da informação adquiriram, com Gardin, uma dimensão teórica inovadora ao comparar a análise de textos variados (científicos, literários, técnicos) e contrapô-las a outras modalidades de análise de textos e argumentar que a análise documentária corporifica o ramo mais industrial das análises de textos, inserindo desta forma a elaboração teórica no contexto de uma prática profissional regida por regras de eficácia e de eficiência.

Quando Smit (2012, p. 223-224) fala de uma exigência de cientificidade, insere um olhar mais crítico nos processos de representação, enfocando que “as exigências de precisão e explicitação eram propostas como ferramentas para combater o que, sem sua fina ironia, Gardin denominava o sistema do “*anything goes*” (ou seja, do vale tudo) e que ele considerava qualificador de boa parte das práticas profissionais da época” ressaltando, dessa forma, a necessidade de se compreender os contextos de cultura e situação para cada solução de representação do conhecimento e da informação, pois deste modo os usuários desses contextos terão mais facilidade na recuperação e acesso da informação procurada. Assim, na perspectiva de Smit (2012), três aspectos norteiam as atividades do Grupo TEMMA: um primeiro que pensa no processo de análise documentária objetivando a representação da informação e de documentos; um

segundo aspecto que pensa no contexto comunicacional dos resumos, índices, palavras-chave e *tags* gerados pela análise documentária, e um terceiro aspecto que pensa na construção de linguagens documentárias e em sua inserção em áreas específicas do conhecimento.

E por conta dessas preocupações e participação ativa nas discussões tanto nacionais quanto internacionais, com participação efetiva dos membros do Grupo TEMMA na *International Society for Knowledge Organisation* (ISKO) é que foi possível a criação do Capítulo Brasileiro dessa associação, sendo parte da sua diretoria e do *executive board* da ISKO internacional. A ISKO-Brasil (www.isko.org.br) foi instalada oficialmente pela aprovação de seu estatuto em assembleia realizada em 2007 durante o VIII ENANCIB, em Salvador (ancib.org). Seus membros são participantes do GT-2, “Organização e Representação do Conhecimento” do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) e da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação (Rede MUSSI).

De acordo com sua ementa, o GT-2 (ANCIB, 2023) tem o objetivo de desenvolver o

Estudo das teorias, metodologias, políticas, instrumentos, processos e produtos da organização e representação do conhecimento, descrição, recuperação e acesso à informação, nas suas dimensões epistemológicas, aplicadas e sócio-culturais, a partir das perspectivas terminológicas e tecnológicas em ambientes informacionais

O Grupo TEMMA encerrou suas atividades numa mesa do evento ISKO Brasil, em Marília (SP), no ano de 2015, congregando seus membros e seus principais aportes no aprimoramento acadêmico e profissional dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil contribuindo com estudos muito relevantes para a área da Organização da Informação no país. Para Costa (2015, p. 70)

Dada a importância de que o Grupo TEMMA se reveste principalmente no que tange à consolidação da Ciência da Informação, bem como para criação de novos conhecimentos na área, torna-se fundamental a organização e preservação dos estudos realizados, procedimentos instituídos, entre outros aspectos.

Diante do acima exposto, destacamos o primeiro resultado dos estudos do grupo, a publicação do livro *Análise Documentária: análise da síntese*, publicado em 1987, considerado referência nos estudos da Organização da informação, que reuniu, na época, docentes de diversas áreas do conhecimento além da Biblioteconomia e Documentação, como pesquisadores das áreas da Comunicação, das Letras e da Linguística, se tornando um clássico da literatura em Ciência da Informação no Brasil sendo, até os dias de hoje, “um referencial teórico na área da Organização e Representação da Informação, sobretudo nos aspectos atinentes à Análise Documentária” (Costa, 2015, p.45), sobre o que trataremos no capítulo seguinte.

6 LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA, TEORIA DO CONCEITO E TERMINOLOGIA

A seguir, trazemos os princípios da Linguística Documentária, tratando das origens e conceitos da Linguagem Natural e da Linguagem Documentária. Em seguida, trataremos da Teoria do Conceito e, logo a seguir, discorreremos sobre a Teoria Geral da Terminologia e a Teoria Comunicativa da Terminologia. Optamos por percorrer este caminho como uma linha do tempo com os estudos sobre os temas mencionados.

6.1 A Linguística Documentária

A linguagem é um instrumento para acessar e se apropriar da informação de modo a produzir novo conhecimento; toda vez em que se pensa em organizar conhecimento, tem de se pensar em recuperação e armazenamento desse conhecimento em forma de linguagem.

No interior da Ciência da Informação, a Linguística Documentária constitui um campo de estudos que se propõe a observar os problemas que caracterizam a linguagem documentária como uma forma específica de linguagem inscrita no universo da linguagem geral.

O termo Linguística Documentária surgiu na Espanha, na década de 1990, e foi originalmente proposto por García-Gutiérrez (1990) com o objetivo de criar modelos de Análise Documentária e de construir as Linguagens Documentárias a partir do pressuposto de que os problemas relacionados à informação são problemas de linguagem. (Lara; Tálamo, 2007). Para Lara (2009, p. 28), essa Análise Documentária “foi concebida por Gardin tendo em vista a expressão do conteúdo de textos científicos como uma operação de extração de significados de textos”.

Com base nos estudos da França com relação à origem da Ciência da Informação pode-se traçar um paralelo com a documentação, quando Lara (2009) explica que as primeiras atividades da documentação surgem a partir de uma questão sobre a forma que seria possível organizar os conteúdos dos documentos. Otlet (1937, p. 45) diz que quando se pensa na organização dos documentos, a documentação tem papel importante, devendo “remontar a seus fins, saber registrar

e, segundo a Ciência, saber criar segundo a arte e saber aplicar segundo a utilidade”, gerando um ciclo nessa organização. Assim, partindo-se desse ciclo, criam-se instrumentos de tratamento da informação que fornecem padronização por meio de um agrupamento entre os documentos semelhantes, quando se torna possível substituir o conteúdo de um documento por uma “etiqueta” (Lara, 2009; García-Gutiérrez, 1990).

Pode-se, então, dizer que “a documentação ofereceu à linguística documentária uma estrutura cíclica que refletiu de forma direta na Análise Documentária, na medida em que permitiu a esta galgar avanços no que tange à representação e organização dos conteúdos dos documentos” (Lima; Moreira; Moraes, 2016, p. 993).

Segundo García-Gutiérrez (1990, p. 55) o interesse da Análise Documentária pela Linguística se relaciona “ao seu universo teórico não focando as diferentes correntes linguísticas e suas correntes de pensamento, mas sim os elementos que podem ser transpostos e utilizados no fazer pragmática”. Lara (2009, p. 48) diz que

É possível afirmar com base em Lara (2009) que a Linguística Documentária não possui uma definição fechada em si mesma na medida em que é formada pela união de uma série de elementos, como, por exemplo, o processo de representação documentária cuja ocorrência se dá “quando os procedimentos de Análise Documentária envolvem a utilização de ‘descritores’ que, diferentemente dos métodos de tabulação, não pertencem necessariamente à linguagem dos textos estudados”.

Assim, para estudar os problemas que caracterizam a Linguagem Documentária como uma forma específica de linguagem inscrita no universo da linguagem geral, a Linguística Documentária procura entender o funcionamento dessa Linguagem Documentária, tanto no que é interessante em relação à sua construção quanto no que está circunscrito aos propósitos metodológicos para a confecção de produtos documentários. Deste modo, a Linguística Documentária estuda

as estruturas simbólicas da documentação; as questões linguísticas advindas da mediação necessária entre os produtores e os consumidores de informação; os meios de representação da informação; as linguagens documentárias propriamente ditas; e a produção da informação documentária (Santos; Maimone; Lima, 2019)

A Linguística Documentária se localiza, portanto, como uma espécie de intersecção entre a área de estudos da Documentação e a da Linguística Aplicada.

Operando estruturas de informação “inscritas em textos que permitem a sua circulação, recuperação e uso pelos públicos inseridos na cultural informacional contemporânea” (Santos; Maimone; Lima, 2019), interessa à Linguística Documentária não a língua ou a linguagem na comunicação em geral, mas “a comunicação no âmbito dos processos científicos e informativos estabelecidos por meio de documentos”. Deste modo, a Linguística Documentária procura

O entendimento do funcionamento da linguagem para o tratamento da informação; a construção do instrumento de mediação (a linguagem documentária) utilizando referências linguístico-semióticas e terminológicas; [...] meios para construir a linguagem documentária de modo a tratar a informação e disponibilizá-la para acesso e apropriação (Santos; Maimone; Lima, 2019)

Para Lara e Tálamo (2006, p. 203-204)

Historicamente, a atividade documentária desenvolveu-se de forma empírica como uma resposta imediata a uma necessidade prática de sumarizar os conteúdos dos documentos [...] padronizando uma substância ou conteúdo por uma etiqueta, limitando a avaliação objetiva tanto do processo de produção da informação, especialmente do instrumento ou meio de conversão ou tradução, quanto do resultado almejado, qual seja a capacidade de resposta consistente às questões enunciadas pelos demandantes da informação. O reconhecimento explícito que o tratamento e a disseminação da informação não consistem na formulação de verbalizações, mas na elaboração de sequências organizadas em linguagem construída exige de forma crescente a composição de um subdomínio na Ciência da Informação para agregar os problemas decorrentes dos processos simbólicos do tratamento e da recuperação da informação, pesquisá-los e buscar soluções que minimizem a distância entre os estoques e o uso da informação.

Assim, é proposto que esse subdomínio chamado Linguística Documentária venha a estudar as noções de estrutura linguística da informação e a estruturação da mensagem documentária, sua recepção, interação e produção de sentido procurando associar “dados da produção informacional e dos quadros de referência da linguagem dos usuários”, às comunidades de discurso (Santos; Maimone; Lima, 2019, p. 12).

A linguística documentária, em um primeiro momento, parece estar mais preocupada com o processo de uso de uma linguagem documentária, e suas

questões sobre a construção da linguagem parecem surgir mais adiante. Como a linguagem enquanto elemento que constitui a cultura informacional não exerce somente um papel instrumental e sim é tida como representação de sentido, é necessário entendê-la, portanto, como um “sistema de tratamento da informação que visa, através de sínteses, reunir, para sua representação, a imensa massa documental existente. (Lara; Tálamo, 2006, p. 205).

E é neste contexto, portanto, que a Linguística Documentária surge, semelhante à Linguística Aplicada, como campo de estudos dos meios de representação da informação, visando “operar com estruturas de informação inscritas em textos que permitem a sua circulação, recuperação e uso pelos públicos inseridos na cultura informacional contemporânea” (ibidem, p. 205), cabendo à essa Linguística Documentária, conforme as autoras,

[...] compor os quadros de referência para a análise, avaliação e construção da linguagem documentária, entendida como linguagem de informação, associando os níveis sintático-semântico-pragmático para identificar com clareza a inserção do signo documentário no plano sistêmico e no plano funcional, objetivando-o no tempo, no espaço e na cultura [cabendo] à Linguística Documentária desenvolver e propor parâmetros para a construção da informação, os quais, sumariamente, relacionam-se à abordagem da produção técnico-científica e sócio-cultural, à sua representação e às formas que garantem a função sócio-cognitiva dos produtos documentários.

Dessa abordagem da Linguística Documentária é concebido, então, um modelo de Linguagem Documentária, constituindo um meio para o estabelecimento dessa cultura informacional, que exerce um papel codificador e que se propõe como representação e funciona como insumo do processo social de geração de sentido. (Santos; Maimone; Lima, 2019, p. 13). Para Lara (2004, p. 232)

A denominação linguagem documentária, além de referir-se ao conjunto dos diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento da informação bibliográfica (sistemas de classificação enciclopédicos ou facetados e tesouros), designa, de modo mais amplo e completo, a linguagem especialmente construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação [...] num diálogo com disciplinas como a Lógica, a Linguística, a Terminologia, entre outras, [e] mostram que seu caráter instrumental é antes uma decorrência das características que a relacionam efetivamente à linguagem natural, na sua capacidade de prover formas de estruturação e de organização de inúmeros e variados conjuntos informacionais.

Enquanto a Linguagem Natural trata das muitas questões de ambiguidade, de sinonímia, de alta revocação e baixa precisão, sendo inerente sua capacidade de se fazer compreender a língua e outras manifestações como a arte, a música, a pintura, a dança, entre outras formas de arte, estruturada numa Língua, um sistema de signos que possibilitam a comunicação, com uma estrutura formada por uma rede de relações que possibilitam a significação, a Linguagem Documentária trata das muitas questões de normalização, de padronização, de melhor precisão e pertinência dessa linguagem. Para Benveniste (1991, p. 29),

Na verdade, o homem não foi criado duas vezes, uma vez sem linguagem, e uma vez com linguagem. A ascensão de Homo na série animal pode haver sido favorizada pela sua estrutura corporal ou pela sua organização nervosa. Deve-se antes de tudo à sua faculdade de representação simbólica, fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade.

Deste modo, para que a linguagem documentária estruture esse conteúdo da linguagem como um meio de organização e que desempenha um papel de instrumento de comunicação, conforme Lara (2004, p. 233) “ela deve reunir determinadas qualidades, tais como a) funcionar como código inteligível e fonte para interpretação de sentido, b) caracterizar-se como metalinguagem, c) incorporar o usuário como integrante do processo”. Deste modo, ainda segundo a autora, para que essas três características estejam presentes, depende-se do “rigor metodológico utilizado na sua construção, principalmente quanto à normalização semântica”. Em outras palavras, depende-se do processo de “delimitação do sentido de suas unidades e, conseqüentemente, de seu todo” (Lara, 1999, p. 24). Para Tálamo (1997, *apud* Lara, 2004, p. 233),

Para realizar a mediação e se constituir em fonte de sentido, não basta reunir as expressões retiradas dos documentos. Ao contrário, a linguagem documentária deve dispor os seus elementos, uns em relação aos outros, para que, no conjunto, obtenha-se um sistema uno e dotado de significado. Uma linguagem documentária é “simultaneamente, um modo de comunicação da informação”.

Os mecanismos para a interpretação de uma linguagem, quando tratamos da linguagem documentária, são formados de modo complexo, uma vez que se originam na articulação de códigos distintos: “no código da língua”, que remete a um

saber prévio, a um conhecimento e domínio da língua que se veiculam as informações; “no subcódigo relativo ao domínio-objeto” das “áreas de atividade, saber ou especialidade, ou mesmo do repertório focado” da linguagem usada, que “remetem a significados particulares (uma palavra que tem, na língua geral [ou natural, grifos nossos] inúmeros sentidos” e que ganha, quando utilizada na linguagem especializada “um significado preciso e definido [...] num contexto preciso ou num universo delimitado”; e no “subcódigo da Ciência da Informação”, caracterizado como um modo próprio como “são efetuados os recortes nas áreas de especialidade” (Lara, 2004, p. 234).

Assim, segundo Lara (2004. p. 234)

Para funcionar como metalinguagem e integrar o usuário como participante do processo [de transformação da linguagem natural em linguagem documentária, grifos nossos], a linguagem documentária deve utilizar referências de linguagem – e de significado – que sejam razoavelmente compartilhadas. Mesmo que o sistema possa ser acessado por um público heterogêneo, sua condição de inteligibilidade se relaciona às características particulares que lhe conferem certa homogeneidade. O público de um sistema deve reconhecer – ou ter condições de conhecer – o que está sendo veiculado, o que diz respeito eminentemente à linguagem. Nasce daí o diálogo com a Terminologia [que passamos a discutir logo a seguir, grifo nosso].

Seja, então, essa linguagem natural um sistema de signos que realiza comunicação, seja uma linguagem normalizada, padronizada para uso em determinados contextos, uma Linguagem Documentária, como um tipo de Organização do Conhecimento, enquanto a primeira é de natureza arbitrária e autônoma, estruturada como um sistema de relações estabelecidas entre seus usuários naturalmente, a segunda parte do “estudo de uma formação convencional das linguagens fechadas destinadas à transmissão de mensagens documentárias por meio de elementos significantes” (García-Gutiérrez, 1990), ou ainda, “conjunto de termos providos ou não de regras sintáticas” (Gardin, 1966). E aqui começa a se desenhar um ponto interessante de conexão foco da nossa pesquisa, mas que discutiremos mais adiante. Neste ponto, passamos a conversar sobre a Teoria do Conceito e a Terminologia.

6.2 A Teoria do Conceito

Por meio do uso das linguagens naturais é possível enunciar conceitos individuais e gerais, uma vez que todo enunciado sobre algo contém um elemento de seu respectivo conceito, uma característica intrínseca a esse conceito. Assim, tais características podem evidenciar relações entre esses conceitos, em outras palavras, a soma total das características descreve o próprio conceito, pois “desde que o homem foi capaz de pensar e falar, empregou palavras (conjuntos de símbolos) para designar” as coisas e os objetos se fazendo entender pelos seus semelhantes por meio de formas verbais (Dahlberg, 1978, p. 101). Com o desenvolvimento da linguagem e a capacidade do ser humano de designar a vida que o cerca e de se comunicar com seus semelhantes, é importante pensar no desenvolvimento dessa língua e linguagem naturais e, por conseguinte, nas linguagens especializadas em contextos específicos da vida humana, como por exemplo, a linguagem de domínios específicos, a linguagem da química, da física, da engenharia, das letras, dos sistemas de classificação etc. para Dahlberg (1978, p. 101)

O conhecimento fixou-se através dos elementos da linguagem. Novos conhecimentos apareceram com novos elementos linguísticos e também através destes tornaram-se mais claros e distintos. Podemos dizer que este processo de crescimento há de perdurar enquanto o homem existir sobre a terra e utilizar a linguagem como expressão de seus pensamentos.

É com o auxílio da linguagem que o homem se relaciona e elabora enunciados sobre o que o cerca e que, também experiencia as formas do tempo e do espaço em que vive, enunciando conceitos individuais e conceitos gerais sobre o mundo. “É em base a tais enunciados que elaboramos os conceitos relativos aos diversos objetos. Cada enunciado verdadeiro representa um elemento do conceito” (Dahlberg, 1978, p. 102).

Um conceito é, então, formado pela soma total de características e de enunciados verdadeiros sobre um objeto individual ou geral. Deste modo, podemos dizer que um conceito é, então, constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada como uma reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto.

A Teoria do Conceito leva em conta o seguinte: os elementos do conceito; a análise dos conceitos e síntese das características; a tipologia das características pelas categorias; a ordem das características para a constituição dos conceitos; e a função das características dos conceitos.

Sobre os elementos dos conceitos, todo enunciado sobre os objetos contém um elemento do respectivo conceito, os quais se identificam com as características dos conceitos, traduzindo os atributos das coisas designadas (Dahlberg, 1978, p. 102).

Sobre a análise dos conceitos e síntese das características, tal processo ocorre quando são coletados os enunciados verdadeiros formulados sobre determinado objeto, quando cada enunciado apresenta um “atributo predicável do objeto que, no nível do conceito, se chama característica ou uma hierarquia de características deste objeto [e] se um conceito ainda não tem um nome é possível formulá-lo pela síntese [de suas] características descobertas” (Dahlberg, 1978, p. 102-103).

Sobre a tipologia das características pelas categorias podemos ter características simples (aquelas que se referem a uma única propriedade do objeto) ou características complexas (aquelas que se referem a mais de uma propriedade do objeto). De base aristotélica, conforme retirado de Dahlberg (1978, p. 103), as espécies de características estão demonstradas na figura 1.

Figura 1 - Espécies de características

Espécies de características	Exemplos
Matéria (substância)	de madeira, de metal, de couro, de vidro, etc.
Qualidade	possuir determinada estrutura, determinada forma, ser redondo, denso, colorido, etc.
Quantidade (extensão)	possuir comprimento, largura, peso, etc.
Relação	ser o dobro, ser mais largo, ser causa de, ser condição de, etc.
Processo (atividade)	começar, continuar, terminar, realizar algo, etc.
Modo de ser	estar em pé, sentado, voando, etc.
Passividade	ser cortado, pressionado, etc.
Posição	estar em cima, em baixo,
Localização (lugar)	estar em Brasília, no Rio de Janeiro, etc.
Tempo	em fevereiro de 1978, etc.

Fonte: Dahlberg (1978, p. 103).

Quanto a ordem das características para a constituição dos conceitos, estas podem ser características essenciais (ou necessárias, que por sua vez podem ser constitutivas da essência ou consecutivas da essência) ou características acidentais (adicionais ou possíveis, que por sua vez podem ser gerais ou individualizantes). No quadro a seguir, retirado de Dahlberg (1978, p.103), como exemplo, podemos observar a aplicação de tais conceitos para objetos materiais em geral e para minerais (figura 2):

Figura 2 - Características para a constituição de conceitos

Objetos materiais em geral	Minerais
<i>características essenciais constitutivas</i>	
— ser material	composição química
— ter uma estrutura	estrutura cristalina
<i>características essenciais consecutivas</i>	
— as propriedades físicas	desvio dos raios luminosos; dureza; condutividade
— propriedades elétricas	condutividade
<i>características acidentais gerais</i>	
— determinada forma	formas externas dos minerais
— falhas	deformações
— cor	cor
<i>características acidentais individualizantes</i>	
— relação com determinado lugar	relação com determinado lugar
— relação com determinado tempo	relação com determinado tempo

Fonte: Dahlberg (1978, p. 103).

Na figura 2, como explica Dahlberg (1978, p. 103)

No caso, os minerais sempre possuem determinada composição química e determinada estrutura cristalina. E através da diversa maneira de possuir tais propriedades que eles se distinguem uns dos outros. Consequentemente, as características essenciais consecutivas dependem das características essenciais constitutivas. As características acidentais, tanto gerais como individualizantes, dependem de fatores externos e de condições acidentais.

Sobre a função das características dos conceitos, temos a ordenação classificatória dos conceitos e respectivos índices, a definição dos conceitos, e a formação dos nomes dos conceitos. Todas as vezes em que conceitos possuírem características iguais, “deve-se admitir que entre eles existem relações” e, assim, nas suas definições “obviamente, as características preenchem uma função

importante. Nos conceitos gerais as características essenciais têm mais importância do que as acidentais” (Dahlberg, 1978, p. 104).

Outro ponto importante a se discutir neste momento é a relação entre os conceitos: as relações lógicas, as relações hierárquicas, as relações partitivas, as relações de oposição e as relações funcionais.

As relações logicamente possíveis, conforme retirado de Dahlberg (1978, p.104, figura 3) são:

Figura 3 - Relações lógicas entre os conceitos

identidade	$A(x, x, x) B(x, x, x)$	As características são as mesmas;
implicação	$A(x, x) B(x, x, x)$	O conceito A está contido no conceito B;
intersecção	$A(x, x, o) B(x, o, o)$	Os dois conceitos coincidem algum elemento;
disjunção	$A(x, x, x) B(o, o, o)$	Os conceitos se excluem mutuamente. Nenhuma característica em comum;
negação	$A(x, x, o) B(o, x, o)$	O conceito A inclui uma característica cuja negação se encontra em B.

Fonte: Dahlberg (1978, p. 104).

Como mostra a autora, “com o auxílio destes tipos de relacionamento” entre os conceitos torna-se possível estabelecer comparações entre tais conceitos “de modo a organizá-los não só nos sistemas de classificação, mas também nos tesouros” (Dahlberg, 1978, p. 104).

Quanto às relações hierárquicas (implicação) entre os conceitos, Dahlberg explica que “se dois conceitos diferentes possuem características idênticas e um

deles possui uma característica a mais do que o outro, então entre eles se estabelece a relação hierárquica ou relação de gênero e espécie”, conforme podemos ver na figura 4:

Figura 4 - Relações hierárquicas (1)

árvore
 árvore frutífera
 macieira

Fonte: Dahlberg (1978, p. 104).

Podemos, neste caso, falar ainda de conceito superior (mais genérico) e conceito inferior (mais específico). Se falamos de árvore, temos um conceito superior, mais genérico, quando a relacionamos com árvore frutífera, um conceito inferior, mais específico; se falamos de macieira, temos um conceito inferior quando relacionado a árvore frutífera e mais genérico ainda quando relacionado a árvore. Ainda, há outro tipo de relação hierárquica, uma que existe entre conceitos específicos do mesmo gênero como na figura 5:

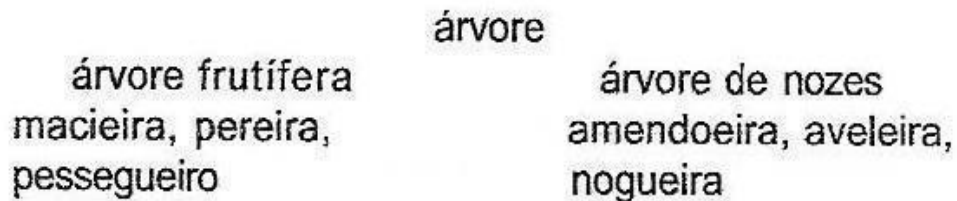
Figura 5 - Relações hierárquicas (2)

Ex.:
 árvore árvore frutífera
 macieira
 pereira
 pessegueiro
 árvore de nozes
 amendoeira
 aveleira
 noqueira

Fonte: Dahlberg (1978, p. 104).

A representação desta relação também pode ser feita da seguinte forma (figura 6):

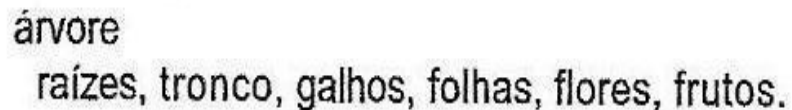
Figura 6 - Relações hierárquicas (3)



Fonte: Dahlberg (1978, p. 104).

Quanto às relações partitivas, estas aparecem quando relacionamos o todo e suas partes, como na figura 7.

Figura 7 - Relações partitivas



Fonte: Dahlberg (1978, p. 104).

Raízes, tronco, galhos, folhas, flores e frutos são parte do todo “árvore”, como por exemplo, as relações que existem entre um produto e os elementos que o constituem (Dahlberg, 1978, p. 104). Este tipo de relação se aplica principalmente a conceitos que expressam objetos.

As relações de oposição podem ser de contradição, como por exemplo, numérico em relação a não numérico; presente em relação a ausente ou de contrariedade, como por exemplo, branco em relação a preto, alto em relação a baixo, gordo em relação a magro. Este tipo de relação se aplica principalmente a conceitos que expressam propriedades.

As relações funcionais, que se aplicam principalmente a conceitos que expressam processos lidam com o caráter semântico da língua, “tendo por base as chamadas valências semânticas dos verbos, dando atenção aos verbos e respectivos complementos (Dahlberg, 1978, p. 105), como podemos observar a seguir:

Ex.:

Produção – produto – produtor – comprador

Medição – objeto medido – fins da medição – instrumento de medição – graus de medição.

Como no exemplo acima, retirado de Dahlberg (1978, p. 105),

A valência semântica do verbo é a soma dos lugares a serem preenchidos de acordo com a ligação deste conceito com outros. Ex.: se se tratar de valência semântica do verbo *medir* teremos que responder às seguintes questões: - o que é medido? p. e. a temperatura; - com que instrumento é feita a medição? p. e. com um termômetro; - de acordo com que sistema? p. e. de acordo com o sistema de Celsius; - de que coisa é medida a temperatura? p. e. de uma célula viva.

No exemplo acima, “podemos dizer que entre o conceito do processo “medição” e os conceitos dos complementos mencionados existem relações funcionais”, com outros suplementos adicionais que podem ou não se tornar necessários para a individualização de tal conceito. Nos parece, neste ponto, haver grande conexão entre tais conceitos apresentados como o modo que a LSF aborda as relações entre os conceitos, especificamente quando, em tal teoria, se fala nas realizações dos processos (verbos no Sistema de Transitividade) e nas relações entre Tema e Rema, o que discutiremos mais apropriadamente adiante.

Na Teoria do Conceito, Dahlberg (1978) ainda traz considerações sobre a intensão e extensão do conceito, sobre as espécies de conceitos e sobre a definição de conceitos.

Quanto a intensão do conceito, a autora diz que esta é “a soma total de suas características, [...] a soma total dos respectivos conceitos genéricos e das diferenças específicas ou características especificadoras”, como, por exemplo, a intensão do conceito “lua”: um satélite, que se move ao redor do planeta Terra, que possui quatro fases diferentes. Em outras palavras, uma soma de conceitos sobre o termo “lua”. Sobre a extensão do conceito, esta pode ser compreendida como “a

soma total dos conceitos mais específicos que possui [...] a soma dos conceitos para os quais a intensão é verdadeira, [...] a classe dos conceitos de tais objetos que se pode afirmar que possuem aquelas características em comum que se encontram na intensão do mesmo conceito” (Dahlberg, 1978, p. 105).

Quanto às espécies de conceitos, a autora fala de uma “categorização formal dos conceitos que tem importância na formação dos sistemas e na combinação dos mesmos conceitos”, que pode se dar da seguinte maneira, existindo, ainda, inúmeras possibilidades de combinações de tais categorias de conceitos (Dahlberg, 1978, p. 105):

- A Objetivos. Ex.: plantas, produtos, papel etc.
- B Fenômenos. Ex.: crescimento, chuva, tráfego etc.,
- C Processos. Ex.: imprimir, sintetizar etc.
- D Propriedades. Ex.: cego/cegueira, suave/suavidade etc.
- E Relações. Ex.: causalidade, necessidade.
- F Dimensão. Ex.: espaço, tempo, posição etc.

Sobre a definição dos conceitos, a autora as divide entre: a importância das definições, quando trata de um consenso na afirmação de que as definições “são pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais e que constituem elementos necessários na construção de sistemas científicos” [e de sistemas de organização do conhecimento, grifos nossos], além de reforçar essa importância de conceituar as coisas quando “se tem em vista a comunicação internacional do conhecimento”; as funções das definições, quando diz que definir um conceito é “de certo modo, uma limitação [...] uma colocação de limites, [...] de tempo e espaço”, numa crescente contínua de novos conhecimentos que precisam ser conceituados e organizados; em como escrever as definições, quando diz que “podemos usar símbolos equacionais como as matemáticas e acrescentar o símbolo “df” para indicar expressamente a intensão de se efetuar uma definição”; as espécies de definições, nominais – que têm “por fim a fixação do sentido de uma palavra” - e reais – que “procuram delimitar a intensão de determinado conceito, distinguindo-o de outros com idênticas características”, dizendo ainda que “a definição nominal relaciona-se com o conhecimento contido na linguagem” sobre aquele conceito e que a “definição real relaciona-se com o conhecimento do objeto” quando se mencionam suas “características essenciais”; e, por fim, as definições

reais simples e complexas, quando encontramos no “*definiens*² um conceito mais amplo do que está contido no *definiendum*³ seguido de uma característica chamada diferença específica ou característica especificadora” de tal conceito (Dahlberg, 1978, p. 106-107).

Assim, o conceito precisa ser designado, ou seja, precisa receber um nome para ser integrado ao léxico e utilizado nos discursos em Linguagem Natural. Da mesma maneira para ser utilizado, no processo da Análise Documentária, para representar e recuperar uma informação, deve ser designado por um termo e, por isso, recorreremos e apresentamos, a seguir, a Terminologia.

6.3 A Terminologia

Tudo o que existe é denominado. Seja por meio de um desenho, de uma manifestação verbal ou escrita, os entes e as coisas são denominadas por meio de uma palavra, que se materializa por meio de “uma unidade da língua escrita, situada entre dois espaços em branco, ou entre um espaço em branco e um sinal de pontuação” (Houaiss, 2021).

Conforme Barros (2004, p.25), por conta da evolução da ciência, diversas transformações no modo de vida e ação dos indivíduos têm impulsionado e conduzido a humanidade a diferentes formas de organização política e social, inclusive transformações linguísticas, uma vez que “cada descoberta ou invento recebe um nome [e] passa a ser designado por um termo”, o que desencadeia um processo de “desenvolvimento terminológico tão importante quanto o econômico ou social, no qual a criação neológica é intensa e se dá por diferentes mecanismos linguísticos”.

Impulsionada pela Revolução Industrial e por diversos outros eventos, descobertas e invenções, incluindo a explosão informacional pós Segunda Guerra Mundial, a sociedade vem passando por profundas transformações, impactando as condições de vida dos indivíduos, com novas relações, novas leis e mudanças políticas, sociais, tecnológicas e econômicas que traziam e continuam trazendo “repercussões em nível vocabular: a cada nova invenção, a cada nova situação,

² Da filosofia Aristotélica, o conjunto de termos ou conceitos que irão definir (o *definiendum*). Geralmente um *definiens* é composto por termos ou conceitos irmãos ou gerais ao termo que está sendo definido.

³ Da filosofia Aristotélica, o termo ou conceito que será definido.

atividade, produto, serviço, reivindicação, lei etc. surgiram [e continuam surgindo, grifos nossos] novos termos correspondentes” (Barros, 2004, p. 26, grifo nosso), quando o “universo lexical das línguas transformou-se [e continua em transformação], ampliando substancialmente, o mesmo sucedendo com o conjunto terminológico que, aliás, cresceu [e continua crescendo] em maior proporção” (Ibidem, p.26, grifo nosso). Para a autora, esta avalanche de transformações leva a novas necessidades linguísticas, reiterando o que Corbeil (1984, p. xviii *apud* Barros, 2004, p. 27) diz:

A generalização do ensino, por um lado, as novas exigências de comunicação, sobretudo escrita, por outro, tornaram necessária a constituição de uma língua padrão, conduzindo a um importante trabalho de descrição linguística, de codificação da língua, de normalização das terminologias, de elaboração e de difusão de obras de referência em forma de gramáticas, de dicionários, de léxicos ou de manuais de todo tipo, desde manuais de pronúncia até manuais de dificuldades ortográficas.

Faz-se necessário, deste modo, pensar numa língua padrão, que passa a ter e exercer determinado poder e dominação de classe em seus usuários e uma padronização da língua a fim de se reduzir as variações linguísticas e facilitar a comunicação, com conceitos de “valor, de marca sociolinguística, de certo e errado” (Barros, 2004, p. 27) ganhando força e passando a ser instrumentos de discriminação, ordenação e classificação social. Como Corbeil (1984, p. xix *apud* Barros, 2004, p. 27) explica,

Os vocabulários de especialidade são produzidos pelos próprios especialistas, difundidos pelas publicações e seu uso como vocabulário de trabalho, ensinado pela escola, juntamente com os conhecimentos de cada especialidade. Tornam-se, inevitavelmente e prioritariamente, os preliminares de um programa de desenvolvimento e de participação em uma civilização industrial.

Esses vocabulários de especialidade tomam espaço como a representação do conhecimento das áreas especialidades em contraponto com a língua natural falada pelos não conhecedores ou por aqueles que não estão inseridos neste contexto específico de uma linguagem especializada. Então, na qualidade de uma ciência da linguagem e de uma “disciplina científica que estuda as línguas (ou linguagens) de especialidade e o conjunto vocabular de campos específicos” (Barros, 2004, p. 28) temos um grande desenvolvimento da Terminologia que, no

intercâmbio entre as civilizações, sente “a necessidade de compreender o universo nomeado por outros homens” dando origem a dicionários bi e multilíngues, nos quais os termos se encontram em posição de importância de destaque.

De acordo com o dicionário Houaiss (2021), o termo é uma “palavra (ou locução) rigorosamente definida que designa um conceito próprio de um determinado campo das ciências, da tecnologia, das artes, dos ofícios etc.”, uma palavra que designa um conceito específico dentro de um domínio especializado.

Desde os tijolos de argila sumérios datados de 2600 a.C., onde se podiam encontrar “termos relacionados a profissões, gado, objetos comuns e divindades” (Barros, 2004, p. 29), passando pelos primeiros dicionários temáticos egípcios, pelos glossários médicos do primeiro século depois de Cristo e chegando-se aos bancos de dados e nuvens de armazenamento atuais, podemos notar que a necessidade de se identificar, compilar e representar conjuntos de palavras de um determinado campo do saber tem sido cada vez mais objeto de estudo de disciplinas como a Terminologia e a Linguística, por exemplo.

Para Lara (2004, p. 234-235, grifo nosso),

A Terminologia é uma área interdisciplinar que dá suporte a várias disciplinas no estudo dos conceitos e sua representação em linguagens de especialidade. Termo polissêmico, terminologia se refere tanto à teórica e metodológica, como à terminologia concreta. Na primeira acepção, a Terminologia fornece metodologia para a descrição, ordenamento e transferência do conhecimento, indicando princípios que regem a compilação, formação dos termos, estruturas de campos conceituais, usos e administração de terminologias. Na segunda acepção, refere-se a um conjunto de termos relacionados a uma língua de especialidades. (...) [Seus] elementos centrais (...) são os objetos, conceitos, termos e definições.

Grafada com a letra “T” maiúscula, Terminologia se refere a um campo de estudo, a uma área de especialidades, ao estudo dos termos, aos nomes e processos de denominação, à discussão sobre nomes e denominações que incluem a discussão da linguagem e do significado (Rey, 1995 *apud* Barros, 2004, p. 30) e, grafada com a letra “t” minúscula, a terminologia se refere a um conjunto de palavras significantes para uma área de especialidade, aos termos em si, como por exemplo, mesa, cadeira, sofá etc.

O homem, então, não se limita a compilar palavras ou termos; reflete sobre a linguagem produzida e utilizada, com as primeiras reflexões filosóficas sobre esse processo de denominação das coisas remontando a Platão, quando, em *Crátilo*,

discutia “a origem das palavras e a justeza dos nomes”. (Rey, 1979, p. 7, *apud* Barros, 2004, p. 30) explica que

Se *nomenclatura* (do latim *nomen calare*) aparece em francês no sec. XVI com o sentido de “glossário, lista de palavras”, o conceito se distingue confusamente do de *dicionário* (de *dictio* “palavra pronunciada, fala”). Por outro lado, em inglês *technology*, que designa em 1615 um “tratado relativo às artes” (lat. *ars, artis*, grego *tekhné*), assume, em meados do séc. XVII o valor especial de “conjunto de termos próprios de uma arte”. Mas, apesar de algumas referências isoladas e da presença de *technologie* nesse sentido no *Dictionnaire* do Abade Prévost (1750), a palavra não teve sucesso em francês. Preferiu-se *língua das artes*, entendendo-se por tal ao mesmo tempo o discurso especializado sobre as práticas regradas (técnicas) e as palavras necessárias à formação desse tipo de discurso.

Deste modo, a diferenciação entre os termos terminologia e nomenclatura começa a se direcionar para o objeto de estudo da atual Terminologia: “A substituição parcial e progressiva de *nomenclatura* por *terminologia* implica uma mudança de ponto de vista, pela passagem, em seguida, de *nom, nomen* a *termo, terminus* “borda, limite” – desde Oresme – “o que limita e define o sentido”, o que nos leva a ideia de “uma série de nomes, ligada à classificação taxonômica, à de “sistema de valores reciprocamente definidos”” (Rey, 1979, p. 7 *apud* Barros, 2004, p. 32).

Portanto, como campo de estudo, Terminologia é então registrada na terceira edição do dicionário Webster, conquistando espaço nos dicionários europeus a partir daí. Entre os países falantes do francês, primeiramente no Canadá, ou uso de terminologia e seus derivados começa a se tornar mais frequente a partir da década de 1960, culminando na França, no final da década de 1970, com o dicionário *Petit Robert* descrevendo-a, hoje em dia, como o “conjunto de designações e conceitos pertencentes a um campo especial (ciência, tecnologia, etc.); Vocabulário didático de um grupo social; Estudo de sistemas de termos e conceitos” (Le Robert Dicio en Ligne, 2021) sendo, finalmente, reconhecida como disciplina científica.

Na Alemanha e na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a Terminologia já aparece nos dicionários desde a década de 1930 (Rey, 1995, *apud* Barros, 2004, p. 32). Mas a “afirmação da Terminologia como disciplina científica que estuda os termos de uma área de especialidade” (Barros, 2004, p. 32) se consolida com Eugen Wüster, engenheiro austríaco que, na década de 1930,

estabelece as bases da Escola Terminológica de Viena, elaborando a Teoria Geral da Terminologia (TGT), sobre a qual trataremos adiante.

Os estudos terminológicos expandem-se, em seguida, para a América Latina, para o Mediterrâneo, mais fortemente em Portugal e na Espanha, e para a África, chegando, mais recentemente, ao Japão e à China (Barros, 2004, p. 32-33). No Brasil, esses estudos passam a ser mais claramente desenvolvidos a partir da década de 1980, aparecendo no dicionário Aurélio já na edição de 1972, e de maneira mais elaborada na edição de 1986 (Ferreira, 1986, p. 1667 *apud* Barros, 2004, p. 34), trazendo a seguinte definição:

Terminologia. [do lat. *terminu*, 'termo' + '-log(o)-' + -ia] S. f. 1. Conjunto de termos [v. termo(s)] próprios duma arte ou duma ciência; nomenclatura. 2. Tratado acerca desses termos. 3. Emprego de palavras peculiares a um escritor, a uma região etc. 4. Estudo da identificação e delimitação de conceitos peculiares a qualquer ciência, profissão, arte, ofício etc. e da designação de cada um deles por um certo termo.

Para Cabré (1995, p. [1], tradução nossa)⁴,

A terminologia, embora possa parecer estranho a quem somente a relaciona com a estandarização ou a normalização, é acima de tudo representativa da diversidade, e essa diversidade se manifesta nas distintas concepções que existem sobre a disciplina, nos diversos assuntos que a compõe e nas distintas funções que permite cumprir, além da variedade e práticas que oferece, da diversidade de usuários que dela se servem, ou da multiplicidade de organizações que dela tratam [é] um único assunto: a terminologia, com uma perspectiva poliédrica de base, no que se refere a seus fundamentos (as concepções), a seus enfoques (as orientações) e a suas práticas (as aplicações).

A terminologia pode, então, ser entendida como uma disciplina que trata dos termos especializados, que prevê um conjunto de diretrizes e princípios que estabelece a compilação de termos e que gera um produto definido como um conjunto de termos de um assunto especializado. Ainda, de acordo com a autora,

⁴ La terminología, aunque pueda parecer extraño a quienes sólo la relacionan con la estandarización o la normalización, es por encima de todo representativa de la diversidad, y esa diversidad se manifiesta en las distintas concepciones que existen de la disciplina, en las diversas materias que la componen y en las distintas funciones que permite cumplir, además de la variedad de prácticas que ofrece, de la diversidad de usuarios que se sirven de ella, o de la multiplicidad de organizaciones que la tratan [és] una sola materia: la terminología, con una perspectiva poliédrica de base, en lo que se refiere a sus fundamentos (las concepciones), a sus enfoques (las orientaciones), y a sus prácticas (las aplicaciones).

para a linguística, “os termos são um conjunto de signos linguísticos que constituem um subconjunto dentro do componente léxico da gramática do falante” (Cabré, 1995, p. [3], tradução nossa)⁵, mas que diferencia a terminologia como disciplina por conta da concepção da linguagem, da concepção de seu objeto de estudo e dos seus objetivos teórico-descritivos.

Como concepção da linguagem, a terminologia parte da linguagem real para dar conta de uma denominação especializada, como na criação de uma denominação especializada, na denominação e definição de termos específicos, como um recurso utilizado para se criar e representar significados. A terminologia considera que o conceito “pode ser concebido independentemente da denominação ou termo que o designa” (Cabré, 1995, p. [6], tradução nossa)⁶. E ainda que esses conceitos, descritos por palavras nos dicionários que levam em conta seus possíveis usos em determinados contextos, sejam concebidos como “um degrau necessário” (Cabré, 1995, p. [6], tradução nossa)⁷ para que se construam significados em um discurso, para a terminologia, os termos interessam por si sós, quando o que importa é o significado que aquele termo realiza dentro daquele contexto específico em que está sendo utilizado. Para Cabré (1995, p. [7], tradução nossa)⁸,

No que diz respeito aos aspectos relativos à formação de termos ou palavras (aspecto que Wüster denomina “formação consciente da língua”), a linguística geral e, em consequência, a lexicologia defendem a evolução das línguas e rechaçam qualquer tipo de intervenção; não se interessam pelos aspectos prescritivos da linguagem nem pela normalização (no sentido de escolha e fixação de uma forma em preferência de outras). A terminologia, em sua concepção majoritária, não renuncia à intervenção, uma de suas aplicações consiste na fixação de formas padronizadas e, portanto, se distancia das abordagens puramente descritivas da linguística.

⁵ los términos son el conjunto de signos lingüísticos que contituyen un subconjunto dentro del componente léxico de la gramática del hablante.

⁶ puede ser concebido independientemente de la denominación o término que lo designa.

⁷ un peldaño necesario.

⁸ En lo que concierne a los aspectos relativos a la formación de términos o palabras (aspecto que Wüster denomina "formación consciente de la lengua"), la lingüística general y, en consecuencia, la lexicología defienden la libre evolución de las lenguas y rechazan cualquier tipo de intervención; no se interesan por los aspectos prescritivos del lenguaje ni por la normalización (en el sentido de elección y fijación de una forma por encima de otras). La terminología, en su concepción mayoritaria, no renuye la intervención, una de sus aplicaciones consiste en la fijación de formas normalizadas y se aleja, por consiguiente, de los planteamientos puramente descriptivos de la lingüística.

Como objeto de estudo, a Terminologia tem “como unidade padrão o *termo*, definido pelos organismos internacionais de normalização como “designação, por meio de uma unidade linguística, de um conceito definida em uma língua de especialidade” ISO 1087 (*International Organisation for Standardisation*, 2000, p. 6). Para Barros (2004, p. 40, grifo nosso),

O termo é, portanto, uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio específico. É também chamado de *unidade terminológica*. O conjunto de termos de uma área especializada chama-se *conjunto terminológico* ou *terminologia*. Como signo linguístico das línguas de especialidade, o termo pode ser analisado em seus diferentes aspectos: do ponto de vista do significante e do significado [a Metafunção Textual na LSF, grifos nossos], das relações de sentido que mantém com os outros termos (sinônimos, homônimos etc.) [Metafunção ideacional na LSF, grifos nossos], de seu valor sociolinguístico (usos, preferências, conotações, processos de banalização etc.) e outros.

“A terminologia (...) concentra-se apenas nos termos, ou palavras típicas de um campo de especialidade, entendendo a especialidade como um registro funcional de base temática” (Cabré, 1995, p. [7]), quando podemos tomar a definição de Tema (Halliday, 1994) como o ponto de partida da mensagem, como o termo que dá o mote para o que será dito, e de registro funcional quando a Linguística Sistêmico-Funcional se diz “funcional porque trata das implicações comunicativas da seleção de um ou outro sistema [ou termos de um campo de especialidade, grifos nossos] no momento da comunicação da mensagem/língua/linguagem”. Por exemplo, quando identificamos o Tema numa oração dentro de um texto e o tomamos como a informação principal daquela sentença, identificando-o como o termo que será utilizado na construção do Sistema de Organização do Conhecimento, o que será discutido mais adiante.

A palavra é definida pelos dicionários como “um conjunto de sons articulados, de uma ou mais sílabas, com uma significação” (Michaelis, 1998, p. 1531 *apud* Barros, 2004, p. 40) ou “uma unidade lexical, um signo linguístico com conteúdo e expressão que pertence a uma classe gramatical (um substantivo, um verbo, um adjunto ou um advérbio)”. Deste modo, um termo ou um vocábulo também são unidades lexicais, ou seja, também são palavras. Para Pais (1984, p. 70)

Integrando um universo semiótico de discurso, um vocábulo ocorre no texto várias vezes, realizando-se como um conjunto de palavras. Tal fato permite que consideremos o vocábulo como uma classe de equivalência que reúne uma série de palavras-ocorrência, caracterizadas, quando não estiverem em combinatória, pelos mesmos traços pertinentes semêmicos, lexêmicos e fonológicos (...). Cada vez que um vocábulo ocorre num enunciado e se torna, desse modo, uma palavra, uma unidade de texto, intervêm vários processos de atualização.

Tomando por base, então, a palavra como uma unidade lexical, diz-se que “as unidades lexicais só se tornam termos quando são definidas e empregadas em textos de especialidade”, ou seja, “o termo é uma palavra “ativada singularmente por suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação” (Cabré, 1999, p. 123).

Assim, podemos entender uma diferença fundamental quando pensamos em palavra e em termo, segundo Cabré (1995, p. [7], tradução nossa)⁹

uma palavra é uma unidade descrita por um conjunto de características linguísticas sistemáticas e dotada da propriedade de se referir a um elemento da realidade [enquanto] um termo é uma unidade de características linguísticas similares, utilizada em um domínio de especialidade [portanto] uma palavra que faz parte de um campo especializado seria um termo.

Assim, ainda de acordo com a autora, termos e palavras distinguem-se por conta de seus usuários, por conta das situações em que são empregadas ou utilizadas, por conta da temática que veiculam e pelo tipo de discurso em que aparecem.

As palavras são, deste modo, utilizadas pelos falantes de uma língua enquanto os termos são utilizados pelos usuários de um contexto profissional de uma certa especialidade; palavras são utilizadas em situações comunicativas diversas enquanto os termos são utilizados em situações comunicativas específicas de uma determinada especialidade. As palavras são utilizadas para se construir linguagem cotidiana enquanto os termos são utilizados para se referir a conceitos utilizados em um campo ou disciplina específica e/ou especializada. E ainda, de

⁹ Una palabra es una unidad descrita por un conjunto de características lingüísticas sistemáticas y dotada de la propiedad de referirse a un elemento de la realidad [enquanto] Un término es una unidad de características lingüísticas similares, utilizada en un dominio de especialidade [por lo tanto] una palabra que forme parte de un ámbito especializado sería un término.

acordo com Cabré (1995, p. [9], tradução nossa)¹⁰, os tipos de discurso em que se inserem os termos são muito mais restritos do que aqueles em que se inserem as palavras. Assim,

[...] a terminologia não pretende oferecer uma explicação dos termos numa linha teórica linguística, nem descrever o comportamento terminológico dos especialistas [mas] se limita a contribuir com elementos teóricos – e princípios práticos – capazes de reger a busca, seleção e ordenação dos termos próprios dos campos de especialidade com a finalidade de normalizar sua forma e seu conteúdo. A terminologia se propõe a identificar segmentos de uma realidade profissional especializada de forma unívoca. A elaboração da terminologia se dirige, assim, a “denominar” os conceitos próprios de uma determinada disciplina.

A terminologia foca, então, nos dados que coleta, no método dessa coleta, no tratamento desses dados coletados e na sua apresentação em forma de sistemas de organização do conhecimento.

De acordo com Barros (2004, p. 49) “os estudos terminológicos desenvolvidos na ex-União Soviética dos anos de 1930 são considerados por alguns especialistas como pioneiros no mundo e fundadores da Terminologia moderna”, mas há uma corrente que considera a “Áustria como berço desse ramo de estudos linguísticos”.

Rondeau (1984, p. 7) considera Dmitrij Semënovič Lotte (1898-1950) como o “primeiro verdadeiro professor de Terminologia”, o principal proponente desta corrente teórica. Engenheiro como Wüster e Drezen, Lotte identificou uma lacuna na comunicação técnica entre especialistas que necessitava de preenchimento utilizando-se a padronização de termos e conceitos. Membro da Academia Soviética de Ciências e Funcionário do Comitê de Padronização de Terminologias do Instituto de Padronização do Conselho de Ministros da União Soviética, Lotte publicou, em 1931, um artigo intitulado “*Pressing Problems in the Field of Scientific and Technical Terminology*” [Problemas prementes no campo da terminologia científica e técnica, tradução nossa], no mesmo ano em que Eugen Wüster publicou um livro baseado em sua dissertação de doutorado “*Internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik*” [Padronização de linguagem internacional em

¹⁰ la terminología no pretende ofrecer una explicación de los términos en la línea de la lingüística teórica, ni describir el comportamiento terminológico de los especialistas [mas] se limita a aportar elementos teóricos – y principios prácticos – capaces de regir la búsqueda, selección y ordenación de los términos propios de los campos de especialidad, con la finalidad de normalizar su forma y su contenido. La terminología se propone identificar segmentos de una realidad profesional especializada de forma unívoca. La elaboración de terminología se dirige así a “denominar” los conceptos propios de una determinada materia.

tecnologia, especialmente em engenharia elétrica, tradução nossa] que deu origem à Teoria Geral da Terminologia (TGT), sobre a qual trataremos mais especificamente adiante, mas que somente seria desenvolvida na década de 1970.

Preocupando-se com aspectos teóricos e metodológicos, Lotte fala da necessidade de haver um caráter mais racional aos estudos terminológicos através de uma ótica mais global e abrangente do que a de Wüster, considerando “os termos como unidades da língua geral e, portanto, sujeitos a adquirir todas as características da palavra comum” (Lotte, 1961) e de acordo com Barros (2004, p. 50), para Lotte

Os termos e as línguas de especialidade estão inseridos em um contexto sociocultural e, nesse caso, não são unidades controladas (ou totalmente controláveis) por determinações extralinguísticas: é no contexto e no discurso que o termo é investido de valor. Não visa, assim, a monossêmia absoluta do termo, contrariamente à posição de Wüster.

Em tempo, tal citação nos remetem diretamente para o que Halliday e Matthiessen (2004) dirão sobre o Contexto de Cultura e o Contexto de Situação na Linguística Sistêmico-funcional, que trataremos mais adiante.

Alguns autores ainda dizem que Lotte foi o “pai da Terminologia” uma vez que se interessa pelos aspectos teóricos da terminologia antes de Wüster, embora tenha sido Wüster quem foi capaz de modelar a terminologia em um dicionário que foi a base da TGT. Enquanto Wüster estabeleceu a necessidade de compreensão linguística da terminologia e limitou seu trabalho ao estudo de termos especializados, Lotte considerou que a linguagem não poderia ser simplificada, mas que também seria necessário se considerar os fatores socioculturais.

Outro importante centro de estudos da Terminologia é a então Checoslováquia, onde se desenvolveram importantes pesquisas em quatro campos: “análise de textos científicos e técnicos, descrevendo o funcionamento das línguas de especialidade; normalização das línguas e das terminologias; aplicação de teoria da formação de palavras; aplicação de princípios lógicos para a classificação dos conceitos e dos termos (relação termo-conceito)” (Barros, 2004, p. 52), cujos principais representantes são, entre outros, L. Drozd e Bohuslav Havránek, que receberam influência direta do Círculo Linguístico de Praga, ou Escola Funcional de Praga, que tinha como principal fundamento considerar a língua em seu aspecto funcional.

Aqui temos mais uma aproximação com a LSF, uma vez que John Rupert Firth, orientador de Michael Halliday (pai da LSF) e Bohuslav Havránek faziam parte dessa Escola, se não simultaneamente, pelo menos contemporaneamente, partilhando dos mesmos princípios e estudos desse grupo. No capítulo três de sua obra *“An introduction to functional grammar”* (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 64), quando os autores iniciam a discussão sobre os conceitos de Tema e Rema, há o seguinte trecho: *“following the terminologie of the Prague school of linguists, we shall use the term Theme as the label for this function”*, tradução nossa, “seguindo a terminologia da escola dos linguistas de Praga, podemos usar o termo Tema como etiqueta para esta função” [o ponto de partida da mensagem, grifos nossos], que nos mostra mais um ponto de convergência entre os conceitos da LSF e os da Terminologia para as escolas soviética e tchecoslovaca. Tanto Drozd quanto Halliday mencionam a Escola Funcional de Praga. Em tempo, o Círculo Linguístico de Praga ou Escola Funcionalista de Praga entende a língua como um sistema funcional, no sentido de que ela é utilizada para um determinado fim, o que seria, mais tarde, a base da LSF proposta por Halliday, que discutiremos no capítulo sobre Linguística Sistêmico-Funcional.

6.3.1 A Teoria Geral da Terminologia

Conforme Lara e Tálamo (2006, p. 209-210), “a Linguística e a Semiótica nas quais a Linguística Documentária busca seus fundamentos, não resolvem os problemas de delimitação de subconjuntos linguísticos temáticos e funcionais [...] porque seus pontos de partida são especulativos” e a Terminologia, segundo as autoras, permitiria que esses elementos fossem levados em consideração nos seus “aspectos teórico-metodológicos e materiais”, pois tal disciplina é “concebida em razão dos diferentes pontos de partida adotados”, quando trazem duas correntes teóricas da Terminologia: a Teoria Geral da Terminologia (a TGT) e a Teoria Comunicativa da Terminologia (a TCT).

Oposta à Linguística de Saussure, (e oposta à influência do Círculo de Praga já que Saussure é influência neste) a concepção de termo para Wüster é, segundo Barros (2004, p. 55-56), caracterizada “pela possibilidade de descrição de um conceito por meio de uma definição como passo *anterior* à própria relação termo-conceito”. Para Wüster, portanto, um conjunto de conceitos de um domínio

especializado pode ser identificado, pode ser organizado em um sistema estruturado e pode ser definido mesmo sem “identificar com precisão os termos que os designam. Haveria, portanto, uma total independência entre a expressão e o conteúdo.” (Barros, 2004, p. 55). Estamos aqui tratando da TGT, ou Teoria Geral da Terminologia, que parte de uma linha cognitiva que “concebe a formação do conceito como algo independente da língua e vê no signo linguístico apenas a parte significante, atribuindo-lhe uma função meramente instrumental a serviço da denominação” (Lara; Tálamo, 2006, p. 209-210).

Considerado o fundador da TGT, Eugen Wüster (1898-1977) foi um industrial nascido na Áustria, professor e engenheiro, que se interessava pelo desenvolvimento tecnológico e de normalização terminológica de uma Alemanha da década de 1920 e que se divide entre a administração da empresa da família e seus estudos sobre a Terminologia. Partindo de um princípio que direcionava o seu objetivo, o da “univocidade entre conceito e o termo que o designa” (Barros, 2004, p. 53), ou seja, o princípio de que um único termo pode designar um conceito, Wüster acreditava que desta maneira, definindo cada conceito por um termo, seria possível extinguir ruídos de comunicação entre especialistas de um mesmo ou de diferentes campos de especialidade, defendendo sua tese de doutorado em 1930 na Universidade de Stuttgart intitulada “*Internationale Sprachnormung in der Technik*” [Padronização de linguagem internacional em tecnologia, tradução nossa], publicando no ano seguinte o livro “*Internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik*” [Padronização de linguagem internacional em tecnologia, especialmente em engenharia elétrica, tradução nossa] que deu origem à Teoria Geral da Terminologia.

Segundo Helmut Felber (1984, p. 24)

Seu livro contém uma análise detalhada da terminologia considerada como instrumento de comunicação, tratando da natureza dos conceitos, das relações entre os conceitos, da descrição dos conceitos (definições), da formação dos termos, da internacionalização dos conceitos e dos termos etc. Ele constitui a base da Teoria Geral da Terminologia, cujo fundador foi Wüster.

Expondo sua preocupação com a questão da normalização terminológica, Wüster propõe, então, uma “metodologia baseada na sistematização de conceitos para a elaboração de dicionários terminológicos”, e em 1968 publica seu *Mehrsprachiges Werkzeugmaschinen Wörterbuch: Grundlegende Konzepte*, ou o

seu Dicionário multilíngue da máquina-ferramenta: Conceitos Fundamentais que segue seus estudos e apresenta os termos organizados sistematicamente, publicado inclusive em francês, o *Dictionnaire multilingue de la machine-outil* com conceitos fundamentais, definidos e ilustrados, apresentados em ordem sistemática e alfabética, em inglês-francês, inclusive atualmente disponível para comercialização e “preparado sob os auspícios da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa e sob a direção de Eugen Wüster” (BnF Catalogue général, 2021, não paginado). Enquanto professor no Departamento de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Viena, Wüster apresentou as bases da TGT que foram publicadas postumamente no livro *Teoria Geral da Terminologia e Lexicografia Terminológica*.

Com o objetivo de determinar “as bases científicas para a eliminação da ambiguidade nos discursos técnicos e científicos”, concebendo a sua teoria como “uma ciência de caráter filosófico”, Wüster distancia a Terminologia da Linguística uma vez que dissocia “o léxico da gramática, do contexto e do discurso, vendo-os como unidades que existem e têm vida independente”, o que distancia, também, a TGT da LSF, uma vez que esta última não dissocia o léxico dos contextos de uso e de situação.

Ainda para Wüster, termos polissêmicos, homônimos ou sinônimos não devem existir e, se para “um conceito não existe uma designação aceitável e única, a Terminologia normativa pode criá-la”, uma vez que de acordo com sua teoria o conteúdo e a expressão são características independentes do termo, indo de encontro às teorias linguísticas de base saussuriana (Barros, 2004, p. 55).

Gaudin (1993, p. 26) diz que “é por meio da sua teoria do termo que Wüster mais se distancia da Linguística” já que o signo, para Saussure, é estudado como uma “entidade psíquica com duas faces, onde “não seria possível isolar nem o som da ideia, nem a ideia do som” (Saussure, 1972, p. 157) e esse signo se investe de valor no sistema da língua”. Wüster enxerga os conceitos e os termos como pertencentes a dois domínios independentes, cuja “significação do termo” é “constituída de um conceito que lhe é subordinado” (Wüster, 1981, p. 63 *apud* Barros, 2004, p. 55), o que para Gaudin define sua teoria como um preceito que corresponde satisfatoriamente às necessidades de normalização de termos e conceitos, mas não às necessidades linguísticas reais dessas representações.

6.3.2 A Teoria Comunicativa da Terminologia

A Teoria Comunicativa da Terminologia, de acordo com Lara e Tálamo (2006, p. 210) é bem mais recente, e criticando o reducionismo da TGT, propõe “observar o fenômeno terminológico no interior da linguagem a partir de seu caráter comunicativo”, com uma nova proposta teórico-metodológica para a Terminologia.

Pensada na Catalunha pela professora Maria Teresa Cabré, a Teoria Comunicativa da Terminologia, a TCT, torna-se uma teoria de oposição à TGT de Wüster, pois surge priorizando a variação linguística e, uma vez que entende que a TGT seria muito idealizada e reducionista, a TCT entende que essa variação linguística é um aspecto muito importante da linguagem e que sem ela não há comunicação e divulgação do conhecimento especializado.

Consagrando-se como uma teoria semasiológica¹¹, a TCT pensa que os termos são unidades linguísticas que expressam conceitos técnicos e científicos, mas que também não deixam de ser signos de uma Linguagem Natural, com características e propriedades semelhantes e, além disso, os termos são considerados em seus aspectos linguísticos, cognitivos e sociais. A TCT ainda leva em conta a existência de uma variação conceitual e denominativa dos termos dentro de seus contextos de especialidade (cultura e situação, grifos nossos) e também leva em conta a dimensão textual (a Metafunção Textual da LSF, conforme trataremos mais adiante) e discursiva desses termos, uma vez que o conteúdo dos termos é relativo a um domínio e a uma situação específica de uso.

Para Cabré (1999), o valor do termo, dentro de um sistema conceitual, é dado pelo lugar que ele ocupa na estrutura, podendo ocupar, ainda, lugares diferentes de acordo com os critérios de organização do sistema de conceitos, pois “os termos não pertencem a um domínio, mas são usados em um domínio com valor singularmente específico” (Maimone, 2019, p. 46).

A TCT se fundamenta na teoria do conhecimento (nos estudos relativos às possibilidades e tipos de conceituação da realidade e à relação conceito-designação), na teoria da comunicação (quando estuda os tipos de situação comunicativa passíveis de realização, quando leva em conta a relação entre

¹¹ A semasiologia é um ramo da lexicologia que estuda os significados (em geral, se veda o conceito de "signifié" de Saussure) e disto abstrai os significantes que o indicam em um determinado sistema linguístico.

situação e tipo de comunicação e quando pensa nas características, possibilidades e limites dos diferentes sistemas de expressão de um conceito) e na teoria da linguagem (quando analisa as unidades terminológicas em sua generalidade, como uma unidade da língua geral, e em suas particularidades, como unidades linguísticas que designam conceitos de um dado domínio em uma dada situação de uso) (Cabré, 1995).

Como objetivos, a Teoria Comunicativa da Terminologia pretende, de acordo com Cabré (1999, p. 22)

descrever formal, semântica e funcionalmente as unidades que podem adquirir valor terminológico, dar conta de como são ativados e explicar suas relações com outros tipos de signos do mesmo ou distinto sistema, para fazer progredir o conhecimento sobre a comunicação especializada e as unidades que nela se usam.

Tais unidades terminológicas não podem ser percebidas unicamente como unidades de representação e transmissão de um conhecimento preciso, homogêneo e totalmente controlado, e sim como unidades dinâmicas que em seu uso discursivo constroem conhecimento e, ao mesmo tempo, não podem se separar das concepções culturais [contextos de cultura onde são construídos grifos nossos] de quem as produz uma vez que “todo discurso incluindo o especializado é uma construção social” (Maimone, 2019, p. 47).

Deste modo, a teoria da terminologia passa de um paradigma prescritivo com a TGT uma teoria com um caráter mais descritivo com a TCT, quando “os problemas de identificação dos termos” passam a não mais poder se “restringir aos limites da frase” e nem a um simples recorte paradigmático, “mas se explicam à luz dos fenômenos da textualidade e da discursividade e, neste sentido, dentro de um processo paradigmático de comunicação” (Lima, 2004, p. 109-110).

Para Krieger (2001, p. 81 *apud* Lima, 2004, p. 110)

O termo é uma unidade linguística-pragmática que integra os processos de comunicação humana e distingue-se das outras unidades léxicas apenas por uma peculiaridade, a de veicular conteúdos no campo das ciências, das técnicas e das tecnologias, sendo justamente essa característica que nos interessa na construção da informação documentária.

Assim, podemos pensar em algumas características comparativas entre a Teoria Geral da Terminologia (Wüster), a Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, Halliday e Matthiessen) e a Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré), as quais serão apresentadas no capítulo 9. Passamos, a seguir, para a discussão sobre os Sistemas de Organiza o do Conhecimento, que são os instrumentos onde se materializa a terminologia do domínio para a Organiza o do Conhecimento e da Informa o.

7 OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (SOCs)

Em 2005, no Brasil, quando da criação do capítulo ISKO Brasil, durante o VI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) o termo Organização do Conhecimento passa a ser identificado, na literatura nacional, como subdomínio da Ciência da Informação, que aborda os processos que incluem a organização, representação e recuperação do conhecimento e da informação.

Portanto, para início da discussão sobre os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), em inglês, Knowledge Organization Systems (KOSs), é necessário trazer, primeiramente, conceitos sobre o que se entende por Organização do Conhecimento (OC), em inglês, Knowledge Organization (KO). De acordo com Hjørland (2008, p. 2), a

Organização do Conhecimento (KO) trata de atividades como descrição, indexação e classificação de documentos executadas em bibliotecas, bancos de dados, arquivos etc. Essas atividades são realizadas por bibliotecários, arquivistas, especialistas em assuntos e por algoritmos de computador. A KO, como campo de estudo, preocupa-se com a natureza e a qualidade desses processos de organização do conhecimento (KOP), bem como com os sistemas de organização do conhecimento (KOS) usados para organizar documentos, representações e conceitos de documentos.

O autor ainda diz que há diferentes abordagens históricas e teóricas sobre a Organização do Conhecimento, as quais se relacionam com “diferentes visões de conhecimento, cognição, linguagem e organização social”, o que gera “um significado mais restrito e um significado mais amplo do termo” (Hjørland, 2008, p. 2-3, tradução nossa).

Como campo de estudo, num significado mais restrito do termo, trata e se preocupa com a natureza e a qualidade dos processos e sistemas de organização desse conhecimento “usados para organizar documentos, representações de documentos, trabalhos e conceitos”, na Biblioteconomia e na Ciência da Informação (BCI, ou LIS, em inglês, *Library and Information Science*).

Num sentido mais amplo, a Organização do Conhecimento versa sobre “a divisão social do trabalho mental, [...] a organização de universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, a estrutura de disciplinas e profissões, a

organização social da mídia, a produção e disseminação de "conhecimento", etc." (Hjørland, 2008, p. 2-3, tradução nossa).

Diz, ainda, Hjørland (2008, p. 3, tradução nossa) que "um livro como o de Oleson e Voss (1979), *The Organization of knowledge in modern America, 1860-1920* (A Organização do conhecimento na América moderna, 1860-1920), é um exemplo do estudo da organização do conhecimento em sentido amplo"¹², quando é possível diferenciar a organização social do conhecimento da organização intelectual ou cognitiva do conhecimento, concluindo, portanto que esse tal sentido mais amplo da organização do conhecimento se relaciona com o modo que "o conhecimento é organizado socialmente e como a realidade é organizada".

Hjørland (2008, p. 3, tradução nossa) traz que

A descoberta de estruturas da realidade é feita pelas ciências únicas, p. química, biologia, geografia e linguística. Exemplos bem conhecidos são o sistema periódico em química e taxonomia biológica. As teorias generalizadas sobre a estrutura da realidade, como a teoria dos níveis integrativos avançada por Auguste Comte, pertencem às disciplinas filosóficas "metafísica" e "ontologia".¹³

Deste modo, descrever o campo da Organização do Conhecimento depende da perspectiva teórica que se utiliza. Segundo Miksa (1998, p. 49)

Agora, poderíamos simplesmente concluir com Dolby e outros que a classificação da biblioteca continua principalmente como uma questão prática, que é em geral desprovida de conteúdo intelectual substantivo e que continua apenas por causa da inércia em um campo no qual os esquemas de classificação inventados no final do século XIX continuam a ser usados (Dolby 1979, p. 187; Mayr, 1982, p. 1-48)¹⁴.

Sob esse ponto de vista, inferimos que, para o autor, a Organização do Conhecimento parece estar baseada numa atividade sintática, e não numa atividade semântica.

¹² A book such as Oleson & Voss (1979) *The Organization of knowledge in modern America, 1860-1920* is an example of the study of knowledge organization in the broad sense.

¹³ The uncovering of structures of reality is done by the single sciences, e.g., chemistry, biology, geography, and linguistics. Well known examples are the periodic system in chemistry and biological taxonomy. Generalized theories about the structure of reality, such as the theory of integrative levels first advanced by Auguste Comte belong to the philosophical disciplines "metaphysics" and "ontology".

¹⁴ Now, we could simply conclude with Dolby and others that library classification continues mainly as a practical matter, that it is by and large devoid of substantive intellectual content, and that it continues merely because of inertia in a field in which classification schemes invented late in the nineteenth century continue to be used (Dolby 1979, p. 187; Mayr 1982, pp. 1-48)" (Miksa 1998, 49).

O trabalho semântico se preocupa com transformações motivadas pelo significado dos símbolos, enquanto o trabalho sintático é determinado apenas pela forma dos símbolos, operando neles em seu aspecto como sinais. O trabalho semântico requer envolvimento humano direto, enquanto o trabalho sintático, originalmente humano, pode ser transferido para a tecnologia da informação, onde se torna um processo de máquina (Warner, 2007 p. 6, tradução nossa)¹⁵.

Já Bräscher (2014, p. 175, tradução nossa), ao se referir às relações semânticas na Organização do Conhecimento, diz que

Linguística, filosofia, psicologia, ciência da informação e inteligência artificial são algumas das áreas que lidam com diferentes aspectos da representação do conhecimento, que vão desde estudos da cognição humana até modelos de representação construídos artificialmente para uso em sistemas especializados. A diversidade de abordagens leva a diferentes conceitos sobre representação do conhecimento.¹⁶

Essa diversidade de abordagens leva a diferentes conceitos de organização do conhecimento, portanto, também, a diferentes maneiras de se representar esse conhecimento.

Um modo de se classificar essas abordagens de Organização do Conhecimento foi sugerido, em 2005, por Broughton, Hansson, Hjørland e López-Huertas (2005, p. 136, tradução nossa), de acordo com o seguinte:

A abordagem tradicional à Organização do Conhecimento, expressa por sistemas de classificação usados em bibliotecas e bancos de dados, incluindo DDC, LCC e UDC (desde cerca de 1876); a teoria da classificação facetada, criada por Ranganathan por volta de 1933 e desenvolvida pelo *British Classification Research Group*; a tradição de recuperação de informações (RI) fundada na década de 1950; visões cognitivas / orientadas para o usuário ganhando influência a partir da década de 1970; abordagens bibliométricas após a construção do *Science Citation Index*, de Garfield, em 1963; a abordagem analítica de domínio (formulada pela primeira vez em 1994); e outras abordagens (entre elas, abordagens semióticas, abordagens "hermenêuticas críticas", abordagens analíticas do

¹⁵ "Semantic labor is concerned with transformations motivated by the meaning or signified of symbols, while syntactic labor is determined by the form alone of symbols, operating on them in their aspect as signals. Semantic labor requires direct human involvement while originally human syntactic labor can be transferred to information technology, where it becomes a machine process." (Warner, 2007).

¹⁶ Linguistics, philosophy, psychology, information science and artificial intelligence are some of the areas that deal with different aspects of knowledge representation, which range from studies of human cognition to the representation models artificially constructed for use in specialized systems. The diversity of approaches leads to different concepts about knowledge representation.

discurso e abordagens baseadas em gênero. Uma tendência importante também é a ênfase nas representações de documentos, tipologia e descrição de documentos, linguagens de marcação, arquiteturas de documentos etc.)¹⁷.

A abordagem tradicional à Organização do Conhecimento, segundo Miksa (1998) é difícil de ser definida pois

não existe uma teoria única que corresponda a esse conceito. Se desconsiderarmos as outras abordagens [...], o que existe são principalmente várias práticas diferentes e algumas sugestões dispersas sobre como organizar o conhecimento. Mesmo um sistema único como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) usou princípios bastante diferentes em várias edições.

O que parece mostrar que mesmo a chamada tradição da organização do conhecimento apresenta lacunas de fundamentação teórica. A própria abordagem tradicional de Dewey, um homem de negócios, diz Miksa (1998, p. 42-45)

difícilmente é uma abordagem intelectual na qual o campo pode encontrar uma base teórica para a organização do conhecimento entendida como uma disciplina acadêmica. Seu interesse não era encontrar um sistema ideal para dar suporte aos usuários das bibliotecas, mas sim uma maneira eficiente de gerenciar coleções de bibliotecas. Ele estava interessado em desenvolver um sistema que pudesse ser usado em muitas bibliotecas, uma maneira padronizada de gerenciar coleções de bibliotecas.

A teoria da classificação facetada, criada por Shiyali Ramamrita Ranganathan, fundada com a publicação da obra *Colon Classification* (uma tabela de classificação elaborada para a organização do acervo da Biblioteca da Universidade de Madras, na Índia), em 1933, e desenvolvida pelo *British Classification Research Group* é identificada como uma contribuição ao processo classificatório, uma vez que permite uma abordagem que abarca diversos pontos de vista de um mesmo assunto, em contraposição aos sistemas enumerativos. Tais

¹⁷ The traditional approach to KO expressed by classification systems used in libraries and databases, including DDC, LCC and UDC (going back to about 1876); The facet-analytical approach founded by Ranganathan about 1933 and further developed by the British Classification Research Group; The information retrieval tradition (IR) founded in the 1950s; User oriented / cognitive views gaining influence from the 1970s; Bibliometric approaches following Garfield's construction of the *Science Citation Index* in 1963; The domain analytic approach (first formulated about 1994); Other approaches (Among recent suggestions are semiotic approaches, "critical-hermeneutical" approaches discourse-analytic approaches and genre-based approaches. An important trend is also an emphasis on document representations, document typology and description, mark up languages, document architectures etc.) (Broughton, Hansson, Hjørland & López-Huertas, 2005)

facetas propostas por Ranganathan são “*Personality*”, considerada a faceta principal, que trata das características que distinguem um assunto, “*Matter*”, que trata da identificação material que compõe um material, “*Energy*”, responsável por identificar uma atividade ou um processo que ocorre com o assunto, “*Space*”, que trata do componente de localização geográfica onde um assunto existe ou acontece, e “*Time*”, que identifica, ou associa, um período a um assunto.

Há, ainda, a tradição de recuperação de informações (RI), fundada na década de 1950, com

os experimentos Cranfield, [...] e os experimentos TREC (Text Retrieval Conferences) a partir de 1992. Foram os experimentos Cranfield que introduziram as famosas medidas “recall” e “precisão” como critérios de avaliação da eficiência dos sistemas [e que] descobriram que sistemas de classificação como CDU e sistemas de análise de facetas eram menos eficientes em comparação com pesquisas de texto livre ou sistemas de indexação de baixo nível (“UNITERM”) (Hjørland, 2008, p. 11).

Há as visões cognitivas / orientadas ao usuário, que ganham espaço a partir da década de 1970, que levam em conta uma organização do conhecimento “*user-friendly*”, uma organização do conhecimento com foco no mercado, uma organização do conhecimento baseada em estudos empíricos de usuários e uma organização do conhecimento realizada pelos próprios usuários, por exemplo, as *folksonomias*¹⁸.

Há, também, as abordagens bibliométricas desenvolvidas após a construção do *Science Citation Index*, de Garfield, em 1963, que levantam um ponto importante:

Os estudos com usuários demonstraram [...] que os usuários preferem sistemas de pesquisa verbal em oposição a sistemas baseados em notações de classificação. Este é um exemplo de princípio derivado de estudos empíricos de usuários. Os adeptos das notações de classificação podem, é claro, ainda ter um argumento: que as notações são bem definidas e que os usuários podem perder informações importantes ao não considerá-las¹⁹ (Hjørland, 2008, p. 13, tradução nossa).

¹⁸ Folksonomia é a tradução do termo folksonomy que é um neologismo criado em 2004 por Thomas Vander Wal, a partir da junção de folk (povo, pessoas) com taxonomy. Para Wal, Folksonomia é o resultado da atribuição livre e pessoal de etiquetas ou tagging a informações ou objetos (qualquer coisa com URL), visando à sua recuperação. A atribuição de etiquetas é feita num ambiente social (compartilhado e aberto a outros). O ato de etiquetar é do próprio usuário da informação, isto é, não é o autor nem o profissional de indexação que indexam o recurso da Web; é o seu próprio usuário.

¹⁹ user studies demonstrated very early that users prefer verbal search systems as opposed to systems based on classification notations. This is one example of a principle derived from empirical studies of users. Adherents of classification notations may, of course, still have an argument: That notations are well-defined and that users may miss important information by not considering them.

Essas abordagens bibliométricas, as quais se baseiam no uso das referências bibliográficas para organizar produções, introduzidas por Kessler, também em 1963, levam em conta dois pontos importantes quando se trata de organização do conhecimento: o nível de aprofundamento da indexação, que é parcialmente determinado pela quantidade de termos atribuídos a cada documento e as referências, os pontos de acesso das publicações.

A abordagem analítica de domínio, formulada primeiramente em 1994, que parte de um ponto de vista sócio epistemológico para a organização do conhecimento, pontua que “um determinado documento deve refletir as necessidades de um determinado grupo de usuários ou um determinado objetivo ideal” (Hjørland, 2008, p. 16), ou seja, que “qualquer descrição ou representação de um determinado documento é mais ou menos adequada para o cumprimento de determinadas tarefas” (idem). Tal documento deve, portanto, estar descrito e/ou organizado sob a ótica do usuário.

Deste modo, o tipo de informação ou tipo de organização do conhecimento mais relevante para determinada tarefa é aquele que apresenta potencial informativo mais importante para quem utilizará, recuperará ou trabalhará com aquela informação.

Conforme Anderson (2003, p. 471, *apud* Hjørland, 2008, p. 19, tradução nossa),

A descrição (indexação) e organização (classificação) para recuperação de mensagens representando conhecimento, textos pelos quais tal conhecimento é registrado e documentos nos quais tais textos estão incorporados. O próprio conhecimento reside nas mentes e cérebros das criaturas vivas. Sua organização para recuperação via memória de curto e longo prazo é um tópico importante da ciência cognitiva. A biblioteconomia e a ciência da informação lidam com a descrição e organização dos artefatos (mensagens, textos, documentos) pelos quais o conhecimento (incluindo sentimentos, emoções, desejos) é representado e compartilhado com os outros. Esses recursos de conhecimento são frequentemente chamados de recursos de informação. Assim, 'organização do conhecimento' no contexto da biblioteconomia e ciência da informação é uma forma abreviada de 'organização de recursos do conhecimento'. Isso geralmente é chamado de "organização da informação".²⁰

²⁰ The description (indexing) and organization (classification) for retrieval of messages representing knowledge, texts by which knowledge is recorded and documents in which texts are embedded. Knowledge itself resides in minds and brains of living creatures. Its organization for retrieval via short- and long-term memory is a principal topic of cognitive science. Library and information science deals with the description and organization of the artifacts (messages, texts, documents) by which knowledge (including feelings, emotions, desires) is represented and shared with others. These knowledge resources are often called information resources as well. Thus 'knowledge organization' in

Ter em mente os conceitos de conhecimento, de mensagem, de documento, artefato, recursos de conhecimento e informação é fundamental para se começar a tratar de sistemas que organizam tal conhecimento.

Currás diz que o conhecimento se trata de um processo mental que tem o objetivo de adquirir saber, o que poderia ser realizado “através de sensações ou percepções recebidas do exterior e interpretadas por cada indivíduo, segundo sua própria idiossincrasia, acrescentando um componente de ‘racionalidade’” (Currás, 2010, p. 19). Tal modo de se perceber está relacionado com a linguagem, a forma de se expressar e se comunicar, um modo de se classificar a realidade e de se formular ideias.

Retomando Dahlberg (1978), as unidades do conhecimento são os conceitos e a organização desse conhecimento (Dalhberg, 1993) deve ser baseada em tais conceitos, cujas características permitem a construção dos sistemas conceituais, ou seja, a organização do conhecimento se baseia na “análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem um sistema conceitual” (Bräscher; Carlan, 2010, p. 149). E, retomando, também, o que Bräscher e Carlan (2010, p. 155) dizem, tais unidades de conhecimento são “[...] identificadas por meio de enunciados verdadeiros acerca de determinado objeto e representadas por uma forma verbal”.

Assim, definido o que é a Organização do Conhecimento para a CI, passamos a tratar dos Sistemas de Organização do Conhecimento que

[...] são objetos de interesse particular para a Ciência da Informação, uma vez que cumprem importante papel de padronização da terminologia adotada para organização e recuperação de informações, ao delimitar o uso de termos e definir conceitos e relações de alguma área do conhecimento, de forma compartilhada e consensual. (Bräscher; Carlan, 2010, p. 149)

Traremos, deste modo, os principais elementos que integram os SOCs, os conceitos, os termos e os relacionamentos entre eles. Cada um desses elementos dos SOCs, de acordo com Bräscher e Carlan (2010), demanda estudos específicos: no estudo dos conceitos, se recorre à Teoria do Conceito e à Teoria Geral da Terminologia; no caso dos termos, colaboram a Linguística e a Terminologia assim

the context of library and information science is a short form of ‘knowledge resources organization’. This is often called ‘information organization. (Anderson 2003, p. 471; underlining added).

como a Semiótica e a Lexicografia; para os relacionamentos, recorre-se às abordagens semânticas de diferentes áreas do conhecimento, sendo importante salientar que, “para circularem, os conceitos precisam estar designados e relacionados, formando um campo de conhecimento. Nessa perspectiva, conceito e termo são interdependentes, ou seja, um não existe sem o outro” (Santos; Mazini, 2011, p. 127).

Dessa forma os SOCs, também denominados esquemas de representação do conhecimento ou Sistemas de Organização e Representação do Conhecimento (SORCs), conforme Bräscher e Carlan (2015, p. 135), podem ser definidos como

sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos. Na organização e recuperação da informação, os SOC cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários.

Mazzocchi, numa publicação de 2018, intitulada *Knowledge organization system (KOS)*, tradução livre, Sistema de Organização do Conhecimento (SOC), discute a noção desses sistemas apresentando significados amplos e restritos, pensando-os como

Ferramentas semânticas, analisando criticamente uma série de tipologias [de Sistemas de Organização do Conhecimento] que foram propostas até agora. Questões teóricas e práticas também são investigadas, focando na importância da epistemologia e da teoria dos conceitos para o desenvolvimento do SOC [e] ... além disso, [traça] algumas observações [...] sobre como as novas tendências na organização da informação (por exemplo, no sentido de um aumento da formalização e do emprego de meios orientados por dados) podem afetar o projeto de SOCs futuros, ponderando se a "interpretação" e as avaliações baseadas no contexto ainda têm um papel a desempenhar em tal empreendimento [fornecendo, ainda] ... uma coda teórica [...] que examina a noção de "perspectivismo classificatório", e se o pluralismo na pesquisa [desses sistemas de organização] poderiam assumir uma forma integrativa (com base pragmática)." (Mazzocchi, 2018, p. 72).

Os estudos desses SOCs, a fim de torná-los utilizáveis e acessíveis, e a prática de como organizá-los contribuem para o surgimento da Organização do Conhecimento como um campo acadêmico e de pesquisa, de acordo com Mazzocchi (2018, p. 55),

[...] o que, dada a quantidade de produção científica e cultural, tem se tornado cada vez mais importante ao longo dos anos. Contribuições importantes para o desenvolvimento de tal campo vêm, no início do século XX, de Cutter (1837-1903), Richardson (1860-1939), Sayers (1881-1960) e, é claro, Bliss (1870-1955), que usou o termo OC em dois livros seminais, *A Organização do Conhecimento e o Sistema das Ciências*, datado de 1929, e *A Organização do Conhecimento nas Bibliotecas e o Assunto-Abordagem dos Livros*, datado de 1933.

Citando Broughton, Hansson, Hjørland e López-Huertas (2005) e Hjørland (2008), Mazzocchi (2018, p. 55) diz ainda que “existem dois itens principais que caracterizam a OC (Organização do Conhecimento): (i) processos de organização do conhecimento (KOPs, em inglês), como abstração, indexação, catalogação, análise de assunto, classificação e (ii) sistemas de organização do conhecimento (KOSs, em inglês), ferramentas projetadas para o propósito geral acima descrito, enfatizando que “embora seu escopo básico tenha permanecido inalterado ao longo do tempo”, o ambiente em que os Sistemas de Organização do Conhecimento operaram tem mudado drasticamente, e continuará a mudar: “do mundo das bibliotecas físicas, para cujo propósito, grandes esquemas de classificação foram criados, para bancos de dados, o ambiente digital e a Internet.”, o que tem requerido reavaliações constantes desses sistemas enquanto ferramentas que consigam atender às novas necessidades de informação que passam a vigorar com a atualização e modernização constante dos meios de comunicação e informação disponíveis.

De acordo com Hjørland (2008), dois aspectos ou significados diferentes de SOC (assim como de OC) devem ser distinguidos: um sentido amplo e um sentido mais restrito.

No sentido mais amplo, a noção de Sistema de Organização do Conhecimento refere-se, por exemplo, “a enciclopédias, bibliotecas, bases de dados bibliográficas e, mesmo em um sentido mais geral, a sistemas conceituais, teorias, disciplinas, culturas, bem como à divisão social de trabalho na sociedade e modelos de atividade e sistemas de processo em diferentes domínios”.

Trazendo a visão de Hjørland (2016), Mazzocchi (2018, p. 55) destaca ser “importante explorar a relação entre os dois sentidos do SOC, porque o desenvolvimento dos SOC como ferramentas dependem dos SOC como corpos de conhecimento estabelecidos”, ou seja, desenvolver um sistema de organização de conhecimento enquanto ferramenta depende de um conhecimento disciplinar, de

campo de estudo, sendo necessária a compreensão do que Hjørland entende como parte de sua concepção mais geral de Organização do Conhecimento no que diz respeito ao que ele também distingue com dois significados correspondentes:

No sentido restrito, Organização do Conhecimento (OC) é sobre atividades como descrição, indexação e classificação de documentos realizadas em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de "instituições de memória" por bibliotecários, arquivistas, especialistas em informação, especialistas no assunto, bem como por algoritmos de computador e leigos [...] Biblioteconomia e Ciência da Informação é a disciplina central da OC neste sentido restrito. [...] Em um sentido mais amplo, OC é sobre a divisão social do trabalho mental, ou seja, a organização de universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, a estrutura de disciplinas e profissões, a organização social da mídia, a produção e disseminação de "conhecimento", etc. [...] Podemos distinguir entre a organização social do conhecimento, de um lado, e, do outro lado, a organização intelectual ou cognitiva do conhecimento. O sentido amplo é, portanto, sobre como o conhecimento é socialmente organizado e como a realidade é organizada. A descoberta das estruturas da realidade é feita pelas ciências únicas, por ex. química, biologia, geografia e linguística. Exemplos bem conhecidos são o sistema periódico em química e taxonomia biológica [...] (Mazzocchi, 2018, p. 62).

Exemplificando o dito acima, pode-se dizer que enquanto Biblioteconomia e Ciência da Informação estão preocupadas com a organização do conhecimento no sentido restrito da palavra, outras disciplinas como a sociologia do conhecimento, as ciências únicas e metafísica são disciplinas centrais preocupadas com a Organização do Conhecimento no sentido mais amplo da palavra (Hjørland, 2008, p. 86–87).

Mazzocchi (2018, p. 57) apontando o relatado por Hodge (2000), diz que

o termo sistema de organização do conhecimento, conforme pretendido hoje, foi cunhado no primeiro Grupo de Trabalho de Sistemas de Organização de Conhecimento em Rede (NKOS WG), que aconteceu na Conferência de Bibliotecas Digitais ACM '98 em Pittsburgh. A W3C SKOS (*Simple Knowledge Organization System*) começou a usar este termo aparentemente desde o início da especificação SKOS em 2008 W3C Working Draft (Miles e Bechhofer 2008), embora naquela época apenas um número limitado de tipos de SOC, por ex. tesouros, esquemas de classificação, cabeçalhos de assuntos e taxonomias, foram considerados. Na verdade, a lista do que poderia ser considerado um SOC no sentido estrito é ampla e, às vezes, confusa. Entre os SOCs estão listados itens com estruturas e conteúdos diversos, originados em contextos distintos de utilização para diversos fins, e expressando diferentes abordagens teóricas e metodológicas.

O autor ainda diz que, no entanto, “com foco em sua estrutura e função, um núcleo comum é geralmente identificado, conforme ilustrado, apesar de suas diferenças, pelas seguintes definições de amplo alcance”, conforme o que segue. Para Hodge (2000, p. 3)

O termo sistemas de organização do conhecimento pretende abranger todos os tipos de esquemas para organizar a informação e promover a gestão do conhecimento [...]. Os sistemas de organização do conhecimento são usados para organizar materiais para fins de recuperação e para gerir uma coleção. Um SOC serve como uma ponte entre a necessidade de informação do usuário e o material da coleção. Com ele, o usuário deve ser capaz de identificar um objeto de interesse sem o conhecimento prévio de sua existência. Seja por meio de navegação ou pesquisa direta, seja por meio de temas em uma página da Web ou em um mecanismo de pesquisa de site, o SOC guia o usuário por um processo de descoberta. Além disso, os SOCs permitem que os organizadores respondam a perguntas sobre o escopo de uma coleção e o que é necessário para completá-la.

Para Zeng (2008, do resumo *apud* Mazzocchi, 2018, p. 58)

Esses sistemas modelam a estrutura semântica subjacente de um domínio e fornecem semântica, navegação e tradução por meio de rótulos, definições, tipagem, relacionamentos e propriedades para conceitos [...] Incorporados como serviços (Web), eles facilitam a descoberta e recuperação de recursos por atuando como roteiros semânticos, possibilitando uma orientação comum para indexadores e futuros usuários, sejam humanos ou máquinas [...].

Para Soergel (2009, p. 3)

SOCs são usados por pessoas para encontrar informações e entendê-las; O SOC deve apoiar as pessoas em sua busca por significado, eles devem apresentar estruturas de conceitos significativas. Os SOCs também são usados por programas de computador para raciocinar sobre dados; SOCs devem representar conhecimento formal sobre conceitos. [...] Prototipicamente, um SOC fornece uma estrutura ou esquema para armazenar e organizar dados, informações, conhecimento sobre o mundo e sobre pensamentos [...] para compreensão, recuperação ou descoberta, para raciocínio e muitos outros propósitos [...]

E para Bratková e Kucerová (2014, p. 8–9)

Um sistema de organização do conhecimento é um esquema que modela uma estrutura (ou seja, elementos e relações mútuas) de um conjunto organizado de conhecimento. O apoio aos processos de organização do conhecimento e acesso ao conhecimento é a função

básica do sistema de organização do conhecimento. Um conceito é o elemento estrutural básico do sistema de organização do conhecimento. Um vocabulário, isto é, a expressão formal de conceitos, forma o núcleo da representação física de cada sistema de organização do conhecimento. O vocabulário é utilizado para expressar a semântica e a sintaxe do todo organizado ou, se for o caso, as regras que definem como uma estrutura deve ser usada.

Deste modo, várias tipologias diferentes de Sistemas de Organização do Conhecimento vão surgindo e avançando, normalmente tomando como base itens estruturais, como por exemplo, os graus de complexidade e relações entre os termos e os conceitos) e suas funções correspondentes. Um dos primeiros SOCs (pensado especificamente para o ambiente de biblioteca digital) foi por Gail Hodge (2000), que agrupou os SOCs de acordo com três categorias conforme ilustrado na tabela a seguir, retirada da Classificação de Hodge (2000) de Sistemas de Organização do Conhecimento, cuja tradução livre apresentamos no quadro 2.

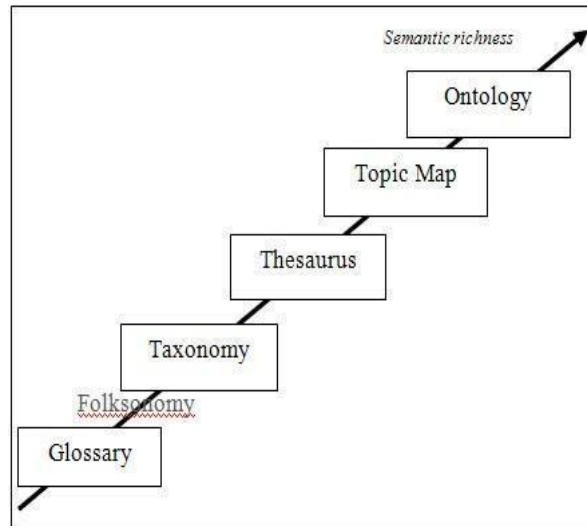
Quadro 2 - Classificação de Sistemas de Organização do Conhecimento (1)

Categorias de SOCs	Características gerais das categorias	Tipos específicos de SOCs
LISTAS	Sistemas lineares e menos estruturados; ênfase nas listas de termos (frequentemente fornecidas com as definições).	Arquivos de autoridade. Glossários. Dicionários. Dicionários geográficos.
CLASSIFICAÇÕES E CATEGORIAS	Sistemas hierarquicamente estruturados; ênfase na criação de conjuntos de assuntos.	Cabeçalhos de assuntos. Esquemas de classificação. Taxonomias. Esquemas de categorização. (os três últimos termos são frequentemente usados de forma intercambiável).
LISTAS DE RELACIONAMENTOS	Sistemas complexos e altamente estruturados; ênfase nas conexões entre termos e conceitos.	Tesouros. Redes semânticas. Ontologias.

Fonte: Hodge (2000), traduzido e adaptado pelo autor.

Alguns autores usam uma ideia de "escada semântica" (Blumauer; Pellegrini, 2006), visualizando glossários ou outros Sistemas de Organização do Conhecimento menos estruturados, colocados em seu grau inferior e ontologias em seu topo, como na figura 8:

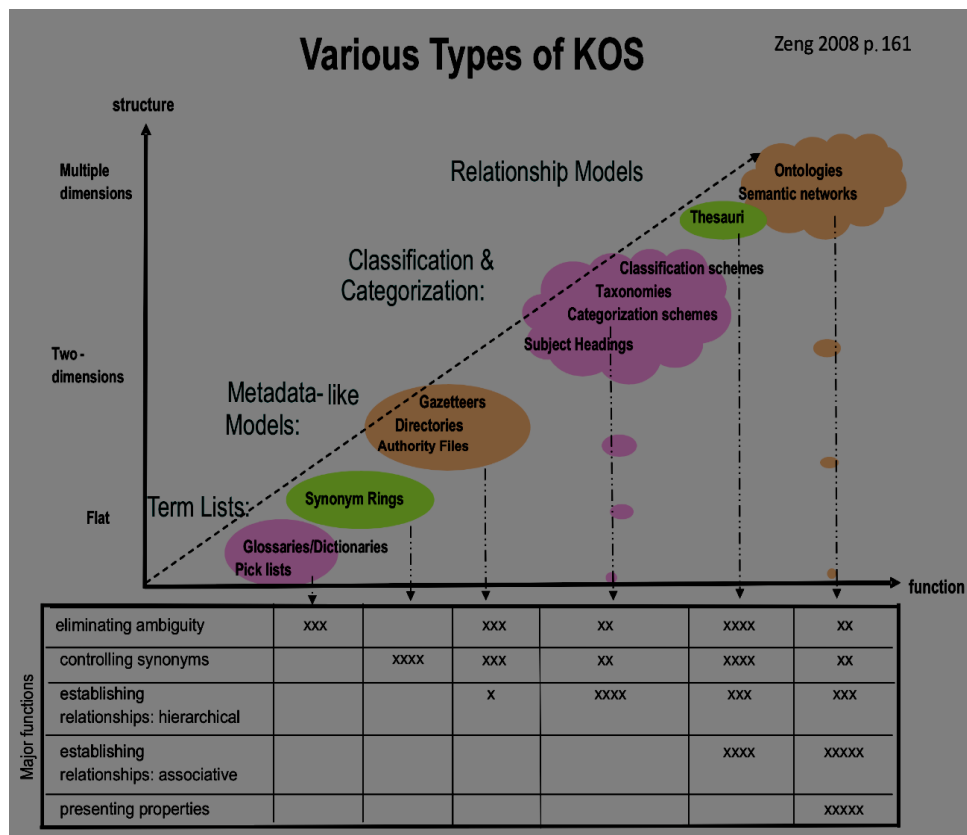
Figura 8 - The Semantic Staircase



Fonte: Blumauer e Pellegrini (2006, p. 16).

Referindo-se à ideia de escada semântica, bem como à classificação de Hodge, ANSI / NISO Z39.19-2005 (National Information Standards Organization, 2005) e Tudhope, Koch e Heery (2006), Zeng (2008) desenvolveu sua própria visão geral dos tipos de Sistemas de Organização do Conhecimento, conforme mostra a figura 9:

Figura 9 - Classificação de Sistemas de Organização do Conhecimento (2)



Fonte: Zeng (2008, p. 165).

Fato é que os esquemas e figuras apresentados anteriormente refletem um pouco da compreensão acadêmica comum de um Sistema de Organização do Conhecimento, quando, pelo menos, três questões devem ser consideradas com mais profundidade: (i) a sua cobertura, (ii) a terminologia utilizada e (iii) os critérios utilizados e o âmbito da comparação de diferentes SOC's.

A seguir, discorreremos sobre os conceitos de Tesouro, que para Bräscher e Carlan (2010, p. 158), são “instrumentos de controle terminológico, utilizados em sistemas de informação para traduzir a linguagem dos documentos, dos indexadores e dos pesquisadores numa linguagem controlada, usada na indexação e na recuperação de informações”, sobre os conceitos de Taxonomia, um conceito originalmente aplicado nas áreas da Biologia e da Lógica, cujo significado sofreu alterações conforme a informática se desenvolveu – nesse caso, ampliando seu raio de ação – e que, a partir de seu uso no campo das tecnologias, passou também a ser usado, no âmbito da Ciência da Informação no que se refere aos sistemas de classificação (Currás, 2010), e sobre os conceitos de Ontologias, que permitem a

definição de relações semânticas complexas, regras e axiomas que não estão presentes no restante dos Sistemas de Organização do Conhecimento, corroborando para se atingir a principal finalidade dos SOCs, que é organizar, tratar e gerenciar a informação contida nos documentos de modo a facilitar sua recuperação, e, por conseguinte, sua disseminação.

A organização do conhecimento na Ciência da Informação envolve o uso de diferentes ferramentas e técnicas para facilitar a recuperação e o acesso às informações.

Entre essas ferramentas, os Tesouros desempenham um papel importante. Segundo Arruda e Chagas (2002, p. 205), o tesouro “é uma lista de associação de Termos, estruturada de forma a possibilitar aos indexadores e analistas de assuntos a descrição do assunto de um documento que serve para fazer coincidir a linguagem do documento com a linguagem da pergunta”.

Como objetivo principal, os Tesouros funcionam para “orientar o usuário e encontrar o termo para um determinado significado” (Cortez, 1987, p. 200). É composto por uma lista de descritores (Cavalcanti, 1978, p. 34) definidos e com significado fixo, a fim de controle do vocabulário utilizado na indexação e na recuperação de documentos, sendo considerados muito importantes para elaborar estratégias de busca de informações.

Para Vickery (1960a, p. 150 *apud* Dodebei, 2002, p. 64)

A palavra tesouro (latim = *thesauru*, grego = *thesaurós*) teve origem na Grécia significando *Treasury or Storehouse* (tesouro ou armazenagem / repositório), sendo que, em 1936, o *Oxford English Dictionary* definiu a expressão inglesa como um dicionário, enciclopédia e similares. Em 1852, Peter Mark Roget publicou o *Thesaurus of English Words and Phrases*, uma coleção de termos organizada em ordem não alfabética, como em um dicionário, mas de acordo com as ideias que expressam.

O objetivo de tal estrutura, ainda segundo a autora, era o de “encontrar as palavras pelas quais as ideias pudessem ser mais bem expressas em textos” (Dodebei, 2002, p. 64). Gomes (1990) conta que Peter Mark Roget era secretário da Royal Society e que, com sua obra, tinha a intenção de facilitar sua atividade literária, num trabalho que durou 50 anos e que tinha o objetivo principal de solucionar o problema que um dicionário comum apresentava. Dodebei (*ibidem*) conta que

Argumentava Roget que o propósito de um dicionário comum é simplesmente explicar o significado das palavras, mas o problema para o qual ele pretendia oferecer a solução poderia ser apresentado assim: sendo dada uma palavra, pode-se encontrar seu significado ou a ideia que ela pretende trazer consigo em um dicionário, mas, ao contrário, tendo-se uma ideia, qual/quais palavras podem melhor expressar seu significado? Com esse objetivo, as palavras e frases da língua foram arranjadas no *Roget's Thesaurus* não de acordo com seu som ou ortografia, mas estritamente de acordo com seu significado.

Roget organizou as palavras da língua inglesa de acordo com seis categorias conceituais: relações abstratas; espaço; matéria; intelecto; volição; e afeições. Tais categorias são subdivididas em classes, que se dividem em seções, subseções e conceitos isolados, como podemos ver na figura 10.

Figura 10 - Exemplo de subdivisão de categorias

-
- Classe 1 - Palavras que expressam **Relações Abstratas**
 - Seção 1 - Existência
 - 1.1 Ser, no abstrato
 - 1.1.1 Existência**
 - 1.1.2 Sem existência
 - 1.2 Ser, no concreto
 - 1.3 Existência Formal
 - 1.4 Existência modal
 - 1.5 etc.

Fonte: Dodebei (2002, p. 64)

A figura 11, também retirada de Dodebei (2002, p. 65) mostra um recorte do hipertexto para a expressão “Existência” no *Roget's Thesaurus*, tal como a página manuscrita:

Figura 11 - Recorte do hipertexto de Mawson, 1992

<p>NOUN: EXISTENCE, being, entity, <i>ens</i> [L.], <i>esse</i> [L.], subsistence; quid, hypaxis [<i>rare</i>], automaton.</p> <p>REALITY, actuality; positiveness &c. <i>adj.</i>; fact, matter of fact, sober reality; truth [See <u>Truth</u>]; actual existence.</p> <p>PRESENCE (<i>existence in space</i>) [See <u>Presence</u>]; coexistence [See <u>Synchronism</u>].</p> <p>STUBBORN FACT; not a dream [See <u>Imagination</u>]; no joke.</p> <p>ESSENCE, inmost nature, center of life, inner reality, vital principle.</p> <p>[SCIENCE OF EXISTENCE] ontology.</p>
<p>VERB: EXIST, be; have being &c. <i>n.</i>; subsist, live, breathe, stand, obtain, be the case; occur (<i>event</i>) [See <u>Eventuality</u>]; have place, rank, prevail; find oneself, pass the time, vegetate.</p> <p>come into existence &c. <i>n.</i>; arise (<i>begin</i>) [See <u>Beginning</u>]; come forth (<i>appear</i>) [See <u>Visibility</u>].</p> <p>BECOME (<i>be converted</i>) [See <u>Conversion</u>]; bring into existence [See <u>Production</u>]; coexist, postexist [<i>rare</i>], preëxist [<i>rare</i>].</p> <p>CONSIST IN, lie in; be comprised in, be contained in, be constituted by.</p> <p>ABIDE, continue, endure, last, remain.</p>
<p>ADJECTIVE: EXISTING &c. <i>v.</i>; existent, subsistent, under the sun; in existence &c. <i>n.</i>; extant; afloat, on foot, current, prevalent; undestroyed.</p> <p>REAL, actual, positive, absolute; factual, veritable, true [See <u>Truth</u>]; substantial, substantive; self-existing, self-existent; essential, beënt.</p> <p>WELL-FOUNDED, well-grounded; unideal, unimagined; not potential [See <u>Nonexistence</u>]; authentic.</p>
<p>ADVERB: ACTUALLY &c. <i>adj.</i>; in fact, in point of fact, in reality; indeed; <i>de facto</i> [L.], <i>ipso facto</i> [L.].</p>
<p>QUOTATIONS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) <i>Ens rationi.</i> b) <i>cogito ergo sum.</i> c) <i>Think'st thou existence doth depend on time?—Byron</i> d) <i>All is concenter'd in a life intense.—Byron</i> e) <i>To live is not merely to breathe, it is to act.—Rousseau</i> f) <i>The mainspring of life is in the heart.—Amiel</i> g) <i>I came like Water, and like Wind I go.—Omar Khayyám—Fitzgerald</i>

Fonte: Dodebei (2002, p. 65).

Lembrando que esse tesouro é em língua inglesa, seu propósito permanece o pensado por Roget, auxiliando a escolha de uma expressão que melhor possa definir ou expressar um conceito existente na mente do escritor.

Moreira (2003, p. 25) conta

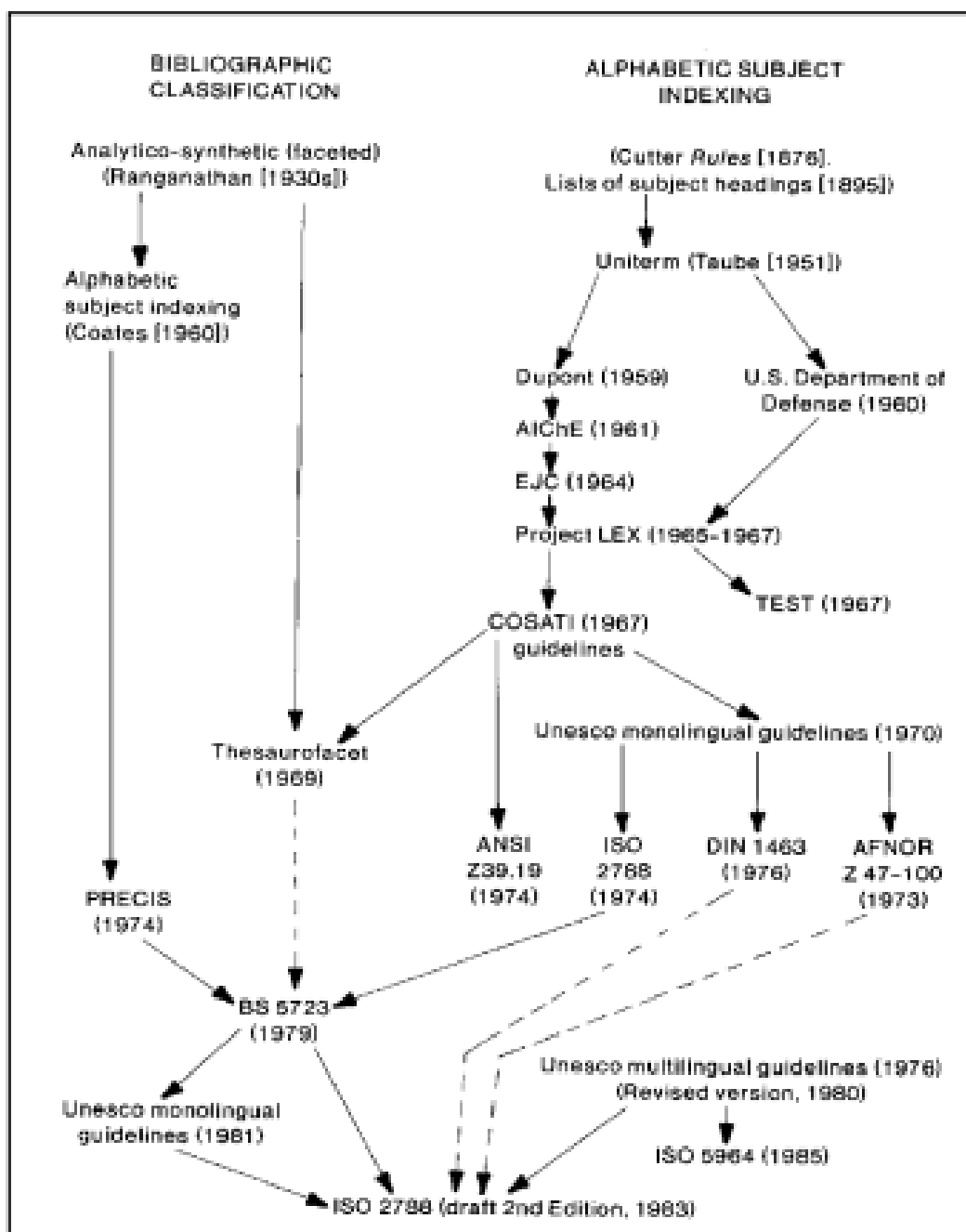
Outra definição é a do *National Information Standards Organisation*, no documento que propõe as linhas gerais para a construção, formatação e manutenção de tesouros monolíngues (ANSI/NISO Z39-19-1993) [atualizado em 1995, grifos nossos], no qual tesouro é definido como “um vocabulário controlado organizado em uma ordem conhecida na qual as relações de equivalência, hierárquicas e associativas entre os termos são claramente exibidas e identificadas por meio de indicadores de relação padrão”.

Lancaster (1986) relata uma dificuldade em se mostrar uma linha evolutiva dos tesouros, uma vez que “não está claro quem influenciou quem”, contando que a evolução histórica dos tesouros pode ser apresentada por duas vertentes: “uma, que toma por base o Unitermo²¹ e a outra, influenciada pela Teoria da Classificação Facetada”.

Na obra de Lancaster (1986) pode-se perceber tal dicotomia, já que de um lado, aparece “a vertente da abordagem alfabética originária da América do Norte, mais especificamente os Estados Unidos e, do outro lado, a influência da classificação bibliográfica da Europa, particularmente o Reino Unido” (Moreira, 2003, p. 25), que pode ser verificada na figura 12.

²¹ O Unitermo (Mortimer Taube, 1951) era composto por um conjunto de fichas, onde cada ficha continha uma única palavra e os números dos documentos associados a esta palavra. Era fundamentado na hipótese de que cada ideia poderia ser representada por uma única palavra. A evolução do Unitermo levou à criação do primeiro tesouro, desenvolvido pelo Centro de Engenharia da Informação da DuPont, em 1959.

Figura 12 - Evolução dos padrões de Tesouros



Fonte: Lancaster (1986, p. 30).

Conforme Moreira (2003, p. 27)

As duas linhas evolutivas de tesauros, europeia e americana, possuem algumas distinções importantes devido às motivações de seus desenvolvimentos. A americana adota uma evolução mais pragmática, motivada pela ampliação e pelo contorno das limitações de uma linguagem documentária preexistente, o *Unitermo*. No entanto, esse pragmatismo inibe o desenvolvimento de uma melhor fundamentação teórica para o instrumento.

E a consequência da falta de um embasamento melhor seriam as diferentes interpretações que poderiam ser feitas a respeito dos elementos dos tesauros. Gomes (1990) levanta alguns problemas dessa linha de evolução dizendo que “ora as relações partitivas eram consideradas como genérico-específicas, ora como associativas”, e que frequentemente pode-se ficar sem compreender por que dois termos estariam ligados de modo associativo.

Se havia mais de uma palavra para designar uma ideia – ou um tópico -, ora se considerava todas como parte integrante de um termo/descritor, ora não; ora uma expressão contendo mais de uma ideia era considerada como uma unidade (ou um termo), ora não. Com isto, as relações também não foram estabelecidas de forma clara.

E Moreira (2003, p. 28) continua, em relação às linhas evolutivas dos tesauros.

Já a linha europeia, principalmente a linha do *Thesaurofacet*, por se basear na teoria da classificação de Ranganathan (Lancaster, 1986, pg. 33) lança mão do uso de categorias para organização dos conceitos em um domínio. O uso de categorias para o enquadramento de conceitos permite uma melhor organização das hierarquias e um posicionamento mais adequado dos termos associados aos conceitos. [...] Outra linha, mais recente, cuja menção é imprescindível, é a dos tesauros-com-base-em-conceitos, também denominados de tesauros terminológicos. Este tipo de tesouro originou-se da junção do Conceito de Dahlberg, desenvolvida a partir da década de 70 [já tratada anteriormente nesta pesquisa, grifos nossos], com a Teoria da Classificação. Dentre as contribuições da Teoria do Conceito podem-se citar um melhor entendimento do conceito e do termo, a organização dos conceitos por meio de categorias, e o uso de definições para o posicionamento do conceito no sistema de conceitos.

No Brasil, há uma obra intitulada *Dicionário inverso*, de 1956) que, como conta Dodebei (2002, p. 66) o objetivo era o de “proporcionar maior facilidade de consulta àqueles que se dedicam à arte-ciência educativa e recreativa das ‘palavras cruzadas’ e das charadas e enigmas em geral. A sua ordenação deve ser vista sob o prisma inverso dos léxicos usuais – do significado para a palavra que o expressa”. E a partir da década de 1940 o termo Tesauro começa a ser utilizado na Ciência da Informação, especialmente quando se trata do processo de recuperação da informação, como um instrumento que tem a capacidade de transportar conceitos e suas relações mútuas, como os expressos nas linguagens dos documentos, as Linguagens Documentárias, com controle de sinônimos e estruturas sintáticas.

Dodebei (2002, p. 66) conta que, segundo Gomes (1990), o tesauro documentário surgiu da necessidade de manipular grande quantidade de documentos especializados. “Era preciso trabalhar com vocabulário mais específico e com uma estrutura mais depurada do que aquela presente nos cabeçalhos de assunto (remissivas e referências cruzadas tipo ver e ver também)” Deste modo, além da “especificidade”, foi necessário tomar o cuidado de “melhorar a estrutura, e as referências cruzadas (ver também)” que deram lugar “às relações hierárquicas (paradigmáticas) e associativas (sintagmáticas)”. Por este “novo instrumento da documentação possibilitar, através do agrupamento de termos, o acesso a uma ideia, mesmo sem saber nomeá-la de saída, as novas listas estruturadas de termos passaram a ser chamadas de tesauros”, por analogia com a obra de Roget, embora “com função de indexar/recuperar informação”. Assim, “estão presentes as duas grandes características do tesauro de documentação: os conceitos, representados por termos (descritores ou preferidos) e as relações entre eles”.

Conforme Gomes (1990, p. 15)

Palavra é a menor unidade léxica, cujo significado se depreende do contexto em que ela figura mas que, tomada isoladamente, pode ter vários significados. O uso de palavras na indexação/recuperação é inadequado pela ambiguidade que elas carregam. Neste ponto começa a artificialidade da linguagem documentária: a partir de alguns princípios, escolhe-se uma determinada palavra ou expressão para representar um único conceito, ou ideia. Quando isto se dá, tem-se então, não mais uma “palavra” mas um “termo”. Dito de outra maneira, o termo equivale a um conceito + uma designação. Esta designação pode ser construída por uma ou mais unidades léxicas.

Assim, para que a cada termo não se atribua mais do que um conceito, e vice-versa, se torna necessário esse controle por meio dos tesouros, instrumentos dinâmicos que podem permitir o registro de novos termos gerados com o desenvolvimento e evolução das áreas de estudo.

Os componentes dos tesouros, de acordo com Gomes (1990, p. 16) são “os termos, a estrutura entre eles e o conjunto de remissivas”. Ainda conforme o autor,

Entende-se por estrutura o relacionamento, a ligação, a vinculação entre os conceitos representados por termos: nenhum deles pode figurar num tesouro sem que esteja ligado a algum outro, ligação que é determinada pelo seu significado. Outra característica importante do tesouro é que ele cobre os conceitos de um domínio específico do conhecimento não havendo, portanto, um tesouro “geral”. O que se pode ter são vários tesouros para cobrir os vários assuntos, elaborados todos eles segundo os mesmos princípios para que, entre eles, haja compatibilidade. Uma vez identificadas as características do tesouro, pode-se defini-lo como “Linguagem documentária [sobre o que já tratamos no capítulo 6, grifos nossos] dinâmica que contém termos relacionados semântica e logicamente, cobrindo de modo compreensivo um domínio do conhecimento”.

Com a função de representar os assuntos dos documentos tornando a busca e recuperação de informações mais assertivas, o desenvolvimento dos tesouros acontece por conta de vários aspectos, como conta Dodebei (2002, p. 66-67).

Luhn (*apud* Vickery, 1960a, p. 183) ressaltou a possibilidade de automatizar a indexação, onde tal instrumento se fazia necessário dado que a passagem de palavras de texto palavras-chave só poderia ser obtida por processos automáticos se as associações de palavras fossem previamente armazenadas em uma memória. Bernier e Heumann (*apud* Vickery, 1960a, pg. 185) propuseram o uso do tesouro com o sentido de coincidir os vocabulários de uma solicitação de pesquisa com o do sistema de recuperação de informações, formando três tipos de ajuda: restrição do número de palavras-chave, lista classificada de termos e definições de palavra-chave. Wall (*apud* Vickery, 1960a) listou alfabeticamente as palavras-chave, provendo-as de referências cruzadas dos seguintes tipos: sinônimos, termo genérico, termo específico e termo relacionado. A característica de abrangência no uso de relações entre os termos foi enfocada por M. Taube (*apud* Vickery, 1960a) que propôs um esquema de associações entre o termo a indexar com outras palavras-chave que pudessem ser relevantes e utilizadas tanto para a indexação como para a recuperação de informações. Heald (*apud* Vickery, 1960a) descreveu o tesouro como um instrumento dividido em duas partes: a primeira é uma lista alfabética de palavras-chave e referências cruzadas para indicar a hierarquia de conceitos, e a segunda é a própria estrutura hierárquica, apresentando as categorias ou facetas do vocabulário.

Deste modo, o emprego de tesouros como um sistema de organização do conhecimento tenta resolver “o problema de alocação de documentos em classes de assuntos, não só por sua capacidade de controlar o vocabulário [e organizar a informação, grifos nossos], mas porque é um instrumento que relaciona os descritores/termos de forma mais consistente” (Dodebei, 2002, p. 67), e sua utilização tem diversas vantagens. Primeiro, eles permitem uma busca mais precisa e eficiente de termos e, conseqüentemente, de seus significados relacionados, uma vez que os termos são normalizados e agrupados semanticamente. Além disso, os tesouros facilitam a descoberta de termos relacionados, mesmo que sejam expressos de maneira diferente. Outra vantagem é que os tesouros podem ajudar a superar a barreira da linguagem, permitindo que usuários com diferentes vocabulários encontrem informações relevantes. Por exemplo, um usuário que busca por "carro" também pode ser direcionado para termos como "automóvel" ou "veículo", que podem ser utilizados como sinônimos.

No contexto da Ciência da Informação, os tesouros são utilizados em sistemas de indexação e recuperação de informações, como catálogos de bibliotecas, bases de dados especializadas e motores de busca, ajudando a estabelecer uma linguagem controlada e consistente, melhorando a precisão e a relevância dos resultados de busca como, por exemplo, em alguns Tesouros famosos e disponíveis para diferentes áreas do conhecimento, o Tesouro da UNESCO, o Tesouro da Agricultura da FAO e o *Medical Subject Headings (MeSH)* da *National Library of Medicine*, desenvolvidos e atualizados continuamente para acompanhar o avanço do conhecimento em suas respectivas áreas.

No próximo capítulo apresentaremos a LSF destacando os itens que identificamos como aportes teórico-metodológicos para o SOC (tesouro), conforme nosso objetivo "Identificar na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), os conceitos e fundamentos teóricos que contribuem para o aprimoramento na elaboração de um Sistema de Organização do Conhecimento, do tipo Tesouro, a partir das relações já estabelecidas entre a Linguística e a Organização do Conhecimento, no que se configura como Linguística documentária, no âmbito da Ciência da Informação".

8 A LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

A língua é um recurso sistematizado que serve para expressar sentido e significado em um determinado contexto de situação e de cultura. Para Halliday (1985, 1994), estudar essa língua e a linguagem produzida por meio de seu uso, é estudar como os indivíduos realizam trocas de significados. Assim, a teoria Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), cuja ideia de concepção partiu de um questionamento de Halliday sobre as ideias de Ferdinand de Saussure e William Labov, uma vez que nenhum deles pensava no binarismo língua/fala (ou se pensava em língua como sistema ou em função de língua como fala), traz no livro *Language as Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning* (1978) um novo modelo para um estudo da língua/linguagem que integrava os componentes sociais e culturais como ponto chave para sua compreensão.

Aluno do linguista britânico John Rupert Firth, Michael Alexander Kirkwood Halliday parte para o desenvolvimento de uma nova abordagem de análise gramatical, a qual nomeou, inicialmente, como Gramática de Escala e Categorias, desenvolvendo o que, mais tarde seria conhecida como *Systemic Functional Grammar* (SFG), em português, Gramática Sistêmico Funcional (GSF) e, conseqüentemente, a abordagem conhecida como *Systemic Functional-Linguistics* (SFL), em português, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF).

Este modelo teórico é denominado de “sistêmico” pois enxerga a gramática como um sistema de escolhas potenciais motivadas intencionalmente pelo emissor da mensagem/língua/linguagem, e “funcional” porque trata das implicações comunicativas da seleção de um ou outro desses sistemas no momento da comunicação da mensagem/língua/linguagem.

A LSF é, ainda, tida como um modelo descritivo e de análise linguística funcional pois não é limitada somente à identificação de categorias linguísticas dentro de um Sistema, mas também porque procura determinar as funções dessas categorias linguísticas atreladas a seus contextos de uso, cultura e situação.

Deste modo, para Halliday (1985; 1994, p. 336), os componentes essenciais da língua são componentes funcionais, já que todas as línguas se organizam “em tipos fundamentais de significado ou componentes: o ideacional, o interpessoal e o textual”, sobre os quais discorreremos mais especificamente adiante.

Halliday, portanto, trata deste novo modelo de estudo da linguagem integrando os componentes socioculturais, enxergando essa produção de significados como um recurso semiótico utilizado para se alcançar um propósito de comunicação, de troca de mensagens e/ou informações por meio de linguagem natural ou de linguagem controlada definida pelo seu contexto e situação de uso.

Essa perspectiva funcional dos estudos linguísticos é diferente da perspectiva chamada de tradicional pois enxerga a linguagem vinculada a um contexto de uso e de situação. Para Bagno (2006), normatizar e padronizar a língua e a linguagem produzida não se pensando em seus contextos é o mesmo que descontextualizar sua característica social e dinâmica, pensando nessa produção linguística como “um objeto externo a seus falantes, uma entidade com vida própria que está alheia aos que, de fato, fazem uso dela”. Deste modo, estudar a língua e a linguagem por uma perspectiva funcionalista é assumir a postura de que a gramática, por si só, não é um sistema autônomo e que, muito menos, pode ser entendida separadamente de fatores como cultura, interação e propósito comunicativo. A gramática funcional, embora também analise as questões de estrutura de uma língua, inclui um olhar para toda a situação comunicativa, pensando no propósito do evento de fala, em seus participantes e em seu contexto discursivo.

Halliday (1985, p. 7) diz que o valor da teoria sistêmico-funcional reside no seu próprio uso, considerando-a, ainda, como “uma teoria da linguagem essencialmente orientada para o usuário” e, deste modo, a LSF trata a gramática como um recurso de criação de significado insistindo na inter-relação entre sua forma e seu significado. Halliday, em certo sentido, pensou na dimensão da escolha da estrutura utilizada como a dimensão organizadora central dessa teoria. A teoria Linguística Sistêmico-Funcional hallidayana pode ser vista como funcional, uma vez que considera que a linguagem evoluiu sob pressão de funções específicas que o sistema de linguagem em que se insere deve servir. Admitindo-se, então, a influência desse contexto sobre a produção de um texto, a relação do falante ou escritor com a linguagem se estabelece numa prática de escolhas consideradas adequadas para cada evento comunicativo. Essas escolhas podem, então, ser realizadas porque cada falante ou escritor, no momento da enunciação, conhece/está inserido nos aspectos contextuais daquela situação comunicativa. Assim, em meio às várias possibilidades que a linguagem oferece, o falante pode escolher as que considera mais pertinentes para atingir o propósito comunicativo

daquele contexto. Portanto, percebe-se que a linguagem é uma rede sistêmica²² que oferece ao falante ou escritor várias e diferentes possibilidades de uso do sistema linguístico, e a cada escolha feita, surge uma nova possibilidade de escolha em um outro estrato da língua. Pode-se fazer escolhas, dentro de um determinado contexto, de acordo com o objetivo comunicativo de quem fala ou escreve. E, ao se fazer essas escolhas, ativam-se as metafunções da linguagem, que deixam suas marcas nas estruturas e na organização da linguagem em todos os níveis.

Halliday diz que a linguagem como semiótica social é a interpretação social da linguagem e do seu significado em uso, trazendo a definição da teoria Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) como o estudo da relação entre a linguagem e suas funções em contextos sociais, com estratos que compõem o sistema linguístico: o significado (seu extrato semântico), o som (seu extrato fonológico) e a redação ou a lexicogramática (seu extrato da sintaxe, da morfologia e do léxico).

A linguagem, na perspectiva social semiótica, se baseia em três princípios: a linguagem sempre ocorre como um texto, seja ele falado ou escrito; a linguagem é usada para expressar significado; e a linguagem é funcional, refletindo as atitudes, opiniões e a ideologia dos usuários (Halliday, 1985), realizada sob o guarda-chuva de três metafunções.

Tais metafunções da linguagem podem ser introduzidas como: entender o ambiente (significado ideacional); agir sobre os participantes do discurso (significado interpessoal); e organizar o ambiente e o discurso (significado textual) (Halliday, 1985).

"Um texto é uma unidade de linguagem em uso" (Halliday; Hasan, 1976, p. 1), considerado como a unidade básica de significado da linguagem para a sua estrutura semântica. Como texto, a linguagem está sempre cercada por seu ambiente ou contexto. O contexto é simplesmente "outro texto que acompanha o texto" (Halliday; Hasan, 1989, p. 5). Tendo em vista, portanto, a preocupação da LSF

²² Vale, neste ponto, citar a Teoria de Legitimação do Código (LCT), em *Knowledge-building: Educational studies in Legitimation Code Theory* (Maton, Hood & Shay, 2016). Esta teoria (LCT), se focarmos nos aspectos de *Specialization* (Especialização), *Semantics* (Semântica), *Autonomy* (Autonomia), *Temporality* (Temporalidade) e *Density* (Densidade), podemos pensar que cada dimensão compreende uma série de conceitos que, em conjunto, compreendem uma dimensão. E se olharmos para o conjunto de conceitos que compreende um código de legitimação, ou seja, um conjunto de princípios (conceitos) organizados que representam um código (termo) legitimado, ou "códigos especializados", "códigos semânticos" ou "códigos autônomos" (2016, pg. 11), identificando um aspecto diferente do mecanismo de legitimação daquele único conceito relacionado ao seu termo (ou vice-versa), já podemos pensar numa nova pesquisa. Fica, aqui, uma possibilidade de novo estudo.

com a linguagem em uso em sociedade, interessa entender como a língua pode ser estruturada para usos em diferentes contextos sociais e de situação. Com seu trabalho *An Introduction to Functional Grammar*, Halliday inicia a base dos estudos na área da Linguística Sistêmico-Funcional.

Fuzer e Cabral (2010, p. 5) comentam que

Como uma teoria social que se preocupa com os usos da língua, a LSF reconhece que a linguagem é entidade viva, presente em situações, grupos, locais, eventos variados e, como tal, sofre a influência desses e outros fatores. Como propriedade de comunidades, culturas e indivíduos, a língua é variável, um potencial de significados à disposição dos falantes que dela fazem uso para estabelecer relações, representar o mundo e, com isso, satisfazer determinadas necessidades em contextos sociais específicos.

As autoras (2010, p. 7) ainda trazem que, no início do século XX, Malinowski introduziu o reconhecimento de que a língua é uma das mais importantes manifestações da cultura de um povo, influenciando seu aluno Firth, que deu os primeiros passos em direção aos conceitos iniciais desse princípio da linguagem. Mais tarde, na década de 1960, seu aluno, o linguista Michael Alexander Kirkwood Halliday (1985, 1994), estruturou e sistematizou o que hoje conhecemos como a teoria Linguística Sistêmico-Funcional. Tempos depois, com a colaboração de Christian Matthias Ingemar Martin Matthiessen, houve a revisão e ampliação da obra *An Introduction to Functional Grammar*, em 2004, e, novamente, com outras atualizações, em 2014. Com estudos em vários outros países, entre eles China, Inglaterra, Portugal, Argentina e Brasil, essa visão de linguagem baseada nos preceitos da LSF tem servido como ponto de partida para os estudos de especialistas em diversas áreas, sobretudo na Linguística e que, segundo Barbara (2010), tem a capacidade de analisar qualquer fenômeno comunicativo.

Ghio e Fernández (2008) trazem possíveis aplicações para a teoria LSF, dizendo que tal teoria é importante para compreender a natureza e as funções da linguagem, o que as línguas têm em comum, como uma língua evolui através do tempo, como a linguagem de uma criança se desenvolve, por que um texto significa o que significa, como varia a língua de acordo com o usuário e com as funções que desempenha, qual a natureza da arte verbal em textos literários, a relação entre linguagem e cultura e entre linguagem e situação, o multilinguismo, a socialização, a ideologia, a propaganda. Ainda, segundo as autoras, a LSF pode auxiliar no

aprendizado da leitura e na escrita da língua materna, no aprendizado de línguas estrangeiras, em traduções e interpretações de textos entre outros usos.

Princípios teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional podem ainda ser encontrados em Halliday e Hasan (1989), Eggins (1994), Martin e Rose (2003), Thompson (2004), entre outros (Fuzer; Cabral, 2010, p. 8).

Mesmo não sendo foco central da nossa pesquisa, vale a pena, neste ponto, traçar uma distinção entre Gramática Sistêmico-Funcional e Linguística Sistêmico-Funcional. A gramática sistêmico-funcional e a linguística sistêmico-funcional são abordagens relacionadas dentro do campo da linguística. Ambas compartilham uma mesma base teórica, mas se diferenciam em seus objetivos e enfoques. A Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) é uma abordagem linguística que se concentra na análise das estruturas gramaticais da língua e como elas são usadas para criar significado em diferentes contextos e se preocupa, principalmente, com a relação entre a gramática e a função comunicativa do discurso. A gramática sistêmico-funcional enfatiza três funções principais da linguagem: a Função Ideacional, que se refere à representação do mundo, incluindo processos mentais, eventos, estados, entre outros; a Função Interpessoal, que se relaciona à interação entre os falantes, incluindo atos de fala, papéis sociais, expressões de atitude, etc.; e a Função Textual, que diz respeito à estruturação do discurso em textos coerentes e coesos. Essas funções são realizadas por meio de sistemas linguísticos, como a estrutura gramatical, os sistemas lexicais e os recursos fonológicos, que são organizados para produzir significado.

Já a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) é uma abordagem mais ampla que inclui a gramática sistêmico-funcional, mas também abrange outras áreas da linguística, não se restringindo apenas à análise da gramática, mas também investigando outros aspectos linguísticos, como a semântica, a fonologia, o discurso e a pragmática. A LSF busca entender a língua como um sistema que desempenha funções sociais e comunicativas. Além disso, também explora como a língua é influenciada pelo contexto de cultura e de situação em que é utilizada.

A gramática proposta por Halliday (1994) é chamada de gramática sistêmico-funcional devido ao fato de levar em consideração questões relacionadas ao significado (base semântica) e ao uso (funcional) de uma determinada língua e por considerar a existência de uma rede de sistemas que constituem uma língua. Seus objetivos são descrever o sistema da língua e as formas pelas quais esse sistema se

relaciona com os textos, sendo estes entendidos como instâncias reais da língua. Para Pagano (2023, p. 26-27)

Christopher Butler (2003) destaca [que a Gramática Sistêmico Funcional é a] abordagem mais orientada ao texto e a única que desenvolve um modelo de contexto, com especificação de variáveis e geração de hipóteses que permitem explicar relações sistemáticas entre situações típicas de uso da linguagem e o tipo de linguagem nelas produzido. Um destaque adicional da Gramática Sistêmico-Funcional é, segundo Butler, seu desenvolvimento orientado para ser aplicada e gerar aplicações, dimensão, para Halliday, constitutiva da tarefa do linguista, a quem cabe, simultaneamente, desenvolver sua teoria e utilizá-la para explicar como a linguagem funciona na nossa sociedade. As duas características destacadas por Butler representam, de fato, aspectos que a própria abordagem hallidayana ressalta. Seu escopo abrangente é evidenciado pela sua autodenominação como “teoria sistêmico-funcional” e “linguística sistêmico-funcional”, reservando a designação “gramática” para um dos níveis da estratificação da linguagem por ela postulada. À sua abrangência soma-se, também, sua autoqualificação como teoria *appliable*, atributo que Halliday escolhe em oposição a *applied* (aplicado) e *applicable* (aplicável) e define como propriedade de possuir potencial de aplicação. Assim, transcendendo a distinção disciplinar linguística – linguística aplicada, a Teoria Sistêmico-Funcional é *appliable*²³ por oferecer um arcabouço potencialmente passível de responder às necessidades de gerar e interpretar linguagem em uso, sem necessariamente ser concebida para atender uma aplicação em particular (Halliday, 2014, *apud* Pagano, 2023.)

Em resumo, a gramática sistêmico-funcional pode ser compreendida como uma parte específica da abordagem mais ampla da linguística sistêmico-funcional, pois enquanto a GSF se concentra mais na análise das estruturas gramaticais e como elas geram significado, a LSF abrange uma gama mais ampla de aspectos linguísticos e sua função na comunicação humana.

A seguir, expomos os principais conceitos da Linguística Sistêmico-Funcional trazendo, também, pressupostos sobre Contextos de Cultura e Situação.

8.1 Princípios da Linguística Sistêmico-Funcional

Para a Linguística Sistêmico-Funcional, a análise gramatical e do discurso compreende dois níveis de alcance: a contribuição para a compreensão do texto, visando mostrar como e por que o texto transmite significado da maneira como o faz

²³ refere-se a algo que pode ser colocado em uso ou aplicado em uma situação.

e o relacionamento intrínseco do próprio texto, procurando mostrar por que tal texto é ou não efetivo para os seus propósitos (Halliday, 1994, p. 15).

A realização de um texto, segundo Halliday, acontece por meio das relações semânticas e gramaticais nele presentes. A gramática é necessária para o entendimento claro do sentido e da efetividade de um texto, precisando, para isso, ter uma orientação semântica e funcional. A linguagem é, deste modo, vista como uma prática social, cujo uso motiva-se por uma finalidade. Nessa perspectiva, a Linguística Sistêmico-Funcional estuda os modos como os indivíduos produzem linguagem natural ou controlada em contexto, preocupando-se em estudar a utilização dessa língua e dessa linguagem em contextos sociais, considerando seus aspectos de interação e comunicação. Uma premissa essencial da LSF é que a linguagem é entendida como sócio-semiótica, decorrente de seu uso social, respaldada em um contexto no qual significados são compartilhados, com três pontos fundamentais: o uso da linguagem é funcional; as funções da linguagem criam significados e; o uso da linguagem segue um princípio de escolhas realizadas pelos falantes.

Para Halliday (1994, p. xiii-v)

Como uma teoria social que se preocupa com os usos da língua, a LSF reconhece que a linguagem é entidade viva, presente em situações, grupos, locais, eventos variados e, como tal, sofre a influência desses e outros fatores. Como propriedade de comunidades, culturas e indivíduos, a língua é variável, um potencial de significados à disposição dos falantes que dela fazem uso para estabelecer relações, representar o mundo e, com isso, satisfazer determinadas necessidades em contextos sociais específicos.

Ainda, de acordo com o autor, outro importante fundamento da LSF é denominado princípio das escolhas, as quais são realizadas dentro de uma gama de opções em cada contexto, sendo realizadas na construção dos textos falados ou escritos em qualquer situação de uso da linguagem. Portanto, podemos enxergar e entender a linguagem como um recurso que é utilizado para se criar significados. Deste modo, quando um usuário ou falante de uma língua produz determinado texto, há a realização dos três tipos de significados ao mesmo tempo: significados que se relacionam à representação da experiência através da língua; significados que expressam as relações de poder, de solidariedade e de atitude em relação aos

outros e; significados que se relacionam com o modo de organização do conteúdo da mensagem, com o modo que se diz o que foi dito.

Na LSF, cada um desses três tipos de significado está relacionado com uma das três metafunções da linguagem, chamadas por Halliday (1985, 1994) e Halliday e Matthiessen (2004) de ideacional, interpessoal e textual, respectivamente, o que detalharemos adiante.

8.2 Contexto de Cultura e o Contexto de Situação

Pensar na linguagem como um fenômeno social nos leva a dizer que é através e pela linguagem que interagimos com o mundo e com as pessoas à nossa volta na sociedade em que vivemos. É, principalmente, por meio da linguagem que aprendemos sobre a cultura de uma sociedade, construímos valores e identidades e representamos nossas experiências de mundo.

Para Halliday (1985), essas questões estão descritas na teoria pela existência de um Contexto de Cultura, relacionado a todo conhecimento de cultura e de sociedade que é intrínseco à vida social do Homem, e de um Contexto de Situação, relacionado às características de cada interação levando-se em conta os participantes da situação.

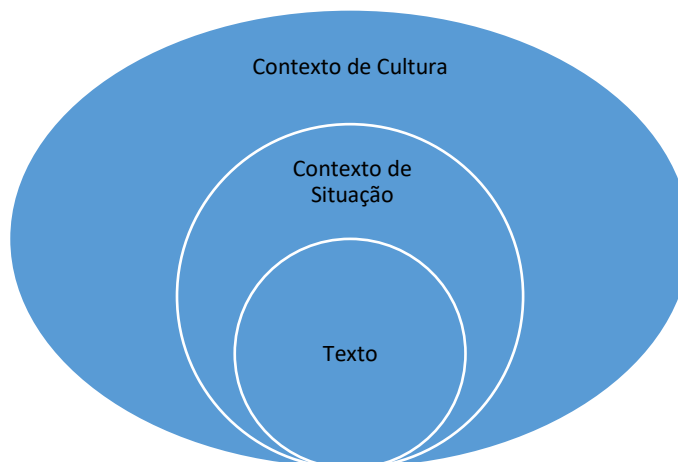
O primeiro estudioso a destacar a importância dos Contextos de Cultura e de Situação foi o antropólogo Malinowski (1923/46, 1935), com o entendimento de que a linguagem só apresenta sentido se interpretada no contexto em que foi produzida, concluindo que a linguagem é funcional e carregada de um propósito. Em parte, Malinowski (1946, p. 306) argumentou que isto indicava a necessidade de o pesquisador entender o contexto cultural no qual a língua estava sendo utilizada e que “o estudo de qualquer língua falada por um povo que vive em condições diferentes das nossas e possui uma cultura diferente, deve ser realizado em conjunto com o estudo de sua cultura e de seu ambiente”.²⁴

Para Halliday (1978, p. 109), interpretado no contexto de cultura, o potencial de significado é todo o sistema semântico da língua. Interpretado no contexto de situação, é o sistema semântico particular, ou conjunto de subsistemas, que é

²⁴ The study of any language, spoken by a people who live under conditions different from our own and possess a different culture, must be carried out in conjunction with the study of their culture and their environment.

associado com um tipo particular de situação ou contexto social. O texto está, portanto, sempre inserido em dois contextos, o Contexto de Cultura e o Contexto de Situação, como na figura 13.

Figura 13 - Texto e Contextos de Situação e Cultura



Fonte: adaptado Halliday e Matthiessen (2004, p. 25).

O Contexto de Cultura engloba os significados compartilhados por toda uma comunidade ou grupo de indivíduos. Dentro desse contexto, os falantes e ouvintes usam a linguagem nos contextos mais específicos, que são os Contextos de Situação, que envolvem as características extralinguísticas de um texto, as quais são realizadas de acordo com a intenção na produção de cada texto. Enquanto o Contexto de Cultura engloba, ainda, os significados partilhados por todo um grupo de indivíduos ou uma mesma sociedade, o Contexto de Situação envolve o aspecto das variações linguísticas, as características sociais de cada interação, com suas particularidades decorrentes de adaptações feitas na linguagem para atender a diferentes situações comunicativas.

Esse Contexto de Situação, conforme Halliday (1982, p. 46), é realizado pelo Registro, definido como “um reflexo dos contextos de situação em que se utiliza a linguagem, e dos modos em que um tipo de situação pode diferir de outro.” Ou seja, como as situações vividas por cada falante ou leitor variam de acordo com cada contexto em que estão inseridas, a linguagem também varia. Sabemos, então, que não se fala com um chefe de estado da mesma maneira que falamos com um colega de classe, que não se utiliza de um mesmo tipo de discurso para falar sobre medicina e sobre carros, e que provavelmente não se utiliza da mesma linguagem

para se falar de linguagens de especialidades diferentes. As diferentes situações que vivemos exigem comportamentos, posturas e escolhas lexicais diferentes de acordo com as pessoas, situações e contextos em que estamos interagindo.

Seguindo a tradição sistêmico-funcional, Halliday também perguntou quais aspectos do contexto seriam importantes, como por exemplo, quais aspectos de um contexto fariam diferença na maneira em que se usa a língua. Halliday (1985) sugeriu, então, que há três aspectos distintos em qualquer situação de uso da língua que apresentam consequências linguísticas: *Field* (o Campo), *Tenor* (a Relação) e *Mode* (o Modo).

O Modo está relacionado com o meio utilizado para a comunicação e pela organização do fluxo de informações presentes no texto, diretamente ligado ao papel da linguagem e da língua utilizadas na construção do texto em cada contexto em que se insere. Conforme Eggins (2004, p. 9), o Modo se relaciona ao significado da experiência e ao papel da linguagem. A variável Relação dá conta dos papéis sociais dos relacionamentos entre os interactantes. Por exemplo, papéis como professor/aluno, comprador/vendedor, amigo/amigo. Instintivamente, podemos reconhecer que o tipo de papel social desempenhado no momento da interação afetará a maneira de se empregar a linguagem; a variável Relação está relacionada com as relações de poder e solidariedade (Eggins, 2004, p. 9). O Campo é a variável de Registro que dá conta do assunto a ser desenvolvido, das atividades descritas e desempenhadas pelo discurso, “o tópico ou o foco da atividade” (Eggins, 2004, p. 9). Segundo Martin e Rose (2008, p. 14, tradução nossa),

Tecnicamente falando, o Campo consiste em sequências de atividades que são orientadas a algum propósito institucional global, seja uma instituição doméstica local, como família ou comunidade, ou uma instituição social mais ampla, como uma instituição burocrática, industrial ou acadêmica. Cada sequência de atividades envolve pessoas, coisas, processos, lugares e qualidades, e cada um desses elementos são organizados em taxonomias - agrupamento de pessoas, coisas e processos; essas taxonomias, por sua vez, distinguem um campo de outro.²⁵

²⁵ Technically speaking, a Field consists of sequences of activities that are oriented to some global institutional purpose, whether this is a local domestic institution such as family or community, or a broader societal institution such as bureaucracy, industry, or academia. Each such activity sequence involves people, things, processes, places, and qualities, and each of these elements are organized into taxonomies – grouping of people, things, and processes; these taxonomies in turn distinguish one field from another.

A figura 14 mostra o Campo, as Relações e o Modo no Contexto de Situação.

Figura 14 - Variáveis do Contexto de Situação



Fonte: Fuzer e Cabral (2010, p. 19).

O fato de haver esses três aspectos, Campo, Relações e Modo, não é acidental, segundo Thompson (1996, p. 36), uma vez que cada um deles corresponde a uma das metafunções da linguagem: o Campo determina principalmente os significados Experienciais que são expressos (a Metafunção Ideacional ou Experiencial); a Relação determina principalmente os significados Interpessoais (a Metafunção Interpessoal); e o Modo determina principalmente os significados Textuais (a Metafunção Textual), sobre as quais trataremos a seguir.

8.3 As Metafunções da Linguagem

Na concepção funcional e semântica da linguagem, de criação de significados e de escolhas não arbitrarias, as funções básicas da linguagem servem para os usuários expressarem experiências e para atuarem em relações sociais (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 29). A partir da linguagem, ocorre a construção da experiência humana. Nomeiam-se e classificam-se as coisas e, também, relatam-se as experiências. Por outro lado, pela linguagem, estabelecem-se as relações sociais entre os indivíduos e a manifestação da experiência, com a qual os usuários

informam, conversam, indagam, ordenam, oferecem ou opinam sobre pessoas, eventos ou fatos. Ainda, através da linguagem, se organizam os ditos, criando-se formas em concordância com os significados a serem realizados por meio da organização e coesão das orações em termos de informações dadas e novas. Toda esta organização da linguagem é descrita por três Metafunções, conforme o quadro 3.

Quadro 3 - Metafunções, Tipos de Significado e Papel na Oração

Metafunção	Tipos de Significado Expresso	O Papel na Oração
Ideacional	Constrói a experiência.	Oração como representação.
Interpessoal	Atua nas relações sociais.	Oração como troca.
Textual	Favorece a relevância no contexto.	Oração como mensagem.

Fonte: Halliday (1994, p. 36, tradução nossa)

A seguir, apresentamos cada uma dessas Metafunções.

8.3.1 A Metafunção Ideacional ou Experiencial

A **Metafunção Ideacional** ou **experiencial** relaciona-se aos eventos que estão ocorrendo no mundo externo ou pensamentos ocorrendo no mundo interior do ser humano, estudando a oração como representação, como um meio de representar padrões de experiência, refletindo como o falante “fala” sobre as ações, situações, estados, crenças e circunstâncias. Por esse ponto de vista, a oração nos possibilita, através das escolhas de seus processos (verbos, ações), de seus participantes (pessoas, coisas) e de suas circunstâncias, nos expressar perante o mundo. Sua importância reside no fato dessa metafunção explicar como os significados expressos em seu âmbito nos indicam como os autores dos textos veiculam sua experiência de mundo exterior e interior, como descrevem eventos, estados e as entidades neles envolvidas (Thompson, 1996, p. 28) por meio das escolhas que fazem quanto aos elementos do Sistema de Transitividade, isto é, os processos, os participantes e as circunstâncias.

Segundo Fuzer e Cabral (2010, p. 26)

Na gramática tradicional, a transitividade refere-se à relação dos verbos com os seus complementos. Já na Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), a transitividade é um sistema de descrição de toda a oração, a qual se compõe de processos, participantes e eventuais circunstâncias.

Complementam as autoras (2010, p. 27), que

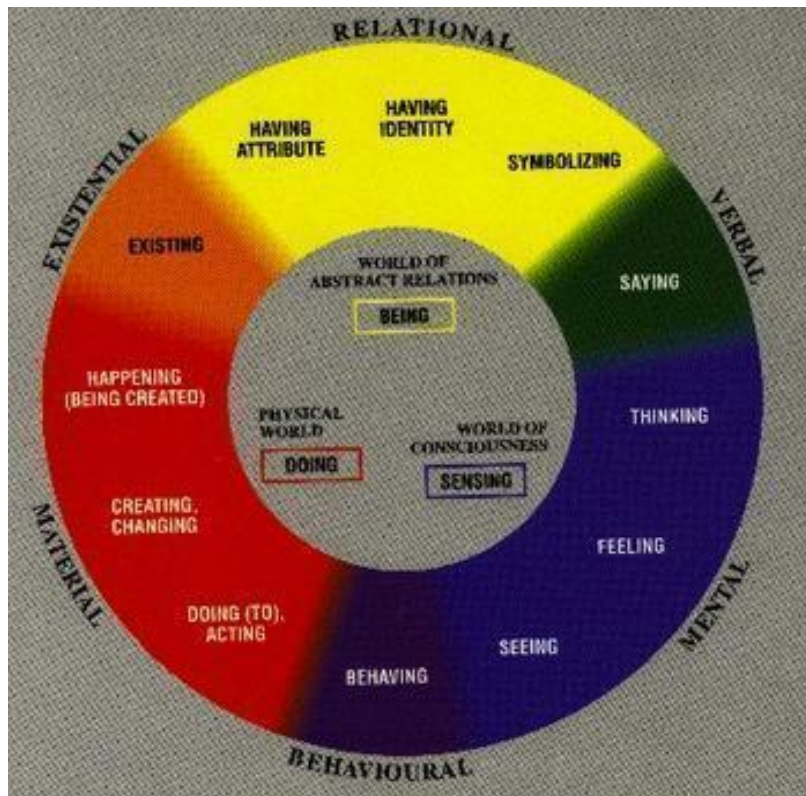
A Transitividade é um sistema de relação entre componentes que formam uma “figura” [que] são configurações constituídas de um processo e participantes (quem faz o quê), e, eventualmente, de circunstâncias associadas aos processos (onde, quando, como, por que etc.). As figuras são diferenciadas conforme tipos gerais de classificação dos processos: figuras de fazer e acontecer, de sentir, de dizer, de ser e ter, de existir e de comportar-se. [...] são significados produzidos pelos processos. A configuração processo + participante constitui o “centro experiencial da oração” (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 176).

Halliday e Matthiessen (2004, p. 170) dizem que a experiência humana se inicia desde os primeiros meses de vida e ressaltam as diferenças entre a experiência interna - a percepção, a emoção e a razão - e a externa do ser humano - as interações e as ações. A identificação dessas ações e atividades humanas expressas no discurso e o modo como essa realidade é retratada é realizada pelo Sistema de Transitividade. Nesse escopo de retrato da realidade, o Sistema de Transitividade relaciona-se ao mundo por meio da realização de diferentes processos, com seus respectivos participantes e circunstâncias. Os processos são realizados no grupo verbal da oração, os participantes no grupo nominal e as circunstâncias são realizadas nos grupos preposicionais e adverbiais.

Os processos, segundo a Gramática Sistêmico-Funcional, são classificados em três grupos principais: os Materiais, os Mentais e os Relacionais. Nas fronteiras entre esses três processos, há ainda outros três que compartilham características com seus processos fronteiros: os Comportamentais, situados entre o Material e o Mental, os Existenciais, situados entre os Relacionais e os Materiais e os Verbais, situados entre os processos Relacionais e Mentais. Para Fuzer e Cabral (2010, p. 27), “na GSF, os conceitos de processo, participante e circunstância são categorias semânticas que explicam de modo mais geral como fenômenos de nossa experiência do mundo são construídos na estrutura linguística”. A figura 15 mostra essa classificação dos processos. Os Processos Materiais estão relacionados ao fazer e representam ações desempenhadas no mundo físico. Os Mentais

representam nossas experiências do mundo interior. Os Relacionais são os processos do ser e estar. Os Comportamentais referem-se aos comportamentos psicológicos e fisiológicos. Os Existenciais representam o que acontece e existe. E os Verbais são os processos do dizer e significar que têm como objetivo transmitir mensagens.

Figura 15 - Tipos de Processos nas orações



Fonte: Halliday (1994, p. 108).

A figura ainda mostra os processos distribuídos de maneira circular (Halliday, 1994, p. 108), demonstrando não haver prioridade de um processo sobre o outro, todos são igualmente o centro no sistema de Transitividade, e também pelo princípio da indeterminação sistêmica, pois um determinado tipo de processo, devido ao caráter sócio-semiótico da linguagem pode, em um dado contexto de cultura e situação, ser caracterizado de uma forma e, em outro contexto, ser caracterizado de maneira diferente, conforme exemplos no quadro 4:

Quadro 4 - Exemplo de Processo Verbal (1)

Os autores	apresentam	que alguns trabalhos de simulação empregam alternativas operacionais capazes de auxiliar na redução de gradientes.
Dizente	Processo Verbal	Oração Projetada por Hipotaxe

Fonte: Mendes (2013, p. 21).

No exemplo acima, o processo **apresentar** é classificado como um Processo Verbal, pois os autores **dizem que** alguns trabalhos de simulação empregam alternativas operacionais capazes de auxiliar na redução de gradientes.

Em contrapartida, o exemplo (quadro 5) mostra que **apresentar** atribui características (alta volatilidade) ao Preço de Liquidação das Diferenças, sendo classificado como Relacional Atributivo.

Quadro 5 - Exemplo de Processo Relacional

O Preço de Liquidação das Diferenças empregado no cálculo de penalidades	apresenta	alta volatilidade.
Portador	Processo Relacional Atributivo	Atributo

Fonte: Mendes (2013, p. 22).

No quadro 6, podemos ver um quadro extraído de Halliday e Matthiessen com os componentes da oração segundo a Gramática Sistêmico-Funcional de acordo com o Sistema de Transitividade.

Quadro 6 - Componentes da oração

Componentes da oração	Definição	Categoria gramatical típica	Exemplo
Processo	É o elemento central da configuração, indicando a experiência se desdobrando através do tempo.	Grupos verbais	O motorista guiou o carro sob o efeito de álcool.
Participantes	São as entidades envolvidas – pessoas ou coisas, seres animados ou inanimados – as quais levam à ocorrência do processo ou são afetadas por ele.	Grupos nominais	O motorista guiou o carro sob o efeito de álcool.
Circunstância	Indica, opcionalmente, o modo, o tempo, o lugar, a causa, o âmbito em que o processo se desdobra.	Grupos adverbiais	O motorista guiou o carro sob o efeito de álcool .

Fonte: adaptado de Halliday e Matthiessen (2004, *apud* Fuzer e Cabral, 2010, p. 27).

Não nos aprofundaremos nas especificidades de cada um dos seis processos descritos no Sistema de Transitividade neste momento, uma vez que este não é o foco principal de nossa investigação.

8.3.2 A Metafunção Interpessoal

A **Metafunção Interpessoal** está relacionada com a construção dos significados interpessoais, os significados sobre nossas relações com as outras pessoas e nossas atitudes em relação a elas. Ao mesmo tempo em que se organiza a mensagem, a oração também se organiza enquanto evento comunicativo, como evento interativo, envolvendo falante/escritor e seus interlocutores. No ato da fala, o falante/escritor adota para si um papel de fala e assim atribui ao ouvinte/leitor um papel complementar que ele quer que este adote (Halliday, 1994, p. 68).

Para Fuzer e Cabral (2010, p. 104)

Além de representar experiências, a linguagem possibilita interagir com as outras pessoas no meio social. Através da interação, podemos estabelecer e desenvolver papéis sociais e identidade, bem como participar de grande variedade de processos sociais (Droga e Humphrey, 2003). Pela linguagem, podemos negociar relações e expressar opiniões e atitudes, produzindo significados em textos. Tais significados são influenciados pela variável contextual Relações e realizam a Metafunção interpessoal da linguagem (Halliday e Hasan, 1989). [...] Neste sentido, a oração não é só a representação da realidade, mas também um pedaço de interação entre falante e ouvinte (ibidem), desempenhando funções de fala.

A metafunção interpessoal ocupa-se da oração como troca. De acordo com Halliday (1994, p. 68), os tipos fundamentais de papéis de fala são **oferecer e pedir (informações e bens e serviços)**, uma vez que há “uma troca em que dar implica receber e pedir implica dar em resposta”. Baseados na natureza do que está sendo oferecido ou pedido, podemos definir as funções de fala primárias em **ofertas, comandos, declarações e perguntas**, conforme quadro 7:

Quadro 7 - Papéis na metafunção interpessoal

		Iniciação	Resposta Esperada	Resposta alternativa
Dar	Bens & Serviços	Oferta	Aceitação	Rejeição
Pedir		Ordem	Realização	Recusa
Dar	Informações	Declaração	Compreensão	Contradição
Pedir		Pergunta	Resposta	Rejeição

Fonte: Halliday (1994, p. 69, tradução nossa).

A Metafunção interpessoal é realizada gramaticalmente pelo sistema de Modo, que é constituído por dois elementos: o **Sujeito**, que é o grupo nominal, e o operador **Finito**, que faz parte do grupo verbal. O **Sujeito** e o **Finito** estão intimamente ligados, e se combinam para formar um constituinte que chamamos *Modo*. O restante da oração é chamado **Resíduo**. O **Resíduo** consiste de elementos funcionais de três tipos: **Predicador**, **Complemento** e **Adjunto**. De acordo com Halliday (1994, p. 78), há apenas um Predicador, um ou dois Complementos e um número indeterminado de Adjuntos até, em princípio, cerca de sete. Vejamos exemplos abaixo (quadro 8 e 9):

Quadro 8 – Exemplo de Metafunção Interpessoal (1)

Talvez	os resultados	tenham	declinado	nas rodadas seguintes.
MODO			RESÍDUO	
Modalidade	Sujeito	Finito	Predicador	Complemento

Fonte: Mendes (2013, p. 18).

Quadro 9 – Exemplo de Metafunção Interpessoal (2)

Este fato	pode estar	relacionado	à dificuldade de resposta ao rápido e desordenado crescimento populacional dos centros urbanos maiores.
MODO		RESÍDUO	
Sujeito	Finito (tempo + Modal)	Predicador	Complemento

Fonte: Mendes (2013, p. 18).

Conforme Halliday (1994, p. 72-75), o **Finito** liga a proposição ao seu contexto no momento da fala por meio de duas maneiras: uma é pela referência ao tempo da fala (**tempo primário**); a outra é pela referência ao julgamento do falante (**modalidade**). A finitude é, pois, expressa por meio de um operador verbal que é temporal ou modal. Outra feição que é um concomitante essencial da finitude, é a **polaridade**, que é a escolha entre positivo e negativo. Há também a **modalidade**, com seus graus intermediários entre a polaridade positiva e negativa e a escala de probabilidade e frequência: nas proposições, a **modalização** e nas propostas, a **modulação**.

A função semântica de uma oração na troca de bens e serviços, conforme Fuzer e Cabral (2010, p. 105) “é a proposta, ao passo que a função semântica de uma oração na troca de informação é a proposição”, quando “os papéis dos falantes são determinados por condições particulares, sejam elas sociais, econômicas, profissionais ou outras”. Assim, ainda de acordo com as autoras (ibidem), citando Halliday (1985, p. 118), “a análise das trocas linguísticas dá conta, assim, do tipo de

proposta ou proposição que está ocorrendo, das atitudes e dos julgamentos encapsulados na camada verbal e dos traços retóricos que a constituem como um ato simbólico interpessoal”, e quando podemos encontrar “recursos gramaticais que contribuem para explicar a Metafunção interpessoal da linguagem”, a saber, “vocativos; perguntas; opiniões do autor ou dos leitores presentes no texto; marcadores de polaridade; advérbios de modo; marcadores atitudinais; modalidades; marcadores avaliativos; advérbios de frequência; e elementos metadiscursivos” (Fuzer; Cabral, 2010, p. 106). Assim, (ibidem, 2010, p. 111)

A parte da oração que desempenha a Metafunção interpessoal é chamada de MODO. O sistema de MODO “é o recurso gramatical para se realizarem movimentos interativos no diálogo” (Martin, Matthiessen & Painter, 1997, p. 58). Esse sistema apresenta diferentes alternativas para a realização da interação, tendo em vista o papel exercido pelo interactante e a natureza da negociação que está sendo realizada: as orações podem se apresentar no MODO declarativo, no interrogativo e no imperativo [realizando] no nível léxico-gramatical, as proposições e propostas.

Também, neste ponto, não nos aprofundaremos nas especificidades do Sistema de Modo, uma vez que este não é o foco principal de nossa investigação. Para esta pesquisa, o principal ponto de convergência entre a Organização do Conhecimento e a Linguística Sistemico-Funcional é o ponto a seguir, a Metafunção Textual, que trata da oração como mensagem.

8.3.3 A Metafunção Textual

A **Metafunção Textual** se realiza pela estrutura temática que dá à sentença seu caráter de mensagem (Halliday, 1994, p. 37), que usa a linguagem para organizar nossos significados experienciais e interpessoais de uma maneira coerente, coesa e linear. Em um texto, essa função se realiza através da escolha das posições dos “temas” (informações novas), ou dos “remas” (o que se fala sobre as informações novas) nas sentenças.

Essa organização está atrelada às peculiaridades do contexto de situação e sua realização diferencia o que seriam considerados discursos pertinentes de discursos esparsos, sem significados por estarem desconectados de seus contextos.

A realização léxico-gramatical dessa Metafunção se dá através do sistema Tema-Rema, cuja preocupação é a organização da oração como mensagem.

As relações entre sentenças, a coesão entre o texto e seu propósito e a sequência lógica de pensamento são necessárias para que o usuário da língua possa expressar-se e ser entendido num momento de fala ou escrita. Falamos então em elementos textuais, pois ao falante, ou ao escritor, é necessário seguir uma ordem, uma sequência de informações que será organizada através desses elementos textuais. As diferentes escolhas do Tema na oração, ou seja, as diferentes escolhas do **ponto de partida da mensagem**, a maneira que o falante ou escritor inicia seu momento de fala ou escrita, é fator determinante na produção de sentido de fala.

A escolha desses elementos iniciais de cada oração funcionará como sinal para o ouvinte, no caso de fala ou para o leitor, no caso de texto escrito, chamando sua atenção para o que virá a seguir, e para todo o significado textual da sentença.

De acordo com Halliday (1994, p. 37), presume-se que em todas as línguas a oração tenha a característica de uma mensagem, pois possui uma maneira de organização que lhe confere o status de evento comunicativo.

Na Língua Portuguesa, bem como em muitas outras línguas neolatinas e germânicas, uma parte da oração recebe um status diferenciado do restante da sentença, e, ambos em conjunto, darão à sentença o status de mensagem, configurando-se por meio de elementos textuais, classificados do ponto de vista funcional como **Tema e Rema**.

Tema é o elemento que funciona como ponto de partida, aquele que determina sobre qual será o assunto da oração (Halliday, 1994, p. 39; Eggins, 1994, p. 275; Thompson, 1996, p. 72). É o ponto de partida da mensagem, a primeira parte da informação, realizada até o primeiro elemento da Transitividade (participante, processo ou circunstância). É classificado como Tema não-marcado quando é realizado pelo elemento na posição de Sujeito da oração, podendo ser um grupo nominal, um pronome, ou uma nominalização. É classificado como Tema Marcado quando realizado por um complemento ou um adjunto. Todo o restante da oração é classificado como Rema (Halliday; Matthiessen, 2004).

Ainda conforme Halliday e Matthiessen (2004), o Tema pode trazer uma informação dada ou uma informação nova, dependendo do contexto e do que é dito anteriormente no texto. Essa unidade de informação permite que o escritor ou

falante enfatize determinadas partes da oração e do texto, chamando a atenção do leitor para o que ele considera relevante.

O **Rema** é a parte da oração na qual o tema será desenvolvido, ou seja, tudo o que não é tema, é rema (Eggins, 1994, p. 275) (quadros 10 e 11).

Quadro 10 – Exemplo de relação Tema e Rema (1)

A seção seguinte	discute a solução do problema via duas abordagens subótimas.
Tema	Rema

Fonte: Mendes (2013, p. 17).

Quadro 11 – Exemplo de relação Tema e Rema (2)

Diferentes autores	reportam evidências de uma relação negativa entre volumes negociados e retorno de ativos.
Tema	Rema

Fonte: Mendes (2013, p. 17).

Os termos “a seção seguinte” e “diferentes autores” funcionam como os Temas das orações, apresentando a nova informação que é retomada em “discute a solução do problema via duas abordagens subótimas” e em “reportam evidências de uma relação negativa entre volumes negociados e retorno de ativos”, os Remas, nos quais a informação nova é desenvolvida. Neste ponto, nos parece realmente que a Metafunção Textual é o grande ponto de convergência e de interconexão entre a Linguística Sistêmica-Funcional e os Sistemas de Organização do Conhecimento com suas discussões sobre Tema e Rema, sobre o que aprofundamos a seguir.

8.4 Tema e Rema

Com o objetivo de nos aprofundar nas questões sobre os pontos de partida das mensagens em um texto, traremos alguns aspectos sobre o sistema semântico-discursivo de Periodicidade (Martin; Rose, 2008) por meio do qual pode-se verificar como ocorre o fluxo de informação em textos a partir do fato de como a informação é organizada pelo locutor a fim de configurar o texto como uma unidade informacional.

Assim, discutiremos sobre os elementos vinculados à Metafunção Textual hallidayana (Halliday, 1985, 1994; Halliday; Matthiessen, 2004, 2014), a saber, Tema, Rema, Informação Dada e Informação Nova, além de alguns conceitos sobre Desenvolvimento Textual (Fries, 1983, 1994, 2002), Progressão Temática e hyperTema (Daněš, 1974) e o próprio sistema de periodicidade proposto por Martin e Rose (2007).

Neste ponto, percebemos conexões entre a LSF e a questão da Organização do Conhecimento, percebendo a importância dos conceitos de Tema e Rema para a definição do que é chave num texto e como essa informação ou conhecimento pode ser mais bem organizada a fim de se obter melhor recuperação de tal informação.

Para Martin e Rose (2007), a periodicidade está relacionada com o fluxo de informação, com o modo pelo qual os significados são empacotados para tornar mais fácil aos leitores a apreensão do significado de um texto. A periodicidade se relaciona com o fluxo da informação no texto, com o modo que a informação é construída ao longo do texto a partir de Temas e Remas nas orações e como a informação pode ser prevista a partir de hiperTemas (sentenças-tópico) e hiperNovos no nível dos parágrafos.

Desse modo, por meio do sistema de periodicidade, pode-se analisar um texto como um todo, a partir da sua construção parágrafo a parágrafo, o que nos permite observar, a partir de um hiperTema (uma frase ou sentença-tópico), sobre o que o texto vai discorrer. No corpo do parágrafo onde se identifica esse hiperTema teremos, então, as orações que vão desenvolver esse hiperTema, predizendo o que será colocado para o leitor, o que será desenvolvido no corpo do texto e nas orações que desenvolvem os parágrafos. Essas orações, então, devem ser vistas como estruturas de Tema e de Novo, pois são elas que desenvolverão este hiperTema que anuncia a ideia do parágrafo.

Chega-se, então, ao hiperNovo, que sintetiza as informações principais apresentadas nas orações através da informação nova (o Novo) como um resumo do que é mais importante naquele parágrafo. Devido a construção de um texto, que se dá por meio da construção e sequenciamento de parágrafos, podemos, então, identificar os hiperTemas no corpo dos parágrafos e os hiperNovos que sintetizam as informações principais desses parágrafos.

Os Temas, então, são a origem para se pensar nos hiperTemas e macroTemas, instâncias maiores dos textos, não mais somente no nível oracional ou de parágrafos, mas num nível de um texto como um todo. Um Tema, desse modo, pode ser um ponto de partida para um Termo nos moldes do que Cabré traz. Já os hiperNovos, que sintetizam a informação principal, que aparecem nos Remas ou nos Novos, também podem ser ampliados para instâncias maiores, os macroNovos. Esses novos e hiperNovos se relacionam justamente com os Novos ou com os Remas, a informação que pode ser recuperada partindo-se dos Temas ou dos Novos.

A Metafunção Textual parte do princípio de que a oração é vista como uma mensagem. Para Halliday e Matthiessen (2004, p. 10), “a oração é a unidade de processamento central na léxico-gramática; na oração, significados de diferentes tipos são mapeados numa estrutura gramatical integrada”. É importante relembrar neste ponto que na oração podemos ter as três metafunções da LSF (a ideacional, a interpessoal e a textual) realizadas por meio de diferentes funções a partir dos seus respectivos sistemas, podendo ser vista sob três diferentes perspectivas, e o mesmo elemento analisado dentro dessa oração pode ter funções diferentes de acordo com o sistema da metafunção em que está sendo analisado. Aqui, priorizamos a função dos elementos da oração sob o ponto de vista da metafunção textual. Halliday e Matthiessen (2004, p.64, grifo nosso) dizem que

Em inglês, como em muitas outras línguas [a língua portuguesa incluída], a oração é organizada como uma mensagem ao ter um status distinto atribuído a uma de suas partes. Um elemento na oração é anunciado como Tema; este, então, se combina ao restante da oração [Rema], para que as duas partes juntas constituam a mensagem.

A Metafunção Textual é, desse modo, estruturada em dois sistemas: um chamado de Estrutura Temática (ou Tematização) que, na oração, é visto a partir de duas funções: o Tema e o Rema; e a Estrutura de Informação, organizado em Informação Dada (*backgrounding*) + Informação Nova (*foregrounding*). Portanto, a Estrutura Temática e a Estrutura de Informação são sistemas da Metafunção Textual que enxergam e identificam a oração como mensagem. São sistemas diferentes, mas que são complementares que organizam a Metafunção Textual, e é importante frisar que Tema não é igual a Informação Dada e Rema não é o mesmo que

Informação Nova (ou, simplesmente, Novo). São funções diferentes a partir de um determinado constituinte da oração.

Na seguinte oração “Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento surgiram no século passado, nos Estados Unidos”. O que identifica a oração acima é o processo (do ponto de vista da Metafunção Experiencial, como já apontado quando discorreremos brevemente ao tratar das Metafunções do Sistema de Transitividade da LSF) “surgiram” e do ponto de vista da Estrutura Temática (ou Tematização), temos “Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento” como o Tema da oração e “surgiram no século passado, nos Estados Unidos” como o Rema da oração. Assim, como base da oração, temos o Tema e o Rema e a Informação Dada e a Informação Nova. Sintetizando, então, esses conceitos temos que:

- o **Tema** é o que o falante ou escritor escolhe como ponto de partida da sua mensagem, é aquilo que é escolhido pelo locutor ou escritor para iniciar a sua mensagem;
- a **Informação Dada** é o que o ouvinte ou leitor já conhece; é um tipo de conhecimento partilhado como o falante ou escritor, é um conhecimento que, de antemão, o ouvinte ou leitor já tem, ou pelo seu contexto linguístico (ou algo que já aconteceu antes da oração no próprio texto) ou por uma informação extratextual;
- o **Rema** é o restante da oração, sendo tudo o que se origina depois do primeiro elemento experiencial caracterizado como Tema pelo falante ou escritor, é o que será desenvolvido pelo falante ou locutor a partir do Tema; e
- a **Informação Nova** é o conhecimento a ser adquirido pelo ouvinte ou leitor e apresentado pelo falante ou escritor, é o elemento mais significativo da unidade de informação, uma vez que um texto é construído para dar ciência a um leitor ou ouvinte sobre alguma coisa.

Desse modo, quando pensamos na Metafunção Textual, o Tema (da Estrutura Temática) e a Informação Nova (da Estrutura de Informação) são os elementos mais importantes desse sistema visto que o Tema é ponto de partida que o locutor escolhe para o que será desenvolvido na mensagem e a Informação Nova (ou somente Novo) é a parte da oração mais significativa em termos de informação que deverá ser aprendida ou assimilada pelo leitor ou ouvinte a partir dessa mensagem.

Portanto, como afirmam Halliday e Matthiessen (2004, p. 65)

O Tema é o elemento que serve como o ponto de partida da mensagem; é aquele que localiza e orienta a oração dentro do seu contexto. O restante da mensagem, a parte na qual o Tema é desenvolvido, é chamado, na terminologia da escola de Praga, Rema. Como uma estrutura de mensagem, portanto, uma oração consiste de um Tema acompanhado por um Rema, e a estrutura é expressa pela ordem – o que for escolhido como Tema é colocado primeiro.

Uma ordem fixa, rígida; o Tema vem antes, porque justamente é de onde parte a mensagem, e o Rema vem a seguir, pois é justamente o que se diz e que vai ser desenvolvido a partir desse ponto de partida. Ainda, para Gouveia (2009, p. 2)

A definição [de Tema] é funcional, tal como acontece com todos os elementos na interpretação da estrutura gramatical. Ou seja, o tema é um elemento numa configuração particular, que, tomado como um todo, organiza a oração como mensagem, isto é, como a configuração Tema + Rema. Em tal configuração, o Tema é o ponto de partida para a mensagem; é aquilo sobre o que a mensagem vai ser.

Reiterando que essa definição de Tema é funcional, e não morfossintática²⁶, pois se relaciona com a Progressão Temática, com o desenvolvimento do texto, com os constituintes lexicais que se imbricam ao longo do texto, saindo do âmbito único e exclusivo da oração, engloba-se todo esse texto, uma vez que a cada oração temos um Tema, a cada parágrafo um conjunto de Temas e em, cada texto, uma coleção ou organização de Temas sobre aquele determinado assunto. E quando pensamos numa coleção de Temas sobre um determinado assunto, estamos mencionando também uma Organização de Temas que representam um assunto ou conhecimento específico no interior daquele texto. O conjunto desses Remas é que me dá a Informação Nova (ou Novo) do texto. É o que, inferimos, a partir daqui, o que Dahlberg (1978) chama de Conceito, e que na Terminologia vai ser designado por um Termo.

Assim,

O significado destes padrões [Termos, grifos nossos] emerge quando nós viemos a considerar a importância do Tema da oração no desenvolvimento global de um texto [e na sua revocação, grifos nossos] (...) a escolha dos Temas das orações desempenha uma parte fundamental no modo como o discurso é organizado; isso, de

²⁶ A morfossintaxe é o resultado das análises morfológica e sintática, realizadas de forma simultânea.

fato, constitui o que tem sido chamado de “método de desenvolvimento” de um texto [...]. (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 99).

O mapeamento desses Temas ao longo dos parágrafos do texto nos traz elementos importantes sobre o que se trata o texto, sobre como indexar (ou criar um sistema de organização para o conhecimento trazido por aquele texto) ou, ainda, classificar tal texto para uma recuperação mais efetiva e com mais alta revocação num momento de procura de determinado assunto que será, desse modo, refletido pelos Temas escolhidos para organizar tal conhecimento trazido pelo texto.

Como diz Fries (1983, p. 135) é “a informação contida dentro dos Temas de todas as orações de um parágrafo [que] cria o método de desenvolvimento daquele parágrafo” e, por conseguinte, cria o desenvolvimento de todo o assunto dentro daquele determinado texto, o que pode nos auxiliar no momento de organizar o conhecimento imbricado no assunto do texto. E é essa informação contida nos Temas, nos pontos de partida da mensagem, que é responsável pela Progressão Temática do texto que, por sua vez, pode nos direcionar para a organização do conhecimento contida no referido texto, quando se pode, então, extrair os conceitos e seus termos, isto é, seus nomes (designações, denominações). Conceito e termo são como duas faces da mesma moeda, e os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), tratados no capítulo anterior, organizam os termos que denominam conceitos de um domínio.

Para Halliday (1985, p. 39), “o Tema pode ser identificado como o elemento que vem em primeira posição na oração”, o ponto de partida da mensagem e, para Fries (2002, p. 120), “o Tema inclui tudo no começo da oração até e incluindo o primeiro constituinte que vem da Metafunção Experiencial [o participante, o processo ou a circunstância]”.

Ou seja, um constituinte da oração pode funcionar como Tema, do ponto de vista da Metafunção Textual, pode funcionar como um Participante, do ponto de vista da Metafunção Ideacional, e pode funcionar como um sujeito do ponto de vista da Metafunção Interpessoal; desse modo, um mesmo constituinte pode ter funções diferentes em diferentes sistemas das diferentes Metafunções do Sistema de Transitividade da LSF. Isto significa que não necessariamente o Tema já se inicia com um Participante, um Processo ou uma Circunstância: o Tema pode se iniciar

como uma conjunção, por exemplo; pode se iniciar com um modalizador no caso da Metafunção Interpessoal.

Voltando ao exemplo “Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento surgiram no século passado, nos Estados Unidos”, de acordo com a escolha do ponto de partida da mensagem, de acordo com o que o escritor ou falante considera como mais relevante para o início da mensagem que deseja comunicar, o Tema pode variar.

Se reescrevermos o exemplo acima, trocando o grupo nominal (o sujeito “Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento”) por “Nos Estados Unidos, os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento surgiram no século passado”, temos um Tema diferente, “Nos Estados Unidos” (que de acordo com o Sistema de Transitividade é uma Circunstância de Lugar). Notamos que os constituintes da oração são os mesmos, havendo somente uma troca na ordem que eles aparecem nessa oração. Assim, havendo essa troca na ordem, ou no ponto de partida dessa mensagem, temos um novo Tema.

Outra variação do exemplo pode ser “Surgiram os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento no século passado, nos Estados Unidos”, quando colocamos em posição inicial o Processo (do ponto de vista da Metafunção ideacional), mas que de acordo com a Metafunção Textual funciona como Tema. Podemos notar, então, que de acordo com a escolha do escritor ou do falante, os Temas podem ser diferentes mesmo se tratando de orações com os mesmos constituintes.

E assim podem ocorrer com outras variações de escolha de Tema dependendo da ênfase ou do ponto de partida do leitor ou escritor. No exemplo original, o escritor quer enfatizar o que surgiu (“Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento”), no segundo exemplo, o escritor quer enfatizar onde surgiram (“Nos Estados Unidos”) e no terceiro exemplo, o escritor quer enfatizar o surgimento de algo (dos primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento).

Estas escolhas acontecem aleatoriamente, de acordo com o grau de importância que o escritor ou falante dá ao início da mensagem que ele deseja transmitir; são escolhas, de certo modo, aleatórias, que fazem parte da construção natural da linguagem, como podemos ver nos exemplos (quadro 12, 13 e 14):

Quadro 12 - Exemplo de relação Tema e Rema (3)

	Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento	surgiram no século passado, nos Estados Unidos.
Metafunção Textual	TEMA	REMA
Metafunção Experiencial (ou Ideacional)	PARTICIPANTE	

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 13 - Exemplo de relação Tema e Rema (4)

	Nos Estados Unidos	os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento surgiram no século passado.
Metafunção Textual	TEMA	REMA
Metafunção Experiencial (ou Ideacional)	CIRCUNSTÂNCIA	

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 14 - Exemplo de relação Tema e Rema (5)

	Surgiram	os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento no século passado, nos Estados Unidos.
Metafunção Textual	TEMA	REMA
Metafunção Experiencial (ou Ideacional)	PROCESSO	

Fonte: elaborado pelo autor.

Cada maneira diferente de configurar este exemplo apresenta pontos de partida diferentes (Temas) para o que será abordado a seguir, para a mensagem a ser transmitida (Rema).

Podemos encontrar, também, Temas mais complexos em textos. No exemplo “Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento, conhecidos como SOCs, surgiram no século passado, nos Estados Unidos”

podemos pensar, em primeiro momento, que o Tema se restringe a “Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento”, uma vez que “conhecidos” pode ser interpretado como o primeiro constituinte (processo) da Metafunção Experiencial. Mas precisamos nos atentar que “conhecidos como SOCs” ainda explica o dito anterior “Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento”. Desse modo, temos aqui uma estrutura de Tema Complexo.

De acordo com Halliday e Matthiessen (2014, p. 98), “[...] o Tema de uma oração se estende até o primeiro elemento que tem alguma função representacional na oração”, o chamado Tema Tópico (ou Tema Simples). Se este Tema Tópico é o primeiro elemento que tem uma função representacional na oração, e se tal oração se iniciar por algo anterior a este Tema Tópico, isto também será considerado Tema. Assim, o Tema deste exemplo é “Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento, conhecidos como SOCs” uma vez que, de qualquer modo, o ponto de partida da mensagem ainda é o mesmo, “Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento” complementado por “conhecidos como SOCs”. Portanto, no momento da análise para definição de Tema e Rema ou Novo das orações, é preciso prestar atenção no que o escritor ou o falante considera como ponto de partida das mensagens.

Temas podem ser Simples e Múltiplos. Os Temas Simples são representados por um constituinte em posição inicial na oração e que desempenha função no Sistema de Transitividade como Participante, Circunstância ou Processo, também chamado de Tema Tópico, sendo, ainda, componente obrigatório na oração. Pode estar expresso linguisticamente na oração ou ainda elíptico na oração, podendo ser recuperado num contexto precedente ou, como na língua portuguesa, o sujeito de um verbo (como em “surgiram” [os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento no século passado, nos Estados Unidos] do nosso exemplo anteriormente discutido). Já os Temas Múltiplos são representados por dois ou mais Temas, com o Tema Tópico, que é obrigatório, antecedido por um Tema Textual e/ou um Tema Interpessoal, como nos quadros 15 e 16: “Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento surgiram no século passado, nos Estados Unidos e geralmente são estudados amplamente até hoje”.

Quadro 15 - Exemplo de relação Tema e Rema (6)

Tema Textual	Tema Interpessoal	Tema Tópico	Rema
		Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento	surgiram no século passado, nos Estados Unidos.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 16 - Exemplo de relação Tema e Rema (7)

Tema Textual	Tema Interpessoal	Tema Tópico	Rema
e (pois é um conector entre os ditos)	geralmente (pois modaliza o dito a seguir)	[Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento]	são estudados amplamente até hoje.

Fonte: elaborado pelo autor.

Há, ainda, o Tema Marcado e o Tema Não-Marcado. A marcação ou a não marcação do Tema se relaciona com a Metafunção Interpessoal, ou seja, num Tema Não-Marcado, o constituinte da oração que desempenha tal função na Metafunção Textual é o mesmo que desempenha função de sujeito na Metafunção Interpessoal, como podemos ver no quadro 17:

Quadro 17 – Exemplo de relação Tema e Rema (8)

	Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento	surgiram no século passado, nos Estados Unidos.
Metafunção Textual	TEMA NÃO-MARCADO	REMA
Metafunção Interpessoal	PARTICIPANTE (Sujeito)	

Fonte: elaborado pelo autor.

Já o Tema é classificado como Marcado quando o constituinte que desempenha a função de Tema na oração também desempenha a função de adjunto circunstancial ou um complemento no que se refere à sua Metafunção Interpessoal, como no quadro 18:

Quadro 18 - Exemplo de relação Tema e Rema (9)

	Nos Estados Unidos	os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento surgiram no século passado.
Metafunção Textual	TEMA MARCADO	REMA
Metafunção Interpessoal	CIRCUNSTÂNCIA	

Fonte: elaborado pelo autor.

Deste modo, podemos perceber que os conceitos de Tema Simples ou Múltiplos se relacionam com a Metafunção Experiencial (ou Ideacional) e os conceitos de tema Marcado ou Não-Marcado se relacionam com a Metafunção Interpessoal. Importante salientar estas relações porque quando falamos em Tema não podemos nos esquecer que também estamos falando das relações de Informação Dada e Informação Nova (Novos). Então, geralmente, nos Temas Não-Marcados, temos relação com a Informação Dada e nos Temas Marcados, geralmente temos relação com Informação Nova.

A Progressão Temática, segundo Daněš (1974, p. 114) diz que

Por este termo [progressão temática], nós queremos significar a escolha e ordem dos temas das orações, sua concatenação mútua e hierarquia, assim como sua relação com os hiperTemas das unidades do texto superior (tais como parágrafo, capítulo etc.) para o texto como um todo, e para a situação. A progressão temática pode ser vista como a estrutura do enredo.

E em sendo vista como a estrutura do enredo ou do texto, é por meio da identificação dessa progressão temática que podemos pensar em termos e sua conexão com a Teoria do Conceito quando do momento da definição de qual informação ou informações são relevantes e pontos de partida de mensagens para esse texto em questão. A progressão temática é de suma importância para o texto

uma vez que “[...] a informação contida dentro dos Temas de todas as orações de um parágrafo cria o método de desenvolvimento daquele parágrafo” (Fries, 1983, p. 135) e, por consequência, cria todo o desenvolvimento daquele texto, quando podemos relacionar com as definições de Termo e Terminologia.

Assim, identificando os Temas, Remas e Novos conseguimos classificar, ordenar e indexar o texto com mais precisão.

Nos quadros 19, 20 e 21 podemos ver a Progressão Temática utilizando nosso exemplo anterior, acrescentado de um novo Tema:

“Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento surgiram no século passado, nos Estados Unidos e geralmente são estudados amplamente até hoje. No início do século XXI, se mostram de suma importância para todos os estudantes da Ciência da Informação”.

Quadro 19 - Exemplo de relação Tema e Rema (10)

Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento	surgiram no século passado, nos Estados Unidos
Tema 01	Rema 01 – Novo 01

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 20 - Exemplo de relação Tema e Rema (11)

e	geralmente	[Os primeiros estudos sobre Sistemas de Organização do Conhecimento]	são estudados amplamente até hoje.
Tema Textual	Tema Interpessoal	Tema 01	Rema 02 – Novo 02

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 21 - Exemplo de relação Tema e Rema (12)

No início do século XXI	se mostram de suma importância para todos os estudantes da Ciência da Informação.
Tema 02	Rema 03 – Novo 03

Fonte: elaborado pelo autor.

É importante frisar que podemos analisar Tema e Rema de uma oração, Tema e Rema de um parágrafo, ou Tema e Rema de um texto completo, como um artigo científico, por exemplo. A estrutura temática é uma estrutura da oração, portanto, Tema e Rema são funções da oração.

Este mapeamento dos Temas e Remas oracionais num parágrafo traz informações tanto dadas quanto novas sobre o parágrafo em análise. Quando partimos para a análise de textos mais complexos ou maiores, como um artigo, precisamos pensar no Sistema de Periodicidade (Martin; Rose, 2007) em que temos, geralmente, um hiperTema, uma sentença tópico que apresenta o assunto a ser tratado em termos gerais, predizendo o que há de ser dito no texto, apontando para o caminho que o texto tomará.

Esse hiperTema no parágrafo funciona do mesmo modo que o Tema nas orações, como o ponto de partida da mensagem. No corpo do parágrafo, faz-se o mapeamento das orações, e a partir dos Temas, a partir da Progressão Temática, conseguimos identificar o método de desenvolvimento do texto, e a partir dos Remas, do mapeamento dos Novos, conseguimos identificar os pontos do texto, as informações que o texto quer transmitir, que é o que se espera ser assimilado e aprendido pelo leitor.

Isto equivale a dizer que num texto menos complexo podemos ter um “resumo”, ou “palavras-chave”, ou ainda, os “termos específicos” apontados pelos Temas identificados nas orações e as informações mais importantes, ou o foco do texto em nível oracional, apontadas pelos Remas e/ou Novos.

Para um texto mais complexo, como um artigo científico, ou um capítulo de livro, ou mesmo ainda um livro em sua totalidade, esse mapeamento, baseado neste Sistema de Periodicidade, é que nos traz a informação dos hiperTemas e HiperNovos.

Assim como os hiperTemas nos apontam para esses “resumos”, agora em nível dos parágrafos, os hiperNovos nos apontam para as informações mais importantes ou focos dos parágrafos, o que, ainda, é extrapolado para os macroTemas – o “resumão” do texto como um todo - e os MacroNovos - as “informações mais importantes” deste mesmo texto como um todo.

Gnoli (2020, p. 68, tradução nossa)²⁷ coloca que

[...] na maioria das vezes, assumimos que o recurso de conhecimento trata de apenas um assunto específico. No entanto, em muitos casos, isso não é verdade. De fato, vários 'temas' podem estar presentes em uma única e mesma fonte. Isso é cada vez mais provável à medida que passamos de uma fonte simples, como uma mensagem curta, para fontes maiores e mais complexas. Um trabalho acadêmico geralmente se concentra em um tema específico e facetado, como 'digestão no estômago de insetos', com possíveis conexões com outros temas. Em uma monografia há espaço suficiente para tratar vários temas e para compará-los e conectá-los, embora geralmente se refira a um argumento principal que é dado na introdução e na conclusão.

Ainda, segundo o autor (p. 67, tradução nossa)²⁸, “a identificação e análise de temas em um documento [...] ainda é pouco desenvolvida, autores como Alberto Cheti introduziram a linguística textual na teoria [da organização do conhecimento] de indexação de assuntos (Cheti, 1996)” pensando em “um tema baseado que é o foco de seu argumento, e possivelmente uma série de temas particulares”.

Entretanto, deve-se dar prioridade para o tema base, o que faz mais sentido para que as informações sejam agrupadas. Classificações tradicionais vêm sendo desenvolvidas com o objetivo principal de “organizar os livros em uma prateleira, de modo que um tema tenha que ser escolhido para selecionar a prateleira apropriada” (Gnoli, 2020, p. 67, tradução nossa)²⁹.

Tal relação e importância de se pensar na periodicidade e identificação de Temas e Remas é descrita, inclusive, na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (Bertolini et. al., 2016, p. 18) como “qualquer entidade usada como assunto de uma obra. O *thema* pode variar substancialmente em complexidade. Um *thema* simples pode aparecer combinado ou agregado, resultando em *themas* mais complexos”. E, ainda, de acordo com as autoras (ibidem, 2016, p. 7)

²⁷ [...] most of the time we assume that knowledge resource deals with just one specific subject. However, in many cases this is not true. Indeed, several 'themes' can be present in one and the same source. This is increasingly likely as we move from simple source, such as a short message, to larger and more complex ones. An academic paper usually focuses on one specific, faceted theme, like 'digestion in the stomach of insects', with possible connections to other themes. In a monograph there is enough room to treat several themes and to compare and connect them, although usually referring to a main argument which is given in the introduction and conclusion.

²⁸ “the identification and analysis of themes in a document is [...] yet poorly developed, authors such Alberto Cheti have introduced text linguistics into the theory [of knowledge organization] of subject indexing (Cheti, 1994, 1996)” thinking about “a base theme that is the focus of its argument, and possibly a number of particular themes”.

²⁹ “arranging books on a shelf, so that one theme has to be chosen in order to select the appropriate shelf”.

Thema [Tema, grifos nossos] [é] (qualquer entidade utilizada como assunto de uma obra) e Nomen [Rema, grifos nossos] [é] (qualquer signo ou sequência de signos pelos quais se conhece, identifica ou se faz referência a um Thema) são as entidades introduzidas e descritas no modelo FRSAD³⁰. Dentro do marco FRBR³¹, Thema inclui as entidades do Grupo 1, Grupo 2 e, adicionalmente, todas os demais grupos que podem servir como assunto em uma obra (conceito, objeto, acontecimento e lugar do Grupo 3). No FRSAD Nomen é uma superclasse das entidades do modelo FRAD³²: nome, identificador e ponto de acesso controlado. Porém, nesta Declaração, Nomen não é considerada uma superclasse de nome, identificador e ponto de acesso controlado.

No próximo capítulo pretendemos amarrar os conceitos trazidos no percurso desta pesquisa, apontando as contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional para o aprimoramento do desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento do tipo Tesouro, procurando conectar os preceitos e fundamentos teóricos descritos anteriormente na busca de atingir nosso objetivo geral e objetivos específicos de pesquisa, demonstrando como nosso estudo contribui com nossa área de pesquisa.

³⁰ Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assuntos.

³¹ Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos.

³² Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade.

9 CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL AO SOC TESAURO: AMARRANDO AS PONTAS

Neste ponto, teceremos as considerações observadas durante nossa pesquisa, sendo possível dizer que há vários pontos de contribuição e interconexões entre a teoria Linguística Sistêmico-Funcional como contribuição para o desenvolvimento e aprimoramento de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) do tipo Tesouro conforme nosso descrito no nosso objetivo geral e nos objetivos específicos.

A linguagem documentária, entendida como um SOC, enquanto elemento que constitui a cultura informacional não exerce somente um papel instrumental e sim é tida como representação de sentido, pois consiste em um “sistema de tratamento da informação que visa, através de sínteses, reunir, para sua representação, a imensa massa documental existente (Lara; Tálamo, 2006, p. 205). Neste contexto, a Linguística Documentária surge, semelhante à Linguística Aplicada, como campo de estudos dos meios de representação da informação, visando “operar com estruturas de informação inscritas em textos que permitem a sua circulação, recuperação e uso pelos públicos inseridos na cultura informacional contemporânea” (ibidem, p. 205).

Desta maneira, é possível realizar uma inferência inicial relacionando a Linguística Sistêmico-Funcional SF e a Linguística Documentária, quando Lara e Tálamo, do mesmo modo que Halliday (1985) citam um plano sistêmico e um plano funcional no uso de suas teorias linguísticas, o que nos leva à aproximação dessas duas áreas, já que é a partir dessa abordagem da Linguística Documentária que é concebido, então, um modelo de Linguagem Documentária, constituindo um meio para o estabelecimento dessa cultura informacional, que exerce um papel codificador e que se propõe como representação e funciona como insumo do processo social de geração de sentido. (Santos; Maimone; Lima, 2019, p. 13).

Uma das primeiras pontes que podemos construir diz respeito ao que tratamos no capítulo sobre Linguística Documentária e uma relação com a Linguística Sistêmico-Funcional. Podemos trazer para este ponto que a Linguística Sistêmico-Funcional, uma das bases teóricas para nossa pesquisa, se localiza como uma área de relevante contribuição para estudos em Linguística Aplicada, o que pode nos levar a pensar que bases da Linguística Documentária também podem se encontrar e se interseccionar com bases da Linguística Sistêmico-Funcional.

Conforme Celani (1992, p. 118), “A Linguística Aplicada (LA) parece ter vocação para uma atitude transdisciplinar. Essa preocupação com o social, com o humano, há tempos têm sido objeto de pesquisa em LA e, de fato, é componente fundamental na definição da disciplina”. Podemos aqui fazer uma analogia com a Linguística Documentária, quando se pensa no uso social e no entendimento do funcionamento da linguagem para o tratamento da informação, e com a Linguística Sistêmico-Funcional, quando se pensa no estudo dos fatos da linguagem e na apresentação da língua como um conjunto de significados formando um sistema de escolhas.

Quando observamos que a Linguística Documentária se localiza como uma espécie de intersecção entre a área de estudos da Documentação e a da Linguística Aplicada, operando estruturas de informação “inscritas em textos que permitem a sua circulação, recuperação e uso pelos públicos inseridos na cultura informacional contemporânea” (Santos; Maimone; Lima, 2019, p. 205), e que interessa à Linguística Documentária não a língua ou a linguagem na comunicação em geral, mas “a comunicação no âmbito dos processos científicos e informativos estabelecidos por meio de documentos”, podemos apontar mais uma intersecção com a Linguística Sistêmico-Funcional, à qual interessa a linguagem em uso num contexto de cultura e situação específicos. Tanto na Linguística Documentária quanto na Sistêmico-Funcional, o interesse social pelo uso da linguagem prevalece sobre o interesse individual; a questão é o uso dessa Linguagem Documentária.

Quando Lima, Moreira e Moraes (2016), citando Lara (2009) dizem que

É possível afirmar com base em Lara (2009) que a Linguística Documentária não possui uma definição fechada em si mesma na medida em que é formada pela união de uma série de elementos, como, por exemplo, o processo de representação documentária cuja ocorrência se dá “quando os procedimentos de Análise Documentária envolvem a utilização de ‘descritores’ que, diferentemente dos métodos de tabulação, não pertencem necessariamente à linguagem dos textos estudados”.

Podemos pensar, então na importância e no papel da mensagem durante a comunicação, já podendo perceber mais um paralelo entre a Linguística Documentária e a Linguística Sistêmico-Funcional, destacando o ponto de partida da mensagem emitida por um emissor e um receptor que recebe essa mensagem, na

importância da identificação do Tema e do Rema do dito ou do conteúdo de um texto.

Quando Lara (2004. p. 234) afirma que

Para funcionar como metalinguagem e integrar o usuário como participante do processo [de transformação da linguagem natural em linguagem documentária, grifos nossos], a linguagem documentária deve utilizar referências de linguagem – e de significado – que sejam razoavelmente compartilhadas. Mesmo que o sistema possa ser acessado por um público heterogêneo, sua condição de inteligibilidade se relaciona às características particulares que lhe conferem certa homogeneidade. O público de um sistema deve reconhecer – ou ter condições de conhecer – o que está sendo veiculado, o que diz respeito eminentemente à linguagem. Nasce daí o diálogo com a Terminologia.

Deste modo, enquanto a linguagem natural é um sistema de signos que realiza comunicação de modo arbitrário e autônomo, estruturada como um sistema de relações estabelecidas entre seus usuários naturalmente, a Linguagem Documentária parte do “estudo de uma formação convencional das linguagens fechadas destinadas à transmissão de mensagens documentárias por meio de elementos significantes” (García-Gutiérrez, 1990).

A LSF pode, então, fornecer subsídios para as Linguagens Documentárias, visto que analisa a linguagem natural convertida em especializada, em contextos de situação específicos, auxiliando auxiliar na criação de formas de organização do conhecimento, os chamados SOCs, através de uma análise de como uma área específica comunica, classifica, indexa e organiza seus estudos.

Sobre Terminologia e LSF, retomando que, quando grafada com a letra “T” maiúscula, Terminologia se refere a um campo de estudo, a uma área de especialidades, ao estudo dos termos, aos nomes e processos de denominação, à discussão sobre nomes e denominações que incluem a discussão da linguagem e do significado (Rey, 1995 *apud* Barros, 2004, p. 30) e, grafada com a letra “t” minúscula, a terminologia se refere a um conjunto de palavras significantes para uma área de especialidade, aos termos em si, como por exemplo, mesa, cadeira, sofá etc, podemos recuperar Halliday (1985, 1994) que diz que a língua é um recurso sistematizado que serve para expressar sentido e significado em um determinado contexto de situação e de cultura, e que estudar essa língua e a linguagem produzida por meio de seu uso (seus termos) é entender como os

indivíduos realizam trocas de significados (seus conceitos), estabelecendo outra ponte, neste ponto, com a teoria Linguística Sistêmico-Funcional como colaboradora dos estudos de Organização do Conhecimento. É também importante pensar que embora essa teoria funcional também analise as questões de estrutura de uma língua, inclui um olhar para toda a situação comunicativa, pensando no propósito do evento de fala (ou de comunicação escrita), em seus participantes (os seus usuários) e em seu contexto discursivo (ou seus campos/áreas de especialidade). Em outras palavras, inclui um olhar para a Terminologia enquanto disciplina que trata de palavras em um determinado contexto que descrevem um conceito específico.

Quando Cabré (1995, p. 7) diz que

No que diz respeito aos aspectos relativos à formação de termos ou palavras (aspecto que Wüster denomina "formação consciente da língua"), a linguística geral e, em consequência, a lexicologia defendem a livre evolução das línguas e rechaçam qualquer tipo de intervenção; não se interessam pelos aspectos prescritivos da linguagem nem pela normalização (no sentido de escolha e fixação de uma forma em preferência de outras). A terminologia, em sua concepção majoritária, não renuncia à intervenção, uma de suas aplicações consiste na fixação de formas padronizadas e, portanto, se distancia das abordagens puramente descritivas da linguística (Cabré, 1995, p. [7], tradução nossa)³³.

Podemos, novamente, corroborar nossa hipótese de aproximação e apropriação de conceitos da LSF pelo prisma da organização do conhecimento e da terminologia, já que tanto esta última quanto a LSF preocupam-se em não somente abordagem descritivas, mas sim em enxergar e entender a língua como um recurso utilizado para a criação de significados por meio de termos em contexto específico, que relacionam a organização do conteúdo da mensagem com o modo que se diz o que foi dito.

Retomando Lotte (1961) que discute a necessidade de haver um caráter mais racional aos estudos terminológicos através de uma ótica mais global e abrangente do que a de Wüster, considerando "os termos como unidades da língua geral e,

³³ En lo que concierne a los aspectos relativos a la formación de términos o palabras (aspecto que Wüster denomina "formación consciente de la lengua"), la lingüística general y, en consecuencia, la lexicología defienden la libre evolución de las lenguas y rechazan cualquier tipo de intervención; no se interesan por los aspectos prescriptivos del lenguaje ni por la normalización (en el sentido de elección y fijación de una forma por encima de otras). La terminología, en su concepción mayoritaria, no renuye la intervención, una de sus aplicaciones consiste en la fijación de formas normalizadas y se aleja, por consiguiente, de los planteamientos puramente descriptivos de la lingüística.

portanto, sujeitos a adquirir todas as características da palavra comum” (Lotte, 1961, p. 8)

Os termos e as línguas de especialidade estão inseridos em um contexto sociocultural e, nesse caso, não são unidades controladas (ou totalmente controláveis) por determinações extralinguísticas: é no contexto e no discurso que o termo é investido de valor. Não visa, assim, a monosssemia absoluta do termo, contrariamente à posição de Wüster.

Assim, tal citação nos remete diretamente para o que Halliday e Matthiessen (2004) dizem sobre o Contexto de Cultura e o Contexto de Situação da LSF, quando pensar na linguagem como um fenômeno social nos leva a dizer que é através e pela linguagem que interagimos com o mundo e com as pessoas a nossa volta na sociedade em que vivemos, aprendemos sobre a cultura de uma sociedade, construindo valores e identidades e representando nossas experiências de mundo, quando o Contexto de Cultura engloba os significados compartilhados por toda uma comunidade ou grupo de indivíduos e o Contexto de Situação envolve o aspecto das variações linguísticas e as características sociais de cada interação, com suas particularidades decorrentes de adaptações feitas na linguagem para atender a diferentes situações comunicativas. E voltando à escola soviética de Lotte, inferimos, também, que tanto a LSF quanto essa escola consideram “os termos como elementos linguísticos de uso nos discursos técnicos e científicos e não como unidades controladas, friamente dicionarizadas e objetos de uma normalização” (Barros, 2004, p. 51).

Sobre a Teoria Comunicativa da Terminologia e a Teoria Linguística Sistêmico-Funcional, observa-se que, consagrando-se como uma teoria semasiológica, a TCT pensa que os termos são unidades linguísticas que expressam conceitos técnicos e científicos, mas que também não deixam de ser signos de uma Linguagem Natural, com características e propriedades semelhantes. Além disso, os termos são considerados em seus aspectos linguísticos, cognitivos e sociais: mais uma aproximação com a LSF que pensa nas relações de contexto de cultura e de situação em que os termos (ou as palavras carregadas de significado) se inserem. A TCT ainda leva em conta a existência de uma variação conceitual e denominativa dos termos dentro de seus contextos de especialidade (cultura e situação) e também leva em conta a dimensão textual (a Metafunção Textual da

LSF) e discursiva desses termos, uma vez que o conteúdo dos termos é relativo a um domínio e a uma situação específica de uso.

Sobre a Linguística Sistêmico-Funcional e os Sistemas de Organização do Conhecimento, verifica-se que quando tratamos de terminologia de um domínio específico, como parte da linguagem real compilada para dar conta de uma denominação especializada, esta se aproxima da teoria Linguística Sistêmico-Funcional, uma vez que para Halliday (1994) a linguagem é entidade viva, presente em situações, grupos, locais, eventos variados e, como tal, sofre a influência desses e outros fatores, como na criação e organização de uma denominação especializada e na definição e organização de termos específicos, como um recurso utilizado para se criar e representar significados. Assim, tanto a Terminologia, enquanto disciplina, quanto a LSF consideram que o conceito “pode ser concebido independentemente da denominação ou termo que o designa” (Cabré, 1995, p. [6], tradução nossa). E ainda que esses conceitos, descritos por palavras nos dicionários que levam em conta seus possíveis usos em determinados contextos, sejam concebidos como “um degrau necessário” (Cabré, 1995, p. [6], tradução nossa) para que se construam significados em um discurso, para a Terminologia e para a LSF, os termos interessam por si só, quando o que importa é o significado que aquele termo realiza dentro daquele contexto específico em que está sendo utilizado, ou o que aquele termo representa como Tema do discurso apresentado, o que aquele termo trará como Rema ou como Novo no discurso que se desenrolará.

No que diz respeito aos aspectos relativos à formação de termos ou palavras (aspecto que Wüster denomina “formação consciente da língua”), a linguística geral e, em consequência, a lexicologia defendem a livre evolução das línguas e rechaçam qualquer tipo de intervenção; não se interessam pelos aspectos prescritivos da linguagem nem pela normalização (no sentido de escolha e fixação de uma forma em preferência de outras). A terminologia, em sua concepção majoritária, não renuncia à intervenção, uma de suas aplicações consiste na fixação de formas padronizadas e, portanto, se distancia das abordagens puramente descritivas da linguística (Cabré, 1995, p. [7], tradução nossa).

O que vem, novamente, corroborar nossa hipótese de aproximação e apropriação de conceitos da LSF pelo prisma da organização do conhecimento e da terminologia, no desenvolvimento e aprimoramento dos SOCs, já que tanto esta última quanto a LSF preocupam-se em não somente abordagem descritivas, mas sim em enxergar e entender a língua como um recurso utilizado para a criação de

significados por meio de termos em contexto específico, que relacionam a organização do conteúdo da mensagem com o modo que se diz o que foi dito.

Quando falamos na diferença fundamental pensando em palavra e em termo, e que, segundo Cabré (1995, p. [6], tradução nossa), “uma palavra é uma unidade descrita por um conjunto de características linguísticas sistemáticas e dotada da propriedade de se referir a um elemento da realidade [enquanto] um termo é uma unidade de características linguísticas similares, utilizada em um domínio de especialidade [portanto] uma palavra que faz parte de um campo especializado seria um termo”, encontramos mais um ponto de conexão entre a LSF e a LD: termos e palavras distinguem-se por conta de suas comunidades discursivas (ou pelo contexto de cultura da LSF), por conta das situações em que são empregadas ou utilizadas (ou por conta do contexto de situação da LSF), por conta da mensagem que veiculam (ou por conta dos conceitos de Tema e Rema da LSF) e pelo tipo de discurso em que aparecem (o gênero, ou campo de desenvolvimento do texto na LSF).

Também, de acordo com Cabré (1995, p. [8]), “os tipos de discurso em que se inserem os termos são muito mais restritos do que aqueles em que se inserem as palavras, e os termos somente aparecem em textos especializados, de caráter fundamentalmente objetivos”. Deste modo, se identificarmos os Temas deste texto especializado ou deste discurso específico, identificamos os termos deste mesmo discurso.

Como objetivos teórico-descritivos, quando pensamos, então, em analisar ou filtrar, ou ainda, em organizar esses discursos por seus Temas, que conseqüentemente nos permitem identificar seus Remas, ou informações pertinentes e pertencentes àquele determinado Tema, podemos dizer que também estamos analisando ou filtrando, ou ainda, organizando esses discursos pelos seus termos e significados, e vice-versa, uma vez que

[...] a terminologia não pretende oferecer uma explicação dos termos numa linha teórica linguística, nem descrever o comportamento terminológico dos especialistas [mas] se limita a contribuir com elementos teóricos – e princípios práticos – capazes de reger a busca, seleção e ordenação dos termos próprios dos campos de especialidade com a finalidade de normalizar sua forma e seu conteúdo. A terminologia se propõe a identificar segmentos de uma realidade profissional especializada de forma unívoca. A elaboração da terminologia se dirige, assim, a “denominar” os conceitos próprios de uma determinada disciplina” (Cabré, 1995, p. [9], tradução nossa).

Outro ponto de aproximação entre a LSF e a Terminologia é que esta, assim como a LSF, foca, então, nos dados que coleta, no método dessa coleta, no tratamento desses dados coletados e na sua apresentação em forma de Sistemas de Organização do Conhecimento.

Sobre a TGT e TCT, Gaudin (1993, p. 26) diz que “é por meio da sua teoria do termo que Wüster mais se distancia da Linguística e, podemos inferir, que também da LSF,” já que o signo, para Saussure e para Halliday (1994, 2004), é estudado como uma “entidade psíquica com duas faces, onde “não seria possível isolar nem o som da ideia, nem a ideia do som” (Saussure, 1972, p. 157) e esse signo se investe de valor no sistema da língua”.

Assim, podemos pensar em algumas características comparativas entre a Teoria Geral da Terminologia (Wüster), a Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, Halliday e Matthiessen) e a Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré), conforme apresentado no quadro 22:

Quadro 22 - Comparação entre a TGT, a LSF e a TCT

TGT (Wüster)	LSF (Halliday, Halliday e Matthiessen)	TCT (Cabré)
<ul style="list-style-type: none"> - é prescritiva e normativa; - não admite variação e sinonímia; - univocidade interpretativa como único meio para a comunicação - pressupõe uma “linguagem perfeita e universal” (Eco, 2001) 	<ul style="list-style-type: none"> - se preocupa com os usos da língua; - reconhece que a linguagem é entidade viva (situações, grupos, locais, eventos); - leva em conta que a língua é variável, com um potencial de significados à disposição dos falantes; - pensa nas relações, representações do mundo; - pensa em satisfazer determinadas necessidades em contextos específicos; - é funcional porque tudo o que é dito ou escrito ocorre em algum contexto de interação; - a linguagem não é arbitrária; é motivada pelo social; - tem cada componente desse significado interpretado, considerando-se o contexto em que está inserido 	<ul style="list-style-type: none"> - relativizam a formação do conceito como algo exterior à língua; - observa o termo como um signo linguístico, com significante e significado;

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Já quando Halliday (1985, 1994, p.xvii) diz que a “perspectiva funcional dos estudos linguísticos da LSF é diferente da perspectiva chamada de tradicional pois enxerga a linguagem vinculada a um contexto de uso e de situação”, nos é possível traçar mais um paralelo com a LD, já que este vínculo entre a linguagem, seu contexto de uso e de situação é também o que ocorre com uma Linguagem Documentária no momento da indexação e da recuperação da informação, corroborando, ainda o que Bagno (2006) diz sobre “normatizar e padronizar a língua e a linguagem produzida” sem se pensar em “seus contextos é o mesmo que descontextualizar sua característica social e dinâmica”.

Também, conforme Halliday (1994), um importante fundamento da LSF é denominado “princípio das escolhas”, as quais são realizadas dentro de uma gama de opções em cada contexto, realizadas na construção dos textos falados ou escritos em qualquer situação de uso da linguagem. No processo de indexação e recuperação também são feitas escolhas, uma vez que nestes processos, se escolhe entre uma ou outra realização daquela linguagem para representá-la, indexá-la e recuperá-la.

Outro paralelo que traçamos, tratando de Tesouros e o sistema Tema-Rema da LSF é exatamente uma possível solução para o problema levantado por Roget: “sendo dada uma palavra, pode-se encontrar seu significado ou a ideia que ela pretende trazer consigo em um dicionário, mas, ao contrário, tendo-se uma ideia, qual/quais palavras podem melhor expressar seu significado?”. Reconhecendo-se a estrutura temática do texto, pode-se localizar o Rema por meio do Tema, mas também é possível localizar o Tema por meio do Rema. Organizando-se um SOC tipo Tesouro de modo que seja possível recuperar facilmente um Tema, por consequência seu Rema será localizado e, assim, vice-versa; localizando-se um pedaço, uma fatia do Rema, pode ser localizado seu Tema; localizando-se o Conceito, pode-se localizar seu Termo.

Também, quando Dodebei coloca que era preciso trabalhar com vocabulário mais específico e com uma estrutura mais depurada do que a dos cabeçalhos de assunto (remissivas e referências cruzadas tipo ver e ver também), podemos pensar no uso da LSF para, além da especificidade dos termos, melhorar a estrutura, quando as referências cruzadas (ver também) podem dar lugar às relações hierárquicas representadas no eixo paradigmático e às relações associativas, representadas no eixo sintagmático, como explicam Halliday (1985, 1994) e Halliday

e Matthiessen (2004, 2014). E com o desenvolvimento e aprimoramento desse instrumento, o Tesouro pode possibilitar, com o agrupamento de termos, o acesso a uma ideia, mesmo sem “saber nomeá-la de saída”, as listas estruturadas de termos baseadas em Tema e Rema podem ajudar a indexar/recuperar informação, trazendo as duas grandes características do tesouro: os conceitos, representados por termos (descritores ou preferidos) e as relações entre eles, observadas e utilizadas na prática.

Outro ponto de convergência entre o Sistema Tema e Rema da LSF com a Organização do Conhecimento pode ser percebido nos Princípios Internacionais de Catalogação, quando são tratadas as Entidades, os Atributos e as Relações. As Entidades são os objetos chave de interesse para os usuários em um domínio particular, descritas por suas características primárias, chamadas de Atributos. Esses Atributos da Entidade servem também como um meio pelo qual os usuários elaboram consultas e interpretam as respostas quando buscam informações sobre uma entidade particular, com as Relações explicando as conexões entre as Entidades. Quando se diz que a catalogação deve considerar as Entidades, Atributos e Relações definidas nos modelos conceituais do universo bibliográfico está se dizendo que devem ser considerados (além da Obra, Expressão, Manifestação, Exemplar, Pessoa, Família, Entidade coletiva) o **Thema** e o **Nomen**, ou seja, é importante prestar atenção nas entidades utilizadas como assunto de uma obra e nos signos ou sequências de signos pelos quais se conhece, identifica ou se faz referência a um tema.

Quando tratamos da linha evolutiva dos tesouros e de possíveis contribuições de outras teorias, podemos traçar mais um paralelo e mais um ponto de atuação da LSF. Quando Moreira (2003) menciona que “já a linha européia, principalmente a linha do *Thesourofacet* lança mão do uso de categorias para organização dos conceitos em um domínio, o uso dessas categorias para o enquadramento de conceitos permite uma melhor organização das hierarquias e um posicionamento mais adequado dos termos associados aos conceitos. E em outra linha, mais recente, a dos tesouros-com-base-em-conceitos, originada da junção do Conceito de Dahlberg com a Teoria da Classificação, podemos acrescentar que a Linguística Sistêmico-Funcional também contribui com um melhor entendimento do conceito e do termo, dos remas e dos temas, com a organização dos conceitos por meio de

categorias e com o uso de definições para o posicionamento do termo no sistema de conceitos.

Exemplos práticos podem ser vistos a seguir, quando trazemos excertos do texto seminal da Ciência da Informação intitulado “Information as a thing” (Buckland, 1991), numa tabela relacionando o Texto, o Termo e o Tema, com o Conceito e o Rema:

Quadro 23 – Texto “Information as a thing”

Usando essa abordagem podemos identificar 3 principais usos da palavra “informação” (1) Informação-como-processo: Quando alguém é informado, aquilo que conhece é modificado. Nesse sentido “informação” é “o ato de informar...; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência; a ação de falar ou o fato de ter falado sobre alguma coisa” (Oxford English Dictionary, 1989, v.7, p.944). (2) Informação-como-conhecimento: “Informação” é também usado para denotar aquilo que é percebido na “informação-como-processo”: o “conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias” (Oxford English Dictionary, 1989, v.7, p.944). A noção de que informação é aquela que reduz a incerteza poderia ser entendida como um caso especial de “informação-como-conhecimento”. Às vezes informação aumenta a incerteza. (3) Informação-como-coisa: O termo “informação” é também atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação”, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo. (Oxford English Dictionary, 1989, v.7, 1946).

Fonte: Buckland, (1991, p. 351)

No excerto acima, podemos identificar alguns termos/temas que se relacionam com seus respectivos conceitos/remas:

Quadro 24 – Exemplo 01 de relação Termo/Tema-Conceito-Rema

“Informação-como-processo: Quando alguém é informado, aquilo que conhece é modificado. Nesse sentido “informação” é “o ato de informar...; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência; a ação de falar ou o fato de ter falado sobre alguma coisa” (Oxford English Dictionary, 1989, v.7, p.944)”	
Termo/Tema: Informação-como-processo	Conceito/Rema o ato de informar...; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência; a ação de falar ou o fato de ter falado sobre alguma coisa.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O Termo “informação-como-processo” aparece no texto como o ponto de partida da mensagem, como o Tema, trazendo um Conceito ao Termo, conceituando essa informação nova como seu Rema. Mais dois exemplos seguindo a mesma lógica podem ser vistos a seguir:

Quadro 25 – Exemplo 02 de relação Termo/Tema-Conceito-Rema

“Informação-como-conhecimento: “Informação” é também usado para denotar aquilo que é percebido na “informação-como-processo”: o “conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias” (Oxford English Dictionary, 1989, v.7, p.944)”	
Termo/Tema: Informação-como-conhecimento	Conceito01/Rema01 [informação] usado para denotar aquilo que é percebido na “informação-como-processo Conceito02/Rema02 [conhecimento] comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Quadro 26 – Exemplo 03 de relação Termo/Tema-Conceito-Rema

<p>Informação-como-coisa: O termo “informação” é também atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação“, porque são relacionadas como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo. (Oxford English Dictionary, 1989, v.7, 1946)”</p>	
<p>Termo/Tema: Informação-como-coisa</p>	<p>Conceito01/Rema01 [informação] atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação“</p> <p>Conceito02/Rema02 [coisas] são relacionadas como sendo informativas, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo.</p>

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

E, por fim, quando Halliday (1985) diz, ainda, que é por meio da linguagem que podemos aprender sobre a cultura de uma sociedade, podemos construir valores e identidades e que podemos representar nossas experiências de mundo, relacionando os conhecimentos de cultura e sociedade intrínsecos à existência humana somado às características de cada interação, levando-se em conta os participantes de cada situação, ou seja, a soma dos contextos de Cultura e Situação, há uma relação possível de ser traçada com a realidade extralinguística, a Práxis, referente à linguagem, discutida por Izidoro Blikstein (1983), em *Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade* (1983) quando o autor discute que, para o senso comum, o real parece ser todo um universo tangível que é composto por cores, sons, espaços, formas e movimentos, mas que, na verdade, não passa de uma ilusão, uma vez que tudo o que julgamos ser realidade não passa de “um produto de nossa percepção cultural” já que tudo o que nos cerca, incluindo nossas práticas e contextos situacionais e de cultura já foram previamente definidos, fabricados por “toda uma

rede de estereótipos culturais que condicionam nossa percepção”, garantidos, perpetuados, repetidos e reforçados pela nossa linguagem. Assim, segundo o autor, todo “o processo do conhecimento é regulado, então, por uma contínua interação de práticas culturais, percepção e linguagem”. Mas a hipótese levantada pelo filme “O Enigma de Kaspar Hauser”, de Werner Herzog, produzido em 1974, nos faz pensar em como seria olhar todo este universo pré-concebido e pré-determinado se fôssemos desprovidos de nossas práticas culturais, de nossos estereótipos e de nossa linguagem, nos fazendo refletir na nossa possível realidade e percepção das coisas, pessoas, objetos e situações. Sem esta “organização”, tanto das estruturas que compõem e formam nosso modo, tanto de organizar, armazenar, recuperar e transmitir linguagem, como poderíamos estabelecer essa relação entre a linguagem, a percepção, o conhecimento e a realidade? Uma realidade extralinguística de Blikstein (1983), relacionada com o contexto de situação de Halliday, uma realidade extralinguística e interrelacionada justamente com a construção da organização da informação em sistemas que tornem mais eficiente, mais eficaz e mais natural a recuperação dessa realidade registrada, algo que praticamos e temos que lidar durante o dia todo e durante todos os dias.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando na teoria Linguística Sistêmico-Funcional, que trata dos aspectos e contextos de cultura e situação de uma sociedade e de um sistema de convenções e transmissão de significado definido por tal sociedade, considerando que a linguagem é uma faculdade humana e que sua língua é uma característica identitária, mas variável e mutável de acordo com suas experiências e conhecimentos adquiridos, que realiza a apropriação, organização, uso e disseminação através do tempo, esta pesquisa partiu de uma inferência que a LSF pudesse vir a contribuir para fundamentar teórica e metodologicamente o desenvolvimento, a construção e o uso dos Sistemas de Organização do Conhecimento, instrumentos responsáveis pela organização, representação e recuperação do conhecimento e da informação.

Assim, com objetivo geral de “Identificar na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) conceitos e fundamentos teóricos que possam contribuir para o aprimoramento na elaboração de um Sistema de Organização do Conhecimento, do tipo Tesouro, a partir das relações já estabelecidas entre a Linguística e a Organização do Conhecimento no âmbito da Ciência da Informação”, desdobramos nossa investigação nos objetivos específicos a) Apresentar um percurso histórico desde a Documentação até a Organização do Conhecimento (OC); b) Identificar conceitos e fundamentos teóricos da Linguística Documentária, da Teoria do Conceito e da Terminologia para o desenvolvimento de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC); c) Definir e contextualizar os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), com foco nos Tesouros, no âmbito da Organização do Conhecimento (OC); d) Apresentar conceitos e fundamentos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF); e e) Descrever como as relações entre os conceitos anteriormente discutidos contribuem para o aprimoramento do desenvolvimento de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) do tipo Tesouro.

Num estudo exploratório bibliográfico e documental, pesquisamos as seguintes bases de dados: o Dedalus – Catálogo Coletivo das Bibliotecas da USP – SIBiUSP, o Banco de Dados Bibliográficos da USP, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT, o Repositório do ENANCIB, os Anais da ISKO Internacional, o Catálogo da Biblioteca da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mais especificamente, do curso de Biblioteconomia e Ciência da

Informação da instituição, o Repositório do Grupo Acadêmico Sistêmica, Ambientes e Linguagem (SAL), o sítio da CAPES, o sítio SciELO, a base BRAPCI, a base de dados LISA, e a base de dados ISTA. Procuramos pelos termos em língua portuguesa e seus correspondentes em língua inglesa e espanhola “informação e linguagem”, “informação”, “linguagem”, “linguística”, “linguística sistêmico-funcional”, “linguística hallidayana”, “linguística documentária”, “linguagem documentária”, “análise documentária”, “tesauros”, “organização da informação”, “organização do conhecimento”, “sistemas de organização da informação”, “sistemas de organização do conhecimento” selecionando, num próximo passo, aqueles documentos que pudessem vir a subsidiar as respostas aos nossos objetivos propostos.

No capítulo 5, ao abordar o percurso da Documentação à Organização do Conhecimento, apresentamos os trabalhos de Henri La Fontaine e Paul Otlet desde 1892, trazemos a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IBB, em 1931; em 1938, Federação Internacional de Documentação - FID) e apontamos a dedicação dos pesquisadores em elaborar o Repertório Bibliográfico Universal (RBU) e a padronização das técnicas de tratamento documental, culminando numa nova disciplina chamada Documentação. Reforçamos o nascimento da *American Library Association* (1936), tão significativa que se cria, no Brasil, a primeira instituição “de Ciência da Informação”, o IBICT.

Descrevemos como a Documentação torna-se uma disciplina também científica e as ideias de Otlet e La Fontaine vão colaborando e começando a desenhar o que viria a ser a Ciência da Informação (CI), que surge em meados do século XX, partindo de uma necessidade de se estabelecer técnicas para facilitar a recuperação, o acesso e o uso do montante de informações provenientes das produções pós Segunda Guerra Mundial. Observando que os anos de 1950 a 1960 são um marco no desenvolvimento de sistemas e técnicas para armazenamento e recuperação de informação, Bush, em 1945, escreve "*As we may think*", propondo buscar uma solução na tecnologia, com a construção do MEMEX, incorporando a capacidade de associar ideias, que duplicaria "os processos mentais artificialmente".

Relatamos, ainda, que em 1951 surge o termo Recuperação da Informação, criado por Calvin Mooers, e vários cientistas de diferentes áreas começam a se interessar por assuntos ligados à informação, o que viria a consolidar a ideia de que a Ciência da Informação tinha por objeto “os estudos dos fluxos, dos caminhos

percorridos pela informação, sua materialização em diferentes produtos e serviços” (Araújo, 2014, p. 7). Destacando também, que no Brasil, no final dos anos 1970, a professora Johanna Wilhelmina Smit retorna da França, e cria, em 1986, o Grupo TEMMA, no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, representando a vertente brasileira dos estudos linguísticos para a construção de uso das linguagens documentárias, atualmente consideradas também como Sistemas de Organização do Conhecimento.

Observamos que desde a década de 1980, o grupo se interessou e se preocupou em estabelecer relações entre a Documentação e a Linguística, a Lógica, a Comunicação e a Terminologia. Focado nas reflexões tanto teóricas quanto práticas da Análise Documental, o Grupo TEMMA, cientificamente reconhecido nos estudos de Anna Maria Marques Cintra, Mariângela Spotti Lopes Fujita, João Batista Ernesto de Moraes, Marilda Lopes Ginez de Lara, Johanna Wilhelmina Smit, Nair Yumiko Kobashi, José Augusto Chaves Guimarães, Vânia Mara Alves Lima, Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo entre outros, diversificou sua investigação entre estudos de terminologia aplicada à organização e transferência da informação, nos processos de leitura em análise documental e linguagem de especialidade da Ciência da Informação até o encerramento de suas atividades numa mesa do evento ISKO Brasil, em Marília, (SP), no ano de 2015. E por conta de sua participação ativa nas discussões tanto nacionais quanto internacionais, com participação efetiva dos membros do Grupo TEMMA na *International Society for Knowledge Organisation* (ISKO) é que foi possível a criação do Capítulo Brasileiro dessa associação, em assembleia realizada em 2007 durante o VIII ENANCIB, em Salvador. Assim, o percurso acima, demonstra que atingimos nosso objetivo específico de apresentar um percurso histórico desde a Documentação até a Organização do Conhecimento (OC).

Ao discorrermos sobre Linguística Documentária, Teoria do Conceito e Terminologia, trazemos o surgimento do termo Linguística Documentária (Espanha, década de 1990), originalmente proposto por García-Gutiérrez (1990) com o objetivo de criar modelos de Análise Documentária e de construir as Linguagens Documentárias a partir do pressuposto de que os problemas relacionados à informação são problemas de linguagem, quando traçamos um paralelo com a documentação, explicando que as primeiras atividades da documentação surgem a

partir de uma questão sobre a forma que seria possível organizar os conteúdos dos documentos. Assim, “a documentação ofereceu à linguística documentária uma estrutura cíclica que refletiu de forma direta na Análise Documentária, na medida em que permitiu a esta galgar avanços no que tange à representação e organização dos conteúdos dos documentos” (Lima; Moreira; Moraes, 2016, p. 993).

A Linguística Documentária, portanto, procura entender o funcionamento dessa Linguagem Documentária, tanto no que é interessante em relação à sua construção quanto no que está circunscrito aos propósitos metodológicos para a confecção de produtos documentários, procurando entender o “funcionamento da linguagem para o tratamento da informação; a construção do instrumento de mediação (a linguagem documentária) utilizando referências linguístico-semióticas e terminológicas; e [...] meios para construir a linguagem documentária de modo a tratar a informação e disponibilizá-la para acesso e apropriação (Santos; Maimone; Lima, 2019).

A LD surge, semelhante à Linguística Aplicada, concebendo-se um modelo para o estabelecimento da cultura informacional, que exerce um papel codificador e que se propõe como representação e funciona como insumo do processo social de geração de sentido (Santos; Maimone; Lima, 2019, p. 13). Enquanto a Linguagem Natural trata das muitas questões de ambiguidade, de sinonímia, de alta revocação e baixa precisão, sendo inerente sua capacidade de se fazer compreender a língua e outras manifestações como a arte, a música, a pintura, a dança, entre outras formas de arte, estruturada numa Língua, um sistema de signos que possibilitam a comunicação, com uma estrutura formada por uma rede de relações que possibilitam a significação, a Linguagem Documentária trata das muitas questões de normalização, de padronização, de melhor precisão e pertinência dessa linguagem.

Já a Teoria do Conceito (Dahlberg, 1978) leva em conta os elementos do conceito, a análise dos conceitos e síntese das características, a tipologia das características pelas categorias, a ordem das características para a constituição dos conceitos e a função das características dos conceitos. Aqui apresentamos a relação entre os conceitos: as relações lógicas, as relações hierárquicas, as relações partitivas, as relações de oposição e as relações funcionais. Na Teoria do Conceito, discutimos as considerações de Dahlberg (1978) sobre a intensão e extensão do conceito, sobre as espécies de conceitos e sobre a definição de conceitos.

A Terminologia surge como fundamento quando se faz necessário pensar numa língua padrão, que passa a ter e exercer determinado poder e dominação de classe em seus usuários e uma padronização da língua a fim de se reduzir as variações linguísticas e facilitar a comunicação, com conceitos de “valor, de marca sociolinguística, de certo e errado” (Barros, 2004, p. 27) ganhando força e passando a ser instrumentos de discriminação, ordenação e classificação social, quando Corbeil (1984, p. xix *apud* Barros, 2004, p. 27) explica que “os vocabulários de especialidade são produzidos pelos próprios especialistas, difundidos pelas publicações e seu uso como vocabulário de trabalho, ensinado pela escola, juntamente com os conhecimentos de cada especialidade”, e que tais vocabulários de especialidade tomam espaço como a representação do conhecimento das áreas especialidades em contraponto com a língua natural falada pelos não conhecedores ou por aqueles que não estão inseridos neste contexto específico de uma linguagem especializada.

Reforçamos que grafada com “T” maiúsculo, Terminologia se refere a um campo de estudo, a uma área de especialidades, ao estudo dos termos, aos nomes e processos de denominação, à discussão sobre nomes e denominações que incluem a discussão da linguagem e do significado (Rey, 1995 *apud* Barros, 2004, p. 30) e, com “t” minúsculo, a terminologia se refere a um conjunto de palavras significantes para uma área de especialidade, aos termos em si, como por exemplo, mesa, cadeira, sofá etc.

A “afirmação da Terminologia como disciplina científica que estuda os termos de uma área de especialidade” (Barros, 2004, p. 32) só se consolida com Eugen Wüster, (década de 1930), estabelecendo as bases da Escola Terminológica de Viena, elaborando a Teoria Geral da Terminologia (TGT).

No Brasil, esses estudos passam a ser mais claramente desenvolvidos a partir da década de 1980 e, para Cabré (1995, p. [1]), “a terminologia, [...], é acima de tudo representativa da diversidade, [que] se manifesta nas distintas concepções que existem sobre a disciplina, nos diversos assuntos que a compõe e nas distintas funções que permite cumprir”, além da “variedade e práticas que oferece, da diversidade de usuários que dela se servem, ou da multiplicidade de organizações que dela tratam”, sendo “um único assunto: a terminologia, com uma perspectiva poliédrica de base, no que se refere a seus fundamentos (as concepções), a seus enfoques (as orientações) e a suas práticas (as aplicações)”, podendo ser entendida

como uma disciplina que trata dos termos especializados, que prevê um conjunto de diretrizes e princípios que estabelece a compilação de termos e que gera um produto definido como um conjunto de termos de um assunto especializado.

Reforçamos que tomando por base a palavra como uma unidade lexical, se diz que “as unidades lexicais só se tornam termos quando são definidas e empregadas em textos de especialidade”, ou seja, “o termo é uma palavra “ativada singularmente por suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação” (Cabré, 1999, p. 123). Assim, termos e palavras distinguem-se por conta de seus usuários, por conta das situações em que são empregadas ou utilizadas, por conta da temática que veiculam e pelo tipo de discurso em que aparecem. As palavras são, deste modo, utilizadas pelos falantes de uma língua enquanto os termos são utilizados pelos usuários de um profissional de uma certa especialidade; palavras são utilizadas em situações comunicativas diversas enquanto os termos são utilizados em situações comunicativas específicas de uma determinada especialidade. As palavras são utilizadas para se construir linguagem cotidiana enquanto os termos são utilizados para se referir a conceitos utilizados em um campo ou disciplina específica e/ou especializada. A terminologia foca, então, nos dados que coleta, no método dessa coleta, no tratamento desses dados coletados e na sua apresentação em forma de sistemas de organização do conhecimento.

Caracterizamos, então, a Teoria Geral da Terminologia (TGT, Eugen Wüster, 1898-1977) e a Teoria Comunicativa da Terminologia (a TCT, Cabré, 1995). A TGT é caracterizada “pela possibilidade de descrição de um conceito por meio de uma definição como passo *anterior* à própria relação termo-conceito”. Para Wüster, portanto, um conjunto de conceitos de um domínio especializado pode ser identificado, pode ser organizado em um sistema estruturado e pode ser definido mesmo sem “identificar com precisão os termos que os designam. Haveria, portanto, uma total independência entre a expressão e o conteúdo” (Barros, 2004, p. 55).

Observamos que Wüster acredita que definindo-se cada conceito por um termo, seria possível extinguir ruídos de comunicação entre campos de especialidade, expondo sua preocupação com a questão da normalização terminológica. Para Wüster, termos polissêmicos, homônimos ou sinônimos não devem existir e, se para “um conceito não existe uma designação aceitável e única, a Terminologia normativa pode criá-la”, uma vez que de acordo com sua teoria o

conteúdo e a expressão são características independentes do termo, indo de encontro às teorias linguísticas de base saussuriana (Barros, 2004, p. 55).

Identificamos na Teoria Comunicativa da Terminologia uma crítica ao reducionismo da TGT e que ela se propõe a “observar o fenômeno terminológico no interior da linguagem a partir de seu caráter comunicativo”, com uma nova proposta teórico-metodológica para a Terminologia. Cabré (1995, Catalunha) prioriza a variação linguística, e pensa que os termos são unidades linguísticas que expressam conceitos técnicos e científicos, mas que também não deixam de ser signos de uma Linguagem Natural, com características e propriedades semelhantes.

Além disso, na TCT os termos são considerados em seus aspectos linguísticos, cognitivos e sociais, levando em conta a existência de uma variação conceitual e denominativa dos termos dentro de seus contextos de especialidade (cultura e situação, grifos nossos) e também levando em conta a dimensão textual (a Metafunção Textual da LSF) e discursiva desses termos. Para Cabré (1999), o valor do termo, dentro de um sistema conceitual, é dado pelo lugar que ele ocupa na estrutura, pois “os termos não pertencem a um domínio, mas são usados em um domínio com valor singularmente específico” (Maimone, 2019).

E com um quadro comparativo entre a Teoria Geral da Terminologia, a Linguística Sistêmico-Funcional e a Teoria Comunicativa da Terminologia – apresentado no capítulo “Contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional ao SOC Tesouro: amarrando as pontas” – podemos dizer que atingimos o objetivo específico de identificar os conceitos e fundamentos teóricos da Linguística Documentária, da Teoria do Conceito e da Terminologia para o desenvolvimento de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC).

No Capítulo 7, intitulado Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), iniciamos pela apresentação da criação do capítulo ISKO Brasil (2005), quando o termo Organização do Conhecimento passa a ser identificado, na literatura nacional, como subdomínio da Ciência da Informação. Trazemos conceitos da Organização do Conhecimento (OC) como, por exemplo, o de Hjørland (2008, p. 2), que diz que a “Organização do Conhecimento trata de atividades como descrição, indexação e classificação de documentos executadas em bibliotecas, bancos de dados, arquivos etc”, preocupando-se com “a natureza e a qualidade desses processos de organização do conhecimento, bem como com os sistemas de organização do conhecimento usados para organizar documentos, representações e conceitos de

documentos”. Num sentido mais amplo, a Organização do Conhecimento versa sobre “a divisão social do trabalho mental, [...] a organização de universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, a estrutura de disciplinas e profissões, a organização social da mídia, a produção e disseminação de “conhecimento”, etc.” (Hjørland, 2008, p. 2-3, tradução nossa).

Trazemos Miksa (1998) que diz que “o trabalho semântico [da OC] se preocupa com transformações motivadas pelo significado dos símbolos, enquanto o trabalho sintático é determinado apenas pela forma dos símbolos, operando neles em seu aspecto como sinais, e Bräscher (2014) que diz que “Linguística, filosofia, psicologia, ciência da informação e inteligência artificial são algumas das áreas que lidam com diferentes aspectos da representação do conhecimento” ressaltando que “a diversidade de abordagens leva a diferentes conceitos sobre representação do conhecimento”. Broughton, Hansson, Hjørland e López-Huertas (2005) falam de uma “a abordagem tradicional à Organização do Conhecimento, expressa por sistemas de classificação usados em bibliotecas e bancos de dados, incluindo a CDD e a CDU”, falam da teoria da classificação facetada, criada por Ranganathan e desenvolvida pelo *British Classification Research Group*”, tratam da “tradição de recuperação de informações (RI)” além de outras abordagens da OC.

Tratamos dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) que para Bräscher e Carlan (2010, p. 149) “são objetos de interesse particular para a Ciência da Informação” uma vez que “cumprem importante papel de padronização da terminologia adotada para organização e recuperação de informações, ao delimitar o uso de termos e definir conceitos e relações de alguma área do conhecimento, de forma compartilhada e consensual”.

Para Mazzocchi (2018), os SOCs são “ferramentas semânticas” onde “questões teóricas e práticas também são investigadas, focando na importância da epistemologia e da teoria dos conceitos para o desenvolvimento do SOC” destacando ser “importante explorar a relação entre os dois sentidos do SOC, porque o desenvolvimento dos SOCs como ferramentas dependem dos SOCs como corpos de conhecimento estabelecidos”, ou seja, desenvolver um sistema de organização de conhecimento enquanto ferramenta depende de um conhecimento disciplinar, de campo de estudo.

Para Zeng (2008), os SOCs “modelam a estrutura semântica subjacente de um domínio e fornecem semântica, navegação e tradução por meio de rótulos,

definições, tipagem, relacionamentos e propriedades para conceitos” e, para Soergel (2009, p. 3), os SOCs são usados “por pessoas para encontrar informações e entendê-las”. Já para Bratková e Kucerová (2014, 8–9), um SOC é “um esquema que modela uma estrutura de um conjunto organizado de conhecimento”.

Foco da nossa pesquisa, descrevemos os Tesouros, que para Bräscher e Carlan (2010, p. 158), são “instrumentos de controle terminológico, utilizados em sistemas de informação para traduzir a linguagem dos documentos, dos indexadores e dos pesquisadores numa linguagem controlada, usada na indexação e na recuperação de informações” que desempenham um papel importante, como segundo Arruda e Chagas (2002, p. 205), uma “lista de associação de Termos, estruturada de forma a possibilitar aos indexadores e analistas de assuntos a descrição do assunto de um documento que serve para fazer coincidir a linguagem do documento com a linguagem da pergunta”. Como objetivo principal, os Tesouros funcionam para “orientar o usuário e encontrar o termo para um determinado significado” (Cortez, 1987, p. 200), composto por uma lista de descritores (Cavalcanti, 1978, p. 34) definidos e com significado fixo, a fim de controle do vocabulário utilizado na indexação e na recuperação de documentos, sendo considerados muito importantes para elaborar estratégias de busca de informações.

Falamos do *Roget's Thesaurus* e do seu propósito, de auxiliar a escolha de uma expressão que melhor possa definir ou expressar um conceito existente na mente do escritor. Tratamos das linhas evolutivas de tesouros, a europeia e a americana, que possuem algumas distinções importantes devido às motivações de seus desenvolvimentos. Destacamos que no Brasil há uma obra intitulada *Dicionário inverso* que, como conta Dodebei (2002, p. 66) objetiva “proporcionar maior facilidade de consulta àqueles que se dedicam à arte-ciência educativa e recreativa das ‘palavras cruzadas’ e das charadas e enigmas em geral”, cuja “ordenação deve ser vista sob o prisma inverso dos léxicos usuais – do significado para a palavra que o expressa”.

Relatamos que é a partir da década de 1940 que o termo Tesouro começa a ser utilizado na Ciência da Informação, especialmente quando se trata do processo de recuperação da informação, como um instrumento que tem a capacidade de transportar conceitos e suas relações mútuas, como os expressos nas linguagens dos documentos, as Linguagens Documentárias, com controle de sinônimos e estruturas sintáticas. Tratamos dos vários aspectos para o desenvolvimento dos

tesauros e de seu emprego como um sistema de organização do conhecimento que tenta resolver “o problema de alocação de documentos em classes de assuntos, não só por sua capacidade de controlar o vocabulário, mas porque é um instrumento que relaciona os descritores/termos de forma mais consistente” (Dodebei, 2002, p. 67) destacando seu uso no contexto da Ciência da Informação, em sistemas de indexação e recuperação de informações, como catálogos de bibliotecas, bases de dados especializadas e motores de busca, ajudando a estabelecer uma linguagem controlada e consistente, melhorando a precisão e a relevância dos resultados de busca.

Deste modo, pelo exposto, acreditamos ter alcançado nosso objetivo específico de definir e contextualizar os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), com foco nos Tesauros, no âmbito da Organização do Conhecimento (OC)”.

No capítulo 8 apresentamos a Linguística Sistêmico-Funcional, criada por Michael Alexander Kirkwood Halliday cuja concepção partiu de um questionamento sobre as ideias de Ferdinand de Saussure e William Labov. Relatamos que o modelo teórico da LSF é chamado de “sistêmico” pois enxerga a gramática como um sistema de escolhas potenciais motivadas intencionalmente pelo emissor da mensagem/língua/linguagem, e “funcional” porque trata das implicações comunicativas da seleção de um ou outro desses sistemas no momento da comunicação da mensagem/língua/linguagem.

A LSF é, ainda, tida como um modelo descritivo e de análise linguística funcional pois não é limitada somente à identificação de categorias linguísticas dentro de um Sistema, mas também porque procura determinar as funções dessas categorias linguísticas atreladas a seus contextos de uso, cultura e situação, organizadas em “tipos fundamentais de significado ou componentes: o ideacional, o interpessoal e o textual” (Halliday, 1985; 1994, p. 336).

Assim, a linguagem, na perspectiva social semiótica, se baseia em três princípios: a linguagem sempre ocorre como um texto, seja ele falado ou escrito; a linguagem é usada para expressar significado; e a linguagem é funcional, refletindo as atitudes, opiniões e a ideologia dos usuários (Halliday, 1985), realizada sob o guarda-chuva de três metafunções: entender o ambiente (significado ideacional); agir sobre os participantes do discurso (significado interpessoal); e organizar o ambiente e o discurso (significado textual) (Halliday, 1985).

Destacamos a importância do Contexto de Cultura (relacionado a todo conhecimento de cultura e de sociedade que é intrínseco à vida social do Homem) e do Contexto de Situação (relacionado às características de cada interação levando-se em conta os participantes da situação) para a LSF e, em seguida, tratamos das três metafunções da linguagem, chamadas por Halliday (1985; 1994) e Halliday e Matthiessen (2004) de ideacional, interpessoal e textual.

A Metafunção Ideacional ou experiencial relaciona-se aos eventos que estão ocorrendo no mundo externo ou pensamentos ocorrendo no mundo interior do ser humano, estudando a oração como representação, como um meio de representar padrões de experiência, refletindo como o falante “fala” sobre as ações, situações, estados, crenças e circunstâncias.

A Metafunção Interpessoal está relacionada com a construção dos significados interpessoais, os significados sobre nossas relações com as outras pessoas e nossas atitudes em relação a elas. Ao mesmo tempo em que se organiza a mensagem, a oração também se organiza enquanto evento comunicativo, como evento interativo, envolvendo falante/escritor e seus interlocutores.

Já a Metafunção Textual se realiza pela estrutura temática que dá à sentença seu caráter de mensagem (Halliday, 1994, p. 37), que usa a linguagem para organizar nossos significados experienciais e interpessoais de uma maneira coerente, coesa e linear. Em um texto, essa função se realiza através da escolha das posições dos “temas” (informações novas), ou dos “remas” (o que se fala sobre as informações novas) nas sentenças. As diferentes escolhas do Tema na oração, ou seja, as diferentes escolhas do ponto de partida da mensagem, a maneira que o falante ou escritor inicia seu momento de fala ou escrita, é fator determinante na produção de sentido de fala.

Destacamos o Tema, o elemento que funciona como ponto de partida da mensagem, o elemento que determina sobre qual será o assunto da oração (Halliday, 1994, p. 39; Eggins, 1994, p. 275; Thompson, 1996, p. 72), a primeira parte da informação, realizada até o primeiro elemento da Transitividade (participante, processo ou circunstância) e o Rema, classificado como todo o restante da oração. Trouxemos alguns aspectos sobre o sistema semântico-discursivo de Periodicidade (Martin; Rose, 2007) por meio do qual pode-se verificar como ocorre o fluxo de informação em textos a partir de como a informação é organizada pelo locutor a fim de configurar o texto como uma unidade informacional,

quando falamos sobre, além de Tema e Rema, de Informação Dada e Informação Nova. Fechamos este capítulo trazendo que a importância de se pensar na periodicidade e identificação de Temas e Remas, descrita, inclusive, na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (Bertolini et al., 2016). Deste modo, podemos dizer que cumprimos o objetivo específico de apresentar os conceitos e fundamentos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF);

Finalmente, no capítulo 9, intitulado Contribuições da LSF ao SOC Tesouro: amarrando as pontas, quando fomos em busca de tecer as considerações observadas durante nossa pesquisa. Concluímos que há vários pontos de contribuição da LSF para o desenvolvimento e aprimoramento de SOC's do tipo Tesouro. Elencamos, a seguir, os tópicos referentes ao que tratamos no capítulo:

- a Linguística Documentária (LD) surge semelhante à Linguística Aplicada (LA): Lara e Tálamo, semelhante a Halliday (1985) citam um plano sistêmico e um plano funcional no uso de suas teorias linguísticas;

- a LSF se localiza como uma área de relevante contribuição para estudos em Linguística Aplicada, o que pode nos levar a pensar que bases da Linguística Documentária também podem se encontrar e se interseccionar com bases da Linguística Sistêmico-Funcional;

- a Linguística Documentária em intersecção entre a Documentação e a Linguística Aplicada: o interesse social pelo uso da linguagem prevalece sobre o interesse individual; a questão é o uso da Linguagem Documentária;

- a importância e o papel da mensagem durante a comunicação tanto na LD como na LSF;

- a LSF como colaboradora dos estudos de Organização do Conhecimento: embora essa teoria funcional também analise as questões de estrutura de uma língua, inclui um olhar para toda a situação comunicativa, pensando no propósito do evento de fala (ou de comunicação escrita), em seus participantes (os seus usuários) e em seu contexto discursivo (ou seus campos/áreas de especialidade); inclui um olhar para a Terminologia enquanto disciplina que trata de palavras em um determinado contexto que descrevem um conceito específico;

- aproximação de conceitos da LSF pelo prisma da Organização do Conhecimento e da Terminologia: preocupam-se em não somente abordagem

descritivas, mas em enxergar e entender a língua como um recurso utilizado para a criação de significados por meio de termos em contexto específico;

- contexto de Cultura e de Situação da LSF em consonância com a inserção de termos e línguas de especialidade num contexto sociocultural nos estudos terminológicos;

- LSF e SOCs: tratamento da terminologia de um domínio específico como parte da linguagem real compilada para dar conta de uma denominação especializada; linguagem como entidade viva na criação e organização de uma denominação especializada; e definição e organização de termos específicos como um recurso utilizado para se criar e representar significados;

- para a Terminologia e para a LSF, os termos interessam por si só, quando o que importa é o significado que aquele termo realiza dentro daquele contexto específico em que está sendo utilizado, ou o que aquele termo representa como Tema do discurso apresentado, o que aquele termo trará como Rema ou como Novo no discurso que se desenrolará;

- LSF e a LD: termos e palavras distinguem-se por conta de suas comunidades discursivas (ou pelo contexto de cultura da LSF), por conta das situações em que são empregadas ou utilizadas (ou por conta do contexto de situação da LSF), por conta da mensagem que veiculam (ou por conta dos conceitos de Tema e Rema da LSF) e pelo tipo de discurso em que aparecem (o gênero, ou campo de desenvolvimento do texto na LSF);

- como os tipos de discurso em que se inserem os termos são muito mais restritos do que aqueles em que se inserem as palavras, e os termos somente aparecem em textos especializados, de caráter fundamentalmente objetivos, quando analisamos, filtramos ou organizamos os discursos por seus Temas, que conseqüentemente nos permitem identificar seus Remas, ou informações pertinentes e pertencentes àquele determinado Tema, podemos dizer que também estamos analisando ou filtrando, ou ainda, organizando esses discursos pelos seus termos e significados, e vice-versa;

- comparativo entre a Teoria Geral da Terminologia (Wüster), a Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, Halliday e Matthiessen) e a Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré): termos são unidades linguísticas que expressam conceitos técnicos e científicos, mas que também não deixam de

ser signos de uma Linguagem Natural, com características e propriedades semelhantes;

- o princípio das escolhas da LSF também é utilizado na OC no processo de indexação e recuperação: também são feitas escolhas, uma vez que nestes processos, se escolhe entre uma ou outra realização daquela linguagem para representá-la, indexá-la e recuperá-la;

- paralelos entre Tesouros e o sistema Tema-Rema da LSF: uma possível solução para o problema levantado por Roget: “sendo dada uma palavra, pode-se encontrar seu significado ou a ideia que ela pretende trazer consigo em um dicionário, mas, ao contrário, tendo-se uma ideia, qual/quais palavras podem melhor expressar seu significado?”. Reconhecendo-se a estrutura temática do texto, pode-se localizar o Rema por meio do Tema, mas também é possível localizar o Tema por meio do Rema. Organizando-se um SOC tipo Tesouro de modo que seja possível recuperar facilmente um Tema, por consequência seu Rema será localizado e, assim, vice-versa; localizando-se um pedaço, uma fatia do Rema, pode ser localizado seu Tema; localizando-se o Conceito, pode-se localizar seu Termo;

- podemos pensar no uso da LSF para, além da especificidade dos termos, melhorar a estrutura, quando as referências cruzadas (ver também) podem dar lugar às relações hierárquicas representadas no eixo paradigmático e às relações associativas, representadas no eixo sintagmático, como explicam Halliday (1985, 1994) e Halliday e Matthiessen (2004, 2014) na LSF;

- ponto de convergência entre o Sistema Tema e Rema da LSF com a Organização do Conhecimento: Princípios Internacionais de Catalogação, tratam das Entidades (objetos chave de interesse para os usuários em um domínio particular), dos Atributos (suas características primárias) e das Relações (conexões entre as Entidades). É necessário olhar para o Thema e o Nomen, equivalentes ao Tema e Rema da LSF, ou seja, é importante prestar atenção nas entidades utilizadas como assunto de uma obra e nos signos ou sequências de signos pelos quais se conhece, identifica ou se faz referência a um tema;

- evolução dos tesouros e de possíveis contribuições de outras teorias: a Linguística Sistêmico-Funcional também pode contribuir com um melhor entendimento do conceito e do termo, dos remas e dos temas, com a

organização dos conceitos por meio de categorias e com o uso de definições para o posicionamento do conceito no sistema de conceitos;

- conexão entre a LSF, os SOCs e a realidade extralinguística, a Práxis, referente à linguagem, discutida por Izidoro Blikstein (1983), em Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade (1983): para o senso comum, o real parece ser todo um universo tangível que é composto por cores, sons, espaços, formas e movimentos, mas que, na verdade, não passa de uma ilusão, uma vez que tudo o que julgamos ser realidade não passa de “um produto de nossa percepção cultural”, fabricado por “uma rede de estereótipos culturais que condicionam nossa percepção”: sem esta “organização”, tanto das estruturas que compõem e formam nosso modo, tanto de organizar, armazenar, recuperar e transmitir linguagem, como poderíamos estabelecer relação entre a linguagem, a percepção, o conhecimento e a realidade?

Deste modo, acreditamos ter atingido nosso objetivo específico de descrever como as relações entre os conceitos anteriormente discutidos contribuem para o aprimoramento do desenvolvimento de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) do tipo Tesouro.

Portanto, tendo atingido nossos objetivos específicos, acreditamos ter demonstrado nossa hipótese, que parte da inferência que o uso de pressupostos da Linguística Sistemico-Funcional contribui para aprimorar a construção e o uso de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) e, deste modo, acreditamos ter atingido nosso objetivo geral “Identificar na Linguística Sistemico-Funcional (LSF), conceitos e fundamentos teóricos que contribuem para o aprimoramento na elaboração de um Sistema de Organização do Conhecimento, do tipo Tesouro, a partir das relações já estabelecidas entre a Linguística e a Organização do Conhecimento no âmbito da Ciência da Informação”.

Durante o nosso percurso percebemos algumas possibilidades para o desdobramentos, desenvolvimento e aplicação desta pesquisa, como por exemplo, a elaboração e inclusão de um Mapa Conceitual como etapa para o desenvolvimento de um SOC baseado em processos linguísticos e terminológicos; a proposta de um programa de ensino que inclua o estudo da LSF como fundamento para elaboração de tesouros de áreas de conhecimento específicas; ou ainda o planejamento de oficinas práticas com este objetivo. Mas como toda pesquisa requer escolhas frente

aos caminhos tomados, neste momento a encaminhamos conforme os objetivos apresentados na sua introdução. E sobre essas outras possibilidades, quem sabe, não se transformam em um estudo de pós-doutorado, próximo objetivo deste que aqui vos escreve. Os próximos capítulos assim o farão, num outro momento, numa outra conversa.

REFERÊNCIAS³⁴

AMERICAN NATIONAL STANDARDS ORGANIZATION - ANSI. **ANSI/NISO Z 39.19: 2005**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO Press, 2005.

ANCIB. 2023. Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ANDERSON, J. D. Organization of knowledge. *In*: FEATHER, J.; STURGES, P. **International Encyclopedia of Information and Library Science**. 2nd ed. London: Routledge, 2003. p. 471-490.

ARAÚJO, Carlos Alberto Álvares. **O que é Ciência da Informação**. Informação e Informação, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1 – 30, jan./abr. 2014.

ARRUDA, Susana Margaret de; CHAGAS, Joseane. **Glossário de Biblioteconomia e ciências afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 232 p.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**. Brasília, DF: Presença Pedagógica, 2006.

BARROS, Lídia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EdUSP, 2004.

BENVENISTE, Émile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral, I**. São Paulo: EDUSP, 1991. p. 19-33.

BERTOLINI, María Violeta; BOTHMANN, Robert L; RODRÍGUEZ, Elena Escolano; GALEFFI, Agnese; MCGARRY, Dorothy. Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC). 2016. Disponível em https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023.

BnF Catalogue général. 2023. Disponível em: <https://catalogue.bnf.fr/index.do>. Acesso em: 10 maio. 2021.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1983.

BLUMAUER, Andreas; PELLEGRINI, Tassilo. Semantic Web und semantische technologien: zentrale begriffe und unterscheidungen. *In*: BLUMAUER, Andreas; PELLEGRINI, Tassilo (ed.). **Semantic Web**: wege zur vernetzten Wissensgesellschaft. Berlin: Springer, 2006. p. 9–25.

³⁴ De acordo com a ABNT NBR 6023 (2018).

BRÄSCHER, Marisa. Semantic relations in knowledge organization systems. **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 41, n. 2. p. 175-180, Aug. 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3849237/mod_resource/content/2/95782279.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRÄSCHER, Marisa; CARLAN, Eliana. Fundamentos teóricos para elaboração de sistemas de organização do conhecimento. *In*: BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. **Organização da informação: abordagens e práticas**. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 135-158.

BRÄSCHER, Marisa; CARLAN, Eliana. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. *In*: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (org.). **Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento - eróico**. Brasília, DF: IBICT, 2010. p. 147-176.

BRATKOVÁ, Eva; KUCEROVÁ, Helena. Knowledge organization systems and their typology. **Revue of Librarianship**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 1–25, 2014.

BROUGHTON, Vanda; HANSSON, Joacim; HJØRLAND, Birger; LÓPEZ-HUERTAS, Maria J. Knowledge organization. *In*: KAJBERG, Leif; LØRRING, Leif. (ed.). **European curriculum reflections on education in library and information science**. Copenhagen: Royal School of Library and Information Science, 2005. Disponível em: <http://euclid-lis.eu/wp-content/uploads/2014/02/european-curriculum-reflections.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BUCKLAND, Michel K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

BUSH, Vannevar. As we may think. **Atlantic Monthly**, [S. l.], v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5133811/mod_resource/content/1/BUSH_as%20we%20may%20think%20traduzido.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y outros artículos**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

CABRÉ, Marisa Teresa. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/567>. Acesso em: 06 dez. 2019.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesauro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 348-359, set./dez. 2006.

CAVALCANTI, Cordelia E. **Indexação & tesauro: metodologia & técnicas**. Ed. Preliminar. Brasília: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, abr. 1978. 87 p.

CELANI, Maria Antonieta Alba. Afinal, o que é Linguística Aplicada? *In*: PASCHOAL, Mara Sofia Zanotto de; CELANI, Maria Antonieta Alba (org.). **Linguística aplicada: da aplicação da linguística à linguística aplicada transdisciplinar**. São Paulo: EDUC, 1992.

CHETI, A. **Manuale ipertestuali di analisi concettuale**. Realisator Serena Spinelli. Bologna: University of Bologna, 1996. Disponível em: www2.sba.unibo.it/miac/. Acesso em: 20 jan. 2023.

CINTRA, Anna Maria Marques. Estratégias de leitura em documentação. *In*: SMIT, J. W. (coord.) **Análise documentária: a análise da síntese**. 2. ed. Brasília, DF: IBICT, 1987.

CINTRA, Anna Maria Marques; TALAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Ginez Lopes de; KOBASHI, Nair Yumiko. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002. 92 p.

CORTEZ, Maria Tereza. **Centro de documentação: implantação com microcomputador**. São Paulo: M. T. Cortez, 1987. 193 p.

COSTA, Carlos Eduardo. **O grupo TEMMA e a organização da informação no âmbito do ENANCIB**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

CURRÁS, Emilia. **Ontologias, taxonomia e tesouros em teoria de sistemas e sistemática**. Brasília, DF: Thesaurus, 2010.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 1978. p. 101-107. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso: 12 dez. 2019.

DANĚŠ, Frantisek. Functional sentence perspective and the organization of the text. *In*: DANĚŠ, Frantisek. (ed). **Papers on functional sentence perspective (106-128)**. Prague: Academia /The Hague: Mouton, 1974.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 120 p.

EGGINS, Suzanne. **An introduction to systemic functional linguistics: Grammar**. 2nd ed. Londres: Continuum Intl. Publishing Group, 2004.

FELBER, H. **Manuel de terminologie**. Paris: Unesco/InfoTerm, 1984.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FRIES, C. On the status of theme in English. *In*: PETÖFI, Janous S.; SÖZER, Emel. (ed.). **Micro- and macro-connexity of texts**. Hamburg: Buske Verlag, 1983. p. 116-152.

- FRIES, Peter. H. On Theme, Rheme and discourse goals. *In*: Coulthard, M. ed. **Advances in written text analysis**. London: Routledge, 1994. p. 229-249.
- FRIES, Peter. H. The flow of information in a written text. *In*: Fries, Cummings, Lockwood, and Spruiell (ed.). **Relations and functions in language and discourse**. Londres: Continuum Press, 2002.
- FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta (org.). **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, 2010.
- GARCÍA-GUTIERREZ, Antonio García. Estructura, documentación y lenguaje. *In*: GUTIERREZ, Antonio García. **Estructura lingüística de la documentación: teoría y método**. Murcia: Universidad, Secretariado de Publicaciones, 1990. p. 17-47.
- GARDIN, Jean-Claude. Elements d' un modele pour la description des lexiques documentaires. **Bulletin des Bibliothèques de France**, [S. l], n.5, p.171-182, 1966.
- GAUDIN, F. **Pour une socioterminologie**: Des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 1993.
- GHIO, Elsa; FERNÁNDEZ, María Delia. **Lingüística sistêmico funcional**: aplicaciones a la lengua española. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GNOLI, Claudio. **Introduction to knowledge organization**. Londres: Facet Publishing, 2020. 148 p.
- GOMES, Hagar Espanha. **Manual de elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília, DF: O Programa, 1990. 78 p.
- GOUVEIA, Carlos A. M. Texto e gramática: uma Introdução à linguística sistêmico-funcional. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 13-47, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/27795/19916>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. Londres: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. How is a text like a clause? In Sture Allen (ed.) **Text Processing**: text analysis and generation, text typology and attrition. [S. l]: Almqvist and Wiksell, 1982. p. 209–4. (Proceedings of Nobel Symposium 51)
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An Introduction to functional grammar**. Londres: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An introduction to functional grammar**. 2nd. ed. Londres: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian Matthias Ingemar Martin. **An introduction to functional grammar**. 3rd. ed. Londres: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian Matthias Ingemar Martin. **An introduction to functional grammar**. 4th. ed. Londres: Edward Arnold, 2014.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. 2nd ed. Oxford: Oxford Press University, 1989.

HJØRLAND, Birger. What is knowledge organization (KO)?. **Knowledge Organization**, [S. l.], v.35, n.2/3, 2008. p. 86-101. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko35200823c.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

HJØRLAND, Birger. Knowledge Organization (KO). **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 43, n.7, p. 475–484, 2016.

HODGE, Gail. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files. Washington: Council on Library and Information Resources, 2000.

HOUAISS, A. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e banco de dados da língua portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION – ISO. **ISO 1087-1:2000(E/F)**: terminology work- vocabular. Genebra: ISO, 2000.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Vocabulary control for information retrieval**. 2nd. ed. Virgínia: IRP, 1986. 270 p.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v.16, n.3, set./out. 2004. p. 231-240.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Linguística Documentária: seleção de conceitos**. 2009. Tese (Livre Docência em Análise Documentária) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/27/tde-21112019-191517/publico//MarildaLopesGinesdeLaraLivreDocencia.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **O Grupo Temma na ECA-USP, 2001-2011**. Relatório de pesquisa em iniciação científica apresentado ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo. 2012. Projeto PIBIC/CNPq. Bolsista: Davilson Antonio.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas**. 1999. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-02122019-153131/publico/MarildaLopesGinesdeLaraDoutorado.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2021.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Uma experiência na interface lingüística documentária e terminologia. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, out. 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6681>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. O campo da linguística documentária. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n.3, p. 203-211, set./dez. 2006.

LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LE ROBERT DICO EN LIGNE. **Terminologie**. 2021. Disponível em: <https://dictionnaire.lerobert.com/definition/terminologie>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LIMA, Larissa Mello; MOREIRA, Walter; MORAES, João Batista Ernesto. Linguística documentária e análise do discurso: um mapeamento em conceitos. *In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 6., 2016, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina-Uel, 2016. p. 990-1003. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/328/183>. Acesso em: 15 abr. 2021.

LIMA, Vânia Mara Alves. **Da classificação do conhecimento científico aos sistemas de recuperação de informação: enunciação de codificação da informação documentária**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LOTTE, D. S. **Osnovy postroenija navèno-tehnièskoj termonilogii**. Moscou: Academia de Ciências da URSS, 1961. (Fundamentos da Terminologia Científica e Técnica)

MAIMONE, Giovana D. **Terminologia**. 16 set. 2019. 50 slides. Material apresentado para a disciplina de Informação e Linguagem no PPGCI-ECA/USP.

MARTIN, J. R.; ROSE, David. **Genre relations: mapping culture**. Londres: Equinox, 2008.

MARTIN J. R.; ROSE, David. **Working with discourse: meaning beyond the clause**. 2. ed. London: Continuum, 2007.

MAZZOCCHI, Fulvio. Knowledge organization system (KOS): an introductory critical account. **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 54-78, 2018. Disponível em: <http://www.isko.org/cyclo/kos>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MENDES, José Mário de Oliveira. **Processos verbais em artigos científicos da administração de empresas e engenharia: perspectivas sistêmico-funcionais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MIKSA, Francis. **The DDC, the universe of knowledge, and the post-modern library**. Albany, NY: Forest Press, 1998.

MOOERS, Calvin N. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. **American Documentation**, Washington, v. 2, n. 1, p. 20-32, 1951.

MOREIRA, Alexandra. **Tesauros e ontologias: estudo de definições presentes na literatura das áreas das Ciências da Computação e da Informação, utilizando-se o método analítico-sintético**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/LHLS-69UQKU/1/alexandra_moreira.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

MOREIRO-GONZÁLEZ, José Antonio. **Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web: elementos conceituais**. Salvador: EDUFBA, 2011.

OLESON, Alexandra; VOSS, John. (ed). **The organization of knowledge in modern America, 1860–1980**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1979.

OLIONI, Raymundo da Costa; ROSSI, Ângela Maria; FUZER, Cristiane. **O sistema discursivo de periodicidade em texto argumentativo**. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4650/8948>. Acesso em: 10 out. 2022.

PAGANO, Adriana Silvina. Modelagem da linguagem e do contexto na teoria sistêmico-funcional. **Revista da Abralin**, [S. l.], v. 19, n. 3, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1770>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PAIS, C. T. **Ensaio Semióticos Linguísticos**. 2ª ed. São Paulo: Global, 1984. p. 61-73.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Colon classification**. Bangalore: Ess Ess Publications, 2017.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **The five laws of library science**. Madras: Madras Library Association, 1931.

RONDEAU, Guy. **Introduction à la terminologie**. 2. ed. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

SAGER, J. C. La terminologia, ponte entre varios mundos (prólogo). *In*: CABRÉ, Maria Teresa. **La terminologia: teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Empúries, 1993. p. 11-17.

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos; MAIMONE, Giovana Deliberali; LIMA, Vânia Mara A. **Linguística documentária**. 12 ago. 2019. 35 slides. Material apresentado para a disciplina de Informação e Linguagem no PPGCI-ECA/USP.

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos; MAZINI, Elizabeth Sardelli. Organização do conhecimento: das classificações e vocabulários controlados às taxonomias e ontologias na web. *In*: VALLS, Valéria Martin; VERGUEIRO, Waldomiro (org.). **Tendências contemporâneas na gestão da informação**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política, 2011. p. 125-142.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1972.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SMIT, Johanna Wilhemina. Grupo TEMMA. *In*: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera (org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: ISKO Brasil: FUNDEPE, 2012. p. 222-226.

SOERGEL, Dagobert. **Knowledge organization systems: Overview**. 2009. Disponível em: <http://www.dsoergel.com/SoergelKOSOverview.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

STAR Trek Into Darkness. Direção: J. J. Abrams. Produção: Bryan Burk, Damon Lindelof, Alex Kurtzman e Roberto Orci. Intérpretes: Chris Pine, Zachary Quinto, Zoe Saldana, et. al. Estados Unidos: Paramount Pictures, 2013. 132 min.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. **Linguagem documentária**. São Paulo: APB, 1997. (Ensaio APB, n. 45).

THOMPSON, Geoff. **Introducing functional grammar**. London: Arnold, 1996.

TUDHOPE, Douglas; KOCH, Traugott; HEERY, Rachel. **Terminology services and technology: JISC state of the art review**. Bath: UKOLN, 2006.

VICKERY, Brian C. **Faceted Classification**. A guide to construction and use of special schemes. Prepared for the Classification Research Group. London: Association of Special Libraries and Information Bureaux, 1960.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. A influência de Jean-Claude Gardin e a linha francesa da evolução do conceito de linguagem documentária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, p. 80-92, 2009. Número especial.

WARNER, Julian. Description and search labor for information retrieval. **Journal of the American Society of Information Science and Technology**, New York, v. 58, n. 12, p. 1783–1790, 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/asi.20664>. Acesso em: 17 jun. 2021.

WÜSTER, Eugen. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Tradução Anne-Cécile Nokerman. Barcelona: IULA, 1998.

ZENG, Marcia L. Knowledge organization systems (KOS). **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 35, n. 2/3, p. 160–182, 2008.